



UAlg FCT

UNIVERSIDADE DO ALGARVE
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

Contributos para a Carta de Desporto
da Natureza do Parque Natural da
Serra da Estrela

Hugo Renato Almeida Ramos

Relatório de estágio profissional para a obtenção do
Grau de Mestre em Arquitectura Paisagista

Trabalho efectuado sob orientação de:
Professora Doutora Carla Maria Rolo Antunes
e Arquitecta Paisagista Maria da Paz Moura

2013

Contributos para a Carta de Desporto da Natureza do Parque Natural da Serra da Estrela

“Declaração de autoria do trabalho”

Declaro ser o autor deste trabalho, que é original e inédito. Os autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluídas.

Autorização de «Copyright»

Eu, Hugo Renato Almeida Ramos declaro que a Universidade do Algarve tem todo o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicar este trabalho através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, de o divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objectivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.



Agradecimentos

Agradeço à minha Orientadora, Professora Doutora Carla Maria Rolo Antunes pelo apoio, disponibilidade demonstrada, bem como, a paciência interminável ao longo de todo o meu percurso académico.

Ao Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade que me acolheu nesta importante etapa, agradeço, com especial atenção, à minha orientadora Arquitecta Paisagista Maria da Paz Moura, com carinho à Dr.^a Célia Pereira e ao Sr. António Correia por terem partilhado comigo os seus conhecimentos, não esquecendo os restantes colegas do instituto com os quais partilhei bons momentos.

Aos meus Pais, Artur Ferreira Ramos e Maria dos Prazeres Sousa Almeida Ramos, agradeço por me apoiarem e me amarem incondicionalmente e ao meu irmão Tiago Joel Almeida Ramos por ser o meu melhor amigo.

A toda a minha família, agradeço o apoio que sempre me deram ao longo da vida.

Agradeço à Sara Martins pelo seu amor, demonstrando sempre uma grande amizade por aturar os meus desabafos.

Agradeço a todos os amigos e às pessoas com quem um dia me cruzei, ao longo do meu percurso académico, por terem contribuído para o meu crescimento como ser humano.

Grato por tudo e grato a todos



Resumo

O presente estudo assenta na reflexão em torno de um conceito relativamente recente, que transforma a paisagem natural e cultural, numa paisagem multifuncional. Tendo em conta o turismo nas áreas protegidas e em espaço rural, pretende-se explicar as tendências globais e as novas ofertas de produtos, em que a procura por estes espaços é relevante e, que embora não sejam destinos tradicionais, apresentam valores e características naturais de grande valor e sensibilidade.

O Turismo da Natureza, em particular o Desporto da Natureza, constitui uma mais-valia para o desenvolvimento económico das áreas protegidas. Contudo, este uso está fortemente condicionado pelos valores naturais presentes.

Impõe-se a urgência de ordenar e planear as actividades, garantindo a sustentabilidade do meio, os interesses legítimos das populações, a valorização cultural e a potencialização económica. Esta perspectiva de crescimento económico potenciada pelo Turismo de Natureza assenta nos valores naturais, culturais e paisagísticos, recursos que devem ser usados de uma forma equilibrada no desenvolvimento do território.

O presente trabalho pretende contribuir para a elaboração da Carta de Desporto da Natureza (DN) na Área Protegida do Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE), promovendo assim a actividade turística, enquanto uso do território numa área protegida. Além da caracterização das várias modalidades passíveis de serem praticadas, são analisadas as tendências do passado nesta matéria, sendo apresentados os vectores de crescimento do DN que contribuam para a melhoria da qualidade de vida da população local.

Como principais resultados do estudo apresentam-se os contributos para a elaboração da Carta de Desporto da Natureza, com a espacialização das modalidades propostas, devidamente ajustadas às especificidades naturais e culturais do local, e são indicadas orientações para a respectiva regulamentação.

Verificou-se que o pedestrianismo tem uma forte expressão na área do PNSE, tendo sido proposta uma rede de percursos que satisfaz as diversas variantes de pedestrianismo, e que pretende interligar os valores naturais e culturais presentes. As actividades mais dispersas são a escalada, o parapente e a asa delta sem motor.

Palavras-Chave: Sustentabilidade, Área Protegida da Serra da Estrela, Turismo de Natureza, Desporto de Natureza, Carta de Desporto da Natureza..

Abstract

This study relies on reflection around a relatively recent concept, which transforms the natural and cultural landscape in a multifunctional landscape. Taking into account the tourism in protected areas and rural areas, it is possible to explain the global trends and new product offerings, where demand for these practices is relevant and which values and natural features while not traditional destinations, present great value and sensitivity.

The Nature Tourism, in particular the Sport of Nature, is an asset for the economic development of protected areas. However, this use is strongly conditioned by the natural values present.

The planning of human's activities, ensuring the sustainability of the environment, the legit interests of the population, the cultural valorization and the economic potentiation is urgent. This perspective of growth given by Nature Tourism is based on natural, cultural and landscape values, resources that should be used in a balanced way in the development of the territory.

This work intends to contribute to the development of Nature Sports Plan, in the protected area of the Serra da Estrela Natural Park, thereby promoting tourism while land use in a protected area. Beyond characterizing the various forms that can be practiced, are analyzed past trends in this field and the vectors of growth of Nature Sports that contribute to improving the quality of life of the local population.

The internship was focused on the organization and presentation of data considered relevant to meet the new uses of the territory. Thus, the report entitled «*Contributos para a Carta de Desporto da Natureza do Parque Natural da Serra da Estrela*», is the culmination of the main purpose, establishing a baseline for the discussion of the Nature Sports Plan.

The Pedestrianism has showed to have a strong representation throughout the PNSE area. A proposal for a new network of pedestrian routes that satisfy the multiple variants of the activity, with the aim to connect the area's cultural and nature values is presented. The more dispersed activities are climbing, paragliding and hang gliding without engine.

Keywords: Sustainability, Serra da Estrela Natural Park, Nature Tourism, Sport of nature, Nature Sports Plan

Índice Geral

Resumo.....	III
Abstract	IV
Peça desenhada	VI
Anexos.....	VI
Lista de figuras	VII
Lista de tabelas	VIII
Lista de símbolos.....	IX
I Introdução	1
I.1 Considerações gerais.....	1
I.2 Introdução	2
I.3 Definição dos Objectivos do estudo	3
I.4 Objecto de Estudo – Enquadramento Territorial.....	3
I.5 Metodologia.....	5
I.6 Descrição do Processo de Ordenamento	6
II Revisão Bibliográfica – Estado da Arte	8
II.1 Enquadramento legal da área de estudo.....	8
II.2 Paisagem de Montanha – Paisagem observável.....	10
II.3 Aparecimento do Turismo de Natureza - <i>Resumo Histórico</i>	13
II.4 Alojamento e Aplicabilidade no Turismo de Natureza	15
II.5 Fenómeno Social do Desporto da Natureza - <i>Mercados emissores</i>	18
II.6 Modalidades do Desporto da Natureza.....	22
II. 7 Áreas Protegidas e Classificadas – <i>Enquadramento regional geográfico</i>	24
II.8 Património Arquitectónico e Cultural – <i>Enquadramento regional geográfico</i>	27
III Caracterização e análise dos recursos abióticos, bióticos e culturais.....	29
III.1 Clima.....	29
III.2 Geomorfologia e Geologia.....	34
III.3 Hidrologia.....	38
III.4 Flora e Vegetação.....	40
III.5 Fauna	42
III.6 Paisagem	45
III.7 Socioeconomia, Cultura e Dinamismo cultural.....	48
IV Diagnóstico.....	52
IV.1 Aptidões do Território	52

IV.2 Condicionantes legais	55
IV.3 Capacidade de Carga.....	59
IV.4 Análise SWOT	62
IV.5 Análise de dados - <i>Gestão do Desporto da Natureza no PNSE</i>	64
IV.6 Participação Pública.....	71
V Contributos para a Carta de Desporto da Natureza	74
V.1 Modalidades propostas	74
V.2 Regulamento	76
V.3 Carta de Desporto da Natureza	77
VI Considerações finais	82
Bibliografia.....	86
Bibliografia consultada	89
Legislação Consultada	90

Peça desenhada

CARTA DE DESPORTO DA NATUREZA

Anexos

- I DEFINIÇÃO DAS MODALIDADES
- II LISTAGEM DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E CULTURAL
- III LISTAGEM DE MAMIFEROS COM PARTICULAR RELEVÂNCIA NO PNSE
- IV ENQUADRAMENTO CRONOLÓGICO DAS CONDICIONANTES PARA A PRÁTICA DO DN NO PNSE
- V CAPACIDADE DE CARGA PARA CADA REGIME DE PROTECÇÃO
- VI ANÁLISE SWOT
- VII TRATAMENTO DE DADOS
- VIII MATRIZ DA PARTICIPAÇÃO PÚBLICA
- IX REGULAMENTO DA CARTA DE DESPORTO DA NATUREZA

Lista de figuras

FIGURA I.1 - ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO DA ÁREA DO PNSE.....	4
FIGURA I.2 - METODOLOGIA ADOPTADA.....	5
FIGURA I.3 - DIAGRAMA CONCEPTUAL DO ORDENAMENTO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO.....	6
FIGURA II.4 - UNIDADES DE PAISAGEM.....	10
FIGURA II.5 - PERFIL DOS CÂNTAROS, RASO, MAGRO E GORDO, DA SERRA DA ESTRELA.....	13
FIGURA II.6 - LOGÓTIPO TURISMO DA NATUREZA.....	15
FIGURA II.7 - VIAGENS DE NATUREZA NA EUROPA POR MERCADOS EMISSORES.....	21
FIGURA II.8- DIAGRAMA DA ACÇÃO SUSTENTÁVEL DO DESPORTO DA NATUREZA.....	23
FIGURA II.9 - ENQUADRAMENTO REGIONAL GEOGRÁFICO DAS ÁREAS PROTEGIDAS DO CENTRO.....	24
FIGURA II.10- ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO DA ÁREA PROTEGIDA PRIVADA – RESERVA DA FAIA BRAVA.....	25
FIGURA II.11- ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO REGIONAL DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E CULTURAL.....	28
FIGURA III.12 - PRECIPITAÇÃO TOTAL (2004).....	31
FIGURA III.13- ILUSTRAÇÃO DE CHUVAS OROGRÁFICAS.....	31
FIGURA III.14 - PRECIPITAÇÃO EM Nº DE DIAS (2002).....	31
FIGURA III.15- INSOLAÇÃO ANUAL (2004).....	32
FIGURA III.16 TEMPERATURA MÉDIA ANUAL (2002).....	32
FIGURA III.17 - INTENSIDADE DO VENTO (2002).....	33
FIGURA III.18 - RISCO DE GEADA (2004).....	33
FIGURA III.19- SÍNTESE DE ACONTECIMENTOS QUE MARCAM A HISTÓRIA GEOLÓGICA DA SERRA DA ESTRELA.....	34
FIGURA III. 20 - FORMAÇÃO DE TOR E DE BOLAS GRANÍTICAS.....	35
FIGURA III.21- MOVIMENTO DO GLACIAR E FORMAÇÕES GEOMORFOLÓGICAS.....	35
FIGURA III.22- CARTA GEOLÓGICA DO PNSE.....	36
FIGURA III.23 - BLOCOS PEDUNCULADOS.....	37
FIGURA III.24 - BLOCOS ERRÁTICOS, ASSENTES NUMA SALGADEIRA.....	37
FIGURA III.25 - “O MONDEGUINHO”.....	38
FIGURA III.26 - VALE GLACIAR DO RIO ZÊZERE.....	39
FIGURA III.27 - TRANSECTO DA SERRA DA ESTRELA COM PELO MENOS 5 VARIANTES ALTITUDINAIS.....	41
FIGURA III. 28 - ZONA DE NIDIFICAÇÃO E ALIMENTAÇÃO DE GRANDE IMPORTÂNCIA PARA A AVIFAUNA.....	44
FIGURA III.29 - PANORÂMICA DA ENCOSTA NOROESTE – VISTA DE LINHARES.....	46
FIGURA III.30 PANORÂMICA DO PLANALTO SUPERIOR - SÍTIO VALE DA BARCA.....	46
FIGURA III.31 - PANORÂMICA DAS ESCARPAS – VISTA NORTE DOS POIOS BRANCOS.....	47
FIGURA III.32 - PANORÂMICA DO VALE DE LORIGA - VISTA DA PORTELA SELADA.....	47
FIGURA IV.33- NÍVEIS DE PROTECÇÃO DO PLANO DE ORDENAMENTO E REDE HIDROGRÁFICA DO PNSE.....	54
FIGURA IV.34 - CAPACIDADE DE CARGA PARA A MODALIDADE DE PEDESTRIANISMO.....	61
FIGURA IV.35 - EVOLUÇÃO ANUAL DE PARECERES NO PNSE.....	65
FIGURA IV.36 - ATRACTIVIDADE PARA DN POR CONCELHOS.....	66

FIGURA IV.37 - INCIDÊNCIAS ANUAIS DAS ACTIVIDADES DE DN POR TIPOLOGIA DE PROTECÇÃO.....	67
FIGURA IV.38 - INCIDÊNCIAS DAS ACTIVIDADES DE DN PELOS NÍVEIS DE PROTECÇÃO	67
FIGURA IV.39 - INCIDÊNCIAS DAS ACTIVIDADES DE PEDESTRIANISMO, ORIENTAÇÃO E TREKKING POR CONCELHOS.....	68
FIGURA IV.40 - INCIDÊNCIAS DAS ACTIVIDADES DE CICLOTURISMO E BTT POR CONCELHOS	68
FIGURA IV.41 - INCIDÊNCIAS DAS ACTIVIDADES TT TURÍSTICO POR CONCELHOS.....	69
FIGURA IV.42 - INCIDÊNCIAS DAS ACTIVIDADES DN NO TERRITÓRIO.....	69
FIGURA IV.43 - INCIDÊNCIAS DAS ACTIVIDADES DN NO TERRITÓRIO DO PNSE	70
FIGURA V.44—PROPOSTA DE CONTRIBUTOS PARA A CARTA DE DESPORTO DA NATUREZA DO PNSE	77

Lista de tabelas

TABELA II.1 - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL NO PNSE	8
TABELA II.2 – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL NO PNSE (CONTINUAÇÃO).....	9
TABELA II.3 -RESUMO DO PRODUTO TURÍSTICO – TURISMO DA NATUREZA	15
TABELA II.4 - DEFINIÇÃO DO PRODUTO TURÍSTICO – TURISMO DE NATUREZA.....	16
TABELA II.5- DEFINIÇÃO DO PRODUTO TURÍSTICO - TURISMO DE NATUREZA.....	17
TABELA II.6 - DEFINIÇÃO CONCEPTUAL DE DESPORTO DA NATUREZA.....	18
TABELA II.7 - DEFINIÇÃO CONCEPTUAL DE DESPORTO DA NATUREZA (CONTINUAÇÃO).....	19
TABELA II.8 - DEZ PRODUTOS TURÍSTICOS ESTRATÉGICOS DE ÂMBITO NACIONAL E O POTENCIAL VALOR DE MERCADO	20
TABELA II.9 - ÁREAS PROTEGIDAS DA REGIÃO CENTRO (CCDRC)	25
TABELA II.10 - ENQUADRAMENTO DAS ZONAS CLASSIFICADAS REGIÃO CENTRO.....	26
TABELA IV.11 - CRITÉRIOS DA AVALIAÇÃO PARA O DN	53
TABELA IV.13 - ANÁLISE SWOT	63
TABELA V.14 - MODALIDADES PASSÍVEIS DE PRATICAR NA ÁREA PROTEGIDA DA SERRA DA ESTRELA.....	74
TABELA V.15 - CONJUNTO DE MODALIDADES COM MAIOR POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO NA ÁREA PROTEGIDA DA SERRA DA ESTRELA	75

Lista de símbolos

AP	ÁREA PROTEGIDA
APC	ÁREA DE PROTECÇÃO COMPLEMENTAR
APP I	ÁREA DE PROTECÇÃO PARCIAL TIPO I
APP II	ÁREA DE PROTECÇÃO PARCIAL TIPO II
APP III	ÁREA DE PROTECÇÃO PARCIAL TIPO III
BTT	BICICLETA TODO O TERRENO
CC	CAPACIDADE DE CARGA
CCDR	COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO
CCE	CAPACIDADE DE CARGA EFECTIVA
CCF	CAPACIDADE DE CARGA FISICA
CCP	CAPACIDADE DE CARGA POSSIVEL
CCR	CAPACIDADE DE CARGA REAL
CDN	CARTA DE DESPORTO DA NATUREZA
DN	DESPORTO DA NATUREZA
EAT	EMPRESAS DE ANIMAÇÃO TURISTICA
GNR	GUARDA NACIONAL REPUBLICANA
IBA	ÁREA DE IMPORTANCIA PARA AS AVES (Sigla em inglês)
ICNB	INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE
ICNF	INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS
NUTS	NOMENCLATURA DAS UNIDADES TERRITORIAIS PARA FINS ESTATISTICOS
PDM	PLANO DIRECTOR MUNICIPAL
PENT	PLANO ESTRATÉGICO NACIONAL DO TURISMO
PNSE	PARQUE NATURAL DA SERRA DA ESTRELA
PO	PLANO DE ORDENAMENTO
POPNSE	PLANO DE ORDENAMENTO DO PARQUE NATURAL DA SERRA DA ESTRELA
PO-Centro	PLANO OPERACIONAL REGIONAL DO CENTRO
PP	PARTICIPAÇÃO PÚBLICA
SPEA	SOCIEDADE PORTUGUÊSA PARA O ESTUO DAS AVES
SWOT	FORÇA, FRAQUEZA, OPORTUNIDADE E AMEAÇAS (Sigla em inglês)
THR	TURISMO HOTELERÍA Y RECREACIÓN, S.A.
TN	TURISMO DA NATUREZA
TT	TODO O TERRENO
UNESCO	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (Sigla em inglês)
ZEC	ZONA ESPECIAL DE CONSERVAÇÃO
ZPE	ZONA DE PROTECÇÃO ESPECIAL

I *Introdução*

I.1 **Considerações gerais**

No âmbito do plano curricular do Mestrado em Arquitectura Paisagista, da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade do Algarve, foi desenvolvida a presente dissertação, na modalidade de relatório de estágio profissional. O trabalho teve a duração de 12 meses, sendo o período compreendido entre o dia 26 de Outubro de 2011 e 27 de Novembro de 2012, realizado em total colaboração com o Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade IP- Departamento de Gestão de Áreas Classificadas do Centro e Alto Alentejo - Parque Natural da Serra da Estrela. Contudo, no decorrer deste trabalho, o Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade IP e a Autoridade Florestal Nacional sofreram um processo de fusão, dando origem a um novo organismo intitulado Instituto da Conservação da Natureza e Florestas IP (designada posteriormente por ICNF), inserindo-se a área protegida da Serra da Estrela no novo Departamento de Conservação da Natureza e Florestas do Centro.

A temática a abordar neste trabalho compreende a elaboração da Carta de Desporto da Natureza (CDN) da Área Protegida do Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE). Durante a elaboração do estudo pretende-se desenvolver um conjunto de contributos e considerações prévias para a realização da referida CDN.

Poder aplicar os conhecimentos académicos, interdisciplinares, numa área de montanha onde se realça a sua enorme beleza natural, onde se destacam os seus valores paisagísticos, geológicos, biológicos, bem como, a afectividade do autor à área de estudo devido as suas raízes genealógicas, foi a motivação original do autor.

A escolha do tema do estágio curricular deveu-se a toda uma evolução académica partilhada com um desenvolvimento pessoal na área do turismo e aliada ao facto que o PNSE pretendia elaborar a CDN, assim, desta sinergia, surgem os Contributos para a Carta de Desporto da Natureza.

A relevância deste trabalho é ainda maior quando se enquadra o turismo de natureza no contexto do Turismo Nacional, devendo ser encarado como o elemento aglutinador do desenvolvimento das áreas protegidas.

I.2 Introdução

Devido à procura de novos produtos turísticos, o Turismo de Natureza tem vindo a revelar-se como um factor de grande importância socioeconómica para as zonas desfavorecidas.

A forte relação que os espaços rurais e as áreas protegidas têm com o turismo, levanta uma preocupação com a pressão a que estas áreas estão sujeitas. As políticas conservacionistas levadas a cabo nas áreas protegidas têm agora um novo paradigma de planeamento - relação do turismo com a conservação e manutenção dos valores naturais que essas áreas defendem.

É urgente por isso ordenar o Turismo de Natureza, mantendo a preservação do património natural e cultural. Num sector tão competitivo, como é o turismo, a pressão nas áreas protegidas pode incorrer no erro de por em causa os recursos naturais. É por isso necessário que este tipo de turismo cresça, para que as populações possam usufruir economicamente dos recursos das zonas onde habitam, sem que se ponha em causa a sustentabilidade do meio. O ordenamento pode e deve contribuir para que o crescimento se faça de forma sustentável.

Neste relatório de estágio pretende-se encontrar um conjunto de contributos para o desenvolvimento da região, potenciando o desporto na natureza, para que este se realize sem que os valores naturais e culturais se percam. Neste contexto, considera-se fundamental a elaboração de uma Carta de Desporto de Natureza, a qual constitui um documento regulador de gestão territorial.

Com este trabalho também se pretende adquirir uma melhor compreensão dos contributos e caracterização do desporto de natureza inserido numa área protegida como é o caso do Parque Natural da Serra da Estrela.

O trabalho divide-se em seis capítulos, iniciando-se por uma descrição dos objectivos e do estudo, da área em análise, bem como, a metodologia seguida no seu desenvolvimento. Seguidamente, fez-se um enquadramento teórico em que se expõe o regime jurídico em que se enquadra a área de estudo, descreve-se conjuntamente a paisagem, o turismo de natureza, o desporto de natureza e o seu início, como fenómeno social. Neste capítulo também se enquadram as modalidades passíveis de serem praticadas nas áreas protegidas apresenta-se um enquadramento de carácter holístico regional dos valores naturais, arquitectónicas e culturais. No capítulo III apresenta-se a caracterização biofísica e cultural. No capítulo IV procedeu-se à análise e diagnóstico do território, focando a análise tendencial do desporto na natureza no

PNSE. O diagnóstico informa a proposta de CDN explanada no capítulo V. As considerações finais do estudo, bem como, a experiência adquirida durante o estágio são objecto de reflexão no último capítulo.

I.3 Definição dos Objectivos do estudo

No trabalho de ordenamento e gestão das actividades de Desporto da Natureza (DN) que “visa o estabelecimento de medidas concretas para o desenvolvimento sustentável das áreas protegidas, das quais se salienta o apoio a práticas turísticas de recreio e lazer não nocivas para o meio natural”(Fraga, 2005: 9)deverá estar evidenciado na CDN e na interligação que esta faz com o respectivo regulamento.

Assim, o objectivo principal do trabalho é desenvolver um conjunto de contributos e considerações prévias para a realização da Carta de Desporto da Natureza da área protegida do Parque Natural da Serra da Estrela. Deste modo, pretende-se elaborar e apresentar uma proposta onde os valores naturais e culturais sejam salvaguardados.

Neste enquadramento, existe então a necessidade de “pensar” o uso dos valores naturais pelas modalidades, para que a sua “prática aproxime o homem da natureza de uma forma saudável”¹, mas que a sua promoção e valorização contribua também para o desenvolvimento económico.

I.4 Objecto de Estudo – Enquadramento Territorial

A área objecto do presente estudo – Parque Natural da Serra da Estrela - localiza-se na Serra da Estrela, a qual se situa no centro de Portugal, (40°20’N, 7°35’W), pertencendo a um dos principais sistemas montanhosos da Península Ibérica, sendo a montanha mais alta de Portugal Continental com 1993 metros. Situada no interior das Beiras é nela que se encontram as cabeceiras dos rios Alva, Mondego (maior rio que nasce e desagua em Portugal) e Zêzere.

1 Definição de Desporto de Natureza pelo Decreto-Lei n°18/99 de 27 de Agosto

O Parque Natural² da Serra da Estrela, como se pode observar na figura seguinte, estende-se desde a Guarda até às aldeias de Vide e da Teixeira, ao longo de cerca de 50 km, com uma largura máxima aproximada dos 20km, abrangendo em parte os municípios de Celorico da Beira, Covilhã, Gouveia, Guarda e Seia e na totalidade o de Manteigas(Moura, 2006: 45). Com os limites definidos pelo Decreto Regulamentar n° 83/2007, de 10 de Outubro, ocupa uma área de 88 850 hectares.



Figura I.1 - Enquadramento geográfico da área do PNSE
Fonte: (Correia, 2012)

2 Entende-se por Parque Natural uma área que se caracteriza por conter paisagens naturais, semi-naturais e humanizadas de interesse nacional, sendo exemplo da integração harmoniosa da actividade humana e da natureza, apresentando amostras de um bioma ou de uma região natural (Decreto-lei n°197/93 de 23 de Janeiro).

I.5 Metodologia

A metodologia seguida no desenvolvimento do estudo é apresentada em seguida (Figura I.2):

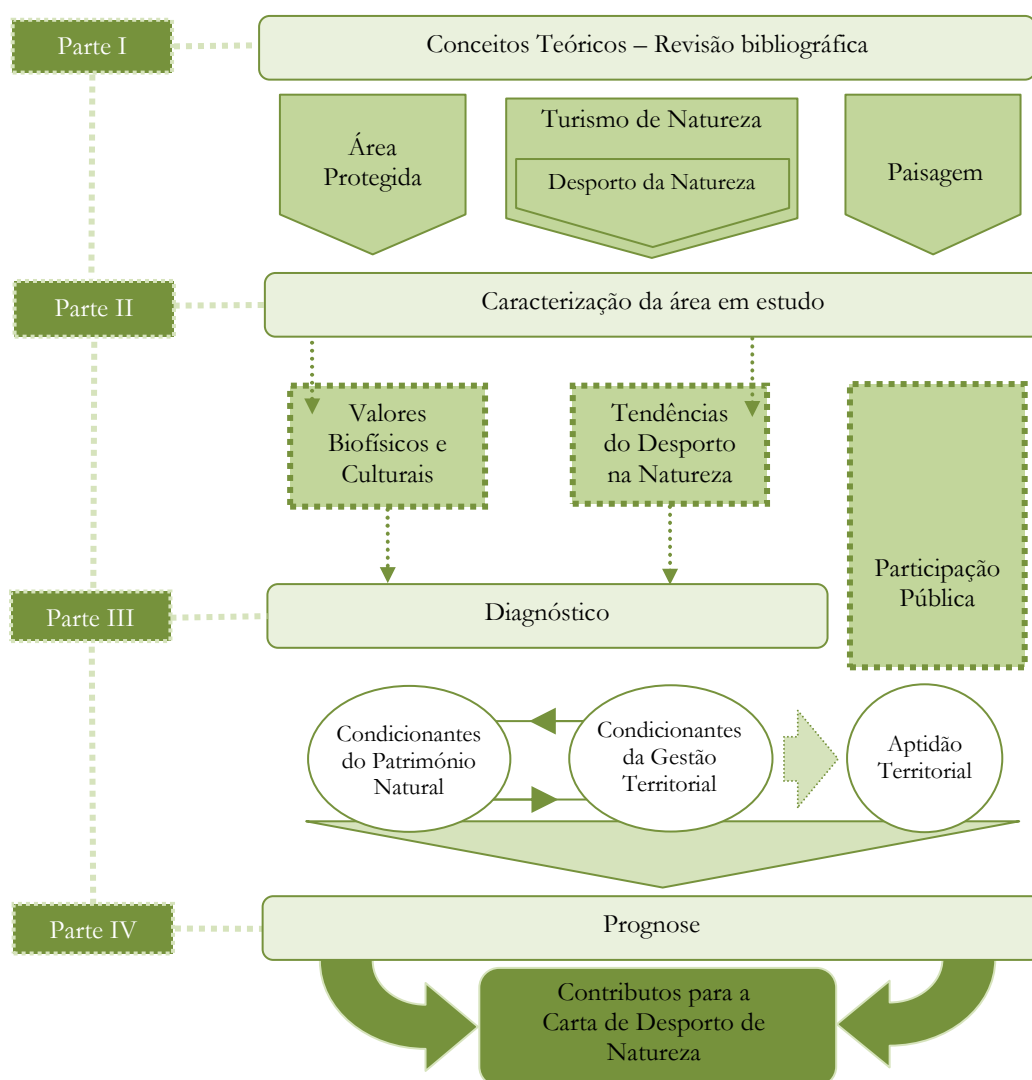


Figura I.2 - Metodologia adoptada

Como se verifica pela análise da figura anterior, a estrutura metodológica do trabalho foi dividida em quatro pontos. Iniciou-se este trabalho com o enquadramento dos conceitos teóricos que o suportam, nomeadamente: a Área Protegida, base onde incide este processo de ordenamento, bem como, os regulamentos e instrumentos que condicionam a actividade; o Turismo de Natureza na sua dimensão histórica e a evolução do Desporto da Natureza; e os factores biofísicos e paisagísticos que suportam a actividade turística.

Seguidamente, desenvolve-se a caracterização e análise dos recursos abióticos, bióticos e culturais. Nesta etapa também foram desenvolvidas diligências para incorporar os agentes interessados neste processo de ordenamento.

A terceira parte ou o diagnóstico efectuado, assenta nas aptidões, nas condicionantes legais e na capacidade de carga do território, bem como, no contributo das análises dos factores SWOT (definida posteriormente), dos dados históricos da prática do DN e das conclusões retiradas da participação pública. Esta etapa vai informar a prognose, etapa seguinte.

A prognose é neste trabalho o objectivo principal. Esta etapa é assim constituída pelos *Contributos para a Carta de Desporto da Natureza* correspondendo às modalidades propostas, a espacialização destas num mapa e a sua regulamentação.

I.6 Descrição do Processo de Ordenamento

O processo de Ordenamento pretende-se que seja integrador dos elementos naturais e humanos na paisagem, podendo ser qualificado como um processo sustentável e assentando em objectivos fundamentais de planeamento, caracterizados como holístico, sistémico, integrador, pró-activo e participativo.

O processo de ordenamento utilizado no presente estudo foi o definido por Leitão e Ahern (2002), em sendo um processo cíclico que engloba várias fases, nomeadamente: Enfoque, Análise, Diagnostico, Prognóstico e Sinterese (Figura I.3). As características das diferentes fases e respectivas relações com o presente estudo são apresentadas em seguida.

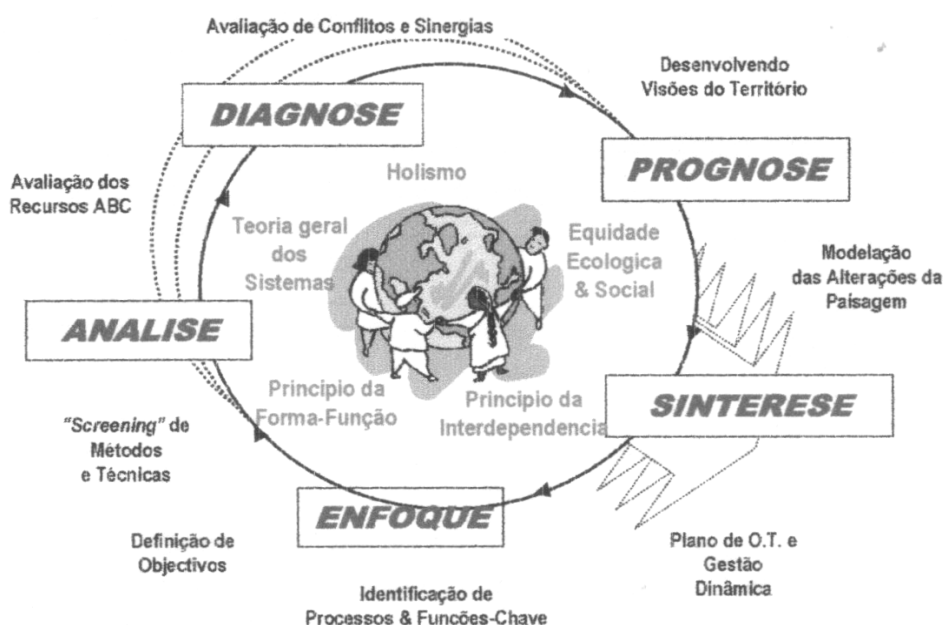


Figura I.3 - Diagrama conceptual do Ordenamento Sustentável do Território
Fonte: (Leitão e Ahern, 2002).

Enfoque: Definição da visão estratégica. Foram definidas quais as modalidades estratégicas para potenciar o DN na área protegida.

Análise: Caracterização dos recursos Abióticos, Bióticos e Culturais. Foram escolhidos para integrar o processo holístico de caracterização da paisagem os seguintes parâmetros: o Clima, a Geomorfologia e Geologia, a Hidrologia, a Flora e a Vegetação, a Fauna, a Paisagem, a Socioeconomia, a Cultura e o Dinamismo Cultural.

Diagnóstico: Para melhor se planearem as actividades no território, é necessário perceber o uso do solo através de vários mecanismos diagnosticando o que está bem e o que está em conflito. Para isso, procedeu-se à definição das aptidões e delimitação legal das condicionantes, estudou-se a capacidade de carga do território, efectuou-se uma análise SWOT³ para se identificar as vulnerabilidades e potencialidades, bem como os pontos fortes e fracos do território. Perceberam-se as tendências do DN no PNSE e adoptou-se uma metodologia orientada para a participação pública, para se compreender os reais anseios dos agentes com responsabilidades no DN na área protegida.

Prognóstico: Esta etapa é definida como a fase de apresentação de cenário, onde se estabelecem as actividades de DN aptas e que asseguram as funções definidas na visão/enfoque. No caso do PNSE apresenta-se uma proposta de Regulamento e de Carta de Desporto da Natureza

Síntese: Entende-se esta fase como a implementação, monitorização e gestão do Plano. Neste caso serão as considerações finais da CDN e a implementação do respectivo Regulamento que efectivaram esta etapa do processo.

³ O termo SWOT é uma sigla em inglês, que representa um acrónimo de Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats), também conhecida e representada em português pela sigla FOFA, Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças.

II Revisão Bibliográfica – *Estado da Arte*

II.1 Enquadramento legal da área de estudo

Na tabela seguinte apresenta-se o enquadramento legal da área em estudo, organizado em quatro grupos, nomeadamente: Parque Natural da Serra da Estrela, Áreas Protegidas/Rede Natura 2000, Turismo e Outra Legislação Aplicável.

Tabela II.1 - Legislação Aplicável no PNSE

Parque Natural da Serra da Estrela - PNSE	
Decreto-Lei n.º 557/76, de 16 de Julho	Criação do PNSE
Decreto-Lei n.º 167/79, de 4 de Junho	Correcção dos Limites do PNSE
Portaria n.º 409/79, de 8 de Agosto	Aprovação do Regulamento Geral do PNSE
Portaria n.º 583/90, de 25 de Julho	Aprovação do Plano de Ordenamento do PNSE e respectivo Regulamento
Decreto Regulamentar n.º 50/97, de 20 de Novembro	Reclassificação do PNSE imposta pelo decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro que altera o DL n.º557, de 16 de Julho
Decreto Regulamentar n.º 83/2007, de 10 de Outubro	Alteração dos limites do PNSE
Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2009, de 9 de Setembro	Aprova o actual Plano de Ordenamento do PNSE
Áreas Protegidas/Rede Natura 2000	
Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro	Estabelece o Sistema Nacional de Áreas Protegidas - Noções de Parque Nacional e Reserva. Criação do novo quadro de classificação das áreas protegidas nacionais.
Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril	Assegura a biodiversidade, através da conservação e do restabelecimento dos habitats naturais e da flora e fauna selvagens num estado de conservação favorável Alterado pelo Decreto-Lei n.º49/2005, de 24 de Fevereiro, procede à transposição para o ordenamento jurídico Português: Directiva n.º 79/409/CEE do Conselho, de 2 de Abril Directiva Aves Directiva n.º 92/43/CEE do Conselho, de 21 de Maio Directiva Habitats
Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2000, de 5 de Julho	Estabelece a 2ª Fase da Lista Nacional de Sítios da Rede Natura 2000, de acordo com o n.º1 do artigo 4º do DL n.º 140/99, de 24 de Abril, criando: PTCON0014-Serra da Estrela.

Tabela II.2 – Legislação Aplicável no PNSE (Continuação)

Turismo	
Decreto-Lei n° 325/71, de 28 de Julho	Criação da Turistrela, S.A.
Decreto-Lei n° 408/86, de 11 de Dezembro	Bases do controlo de concessão à Turistrela, S.A. Do exclusivo da exploração do turismo e dos desportos na Serra da Estrela.
Decreto-lei n° 108/2009, de 15 de Maio	Estabelece o regime jurídico das Empresas de animação turística, e as actividades de turismo de natureza .
Portaria n° 651/2009, de 12 de Junho	Define o Código de Conduta a adoptar pelas empresas de animação turística que exerçam actividades reconhecidas como turismo de natureza. Identificadas com um logótipo.
Outra Legislação aplicável	
Lei n° 68/93, de 4 de Setembro	Lei dos Baldios
Lei n° 48/98, de 11 de Agosto	Lei de bases da Política da Ordenamento do Território e Urbanismo
Decreto-Lei n° 380/99, de 22 de Setembro	Regulamentação da Lei de Bases (Lei n° 48/98, de 11 de Agosto) da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo.

Para além dos estatutos de protecção nacionais e internacionais identificados na tabela anterior, é relevante referir que o PNSE é descrito como uma Zona importante para as Aves em Portugal e a Serra da Estrela, sendo inventariada como **IBA** – *Important Bird Area*, com o número de código **PT038** (Moura, 2006: 48, citando a publicação de 2003 da Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves - SPEA). Esta área alberga importantes populações de algumas espécies características de zonas de altitude.

O turismo ornitológico (birdwatchers⁴) tem muitos adeptos a nível mundial, principalmente Norte Americanos, Britânicos, Escandinavos e Suíços. Este turismo temático contempla a observação simples, ou pode combinar, a fotografia, o *digiscoping*⁵, a pintura e a ilustração da natureza. Portugal possui um potencial significativo pois é riquíssimo em património natural (Leitão e Andrade, 2007).

4 A definição que se pretende é descrita por Leitão, D. e Andrade, J. (2007). In “O Turismo ornitólogo em Portugal”. 2007. “Birdwatching é uma actividade de lazer baseada na observação das aves no seu meio natural.”

5 Técnica de fotografar Aves ou objectos à distância, utilizando objectivas.

II.2 Paisagem de Montanha – Paisagem observável

Neste trabalho existe a necessidade de enquadrar a paisagem e o potencial que esta pode conferir para o Turismo de Natureza que nela se desenvolve. É fundamental que se defina o conceito de “Paisagem” que se pretende, contudo é de igual modo necessário perceber as características distintas da paisagem onde se enquadra este trabalho.

Segundo d'Abreu *et al.* (2004), a paisagem é agrupada, segundo as suas características biofísicas, paisagísticas, históricas e ou culturais, em «unidades de paisagem» definindo-as como:

«...áreas com características relativamente homogêneas no seu interior, sendo estas normalmente reflectidas num padrão específico e que se repete, que diferencia a unidade em causa da área que a envolve. Para além deste padrão, para que se defina uma unidade, deve haver uma coerência interna e um carácter próprio, identificável do interior e do exterior e directamente associado às representações da paisagem na identidade local e/ ou regional.»

A área de estudo, como se verifica pela observação da figura II.4, insere-se no grupo do “Maciço Central”, definido pela letra I, o qual é composto por duas Unidades de Paisagem, como «Serra da Estrela» (62) e «Serras da Lousã e Açor» (61). O PNSE insere-se na sua quase totalidade, na Unidade de Paisagem Serra da Estrela sendo que uma pequena área a oeste se encontra na Unidade de Paisagem Serras da Lousã e Açor.

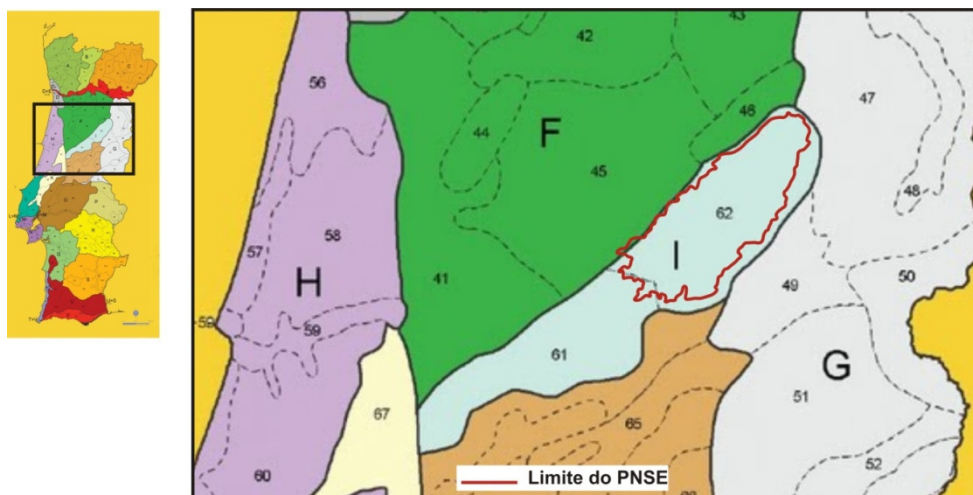


Figura II.4 - Unidades de Paisagem
Fonte: Adaptado d'Abreu *et al.* (2004).

Segundo d' Abreu *et al.*(2004), a referida Unidade de Paisagem «Serra da Estrela», pode ser caracterizada como uma paisagem de montanha, sendo que é o maior relevo da Cordilheira Central de carácter forte e expressivo. Funcionando como elemento separador do norte e do sul de Portugal mas agregando em seu redor um conjunto de recursos e de actividades que une

o País. Um dos elementos que a distingue é o planalto central, descrito também como planalto superior, de valores naturais, em particular os vestígios da glaciação do período quaternário e as nascentes de água dos rios Mondego e Zêzere tão importantes, que o autor a considerou como uma sub-unidade de paisagem.

A distribuição dos usos na área de estudo está relacionada com a altitude, em que a abundância de recursos explica porque é que os aglomerados urbanos se organizaram na periferia ou no sopé da montanha, onde os solos também são mais férteis, empurrando os pinhais, os azinhais e os soutos para as encostas mais altas e íngremes. Deixando as áreas mais altas para os matos de altitude devido aos rigores do clima e às características edáficas(d’Abreu *et al.*, 2004: 187–188).

Estes patamares superiores, na época de veraneio transformavam-se nos pastos do gado que subiam a serra, este fenómeno tem a designação de transumância. Hoje a importância do gado já não é tão relevante mas ainda se podem observar alguns rebanhos, a transumância é mais um atractivo cultural que uma forma de aproveitamento dos pastos por parte dos pastores.

A Convenção Europeia da Paisagem *in* art.º 1º do Decreto n.º 4/2005 de 14 de Fevereiro, considera a “Paisagem” como «*uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da acção e da interacção de factores naturais e ou humanos*», sendo um sistema complexo e dinâmico que integra várias dimensões, nomeadamente:

- A ecológica, definida nas suas componentes físicas e biológicas dos ecossistemas.
- A cultural, na sua componente de identidade histórica e na manifestação paisagista desses factos.
- O socioeconómico, que refere as causas sociais e as actividades humanas que constroem e alteram a paisagem.
- A dimensão sensorial, que é a capacidade que diferentes pessoas ou grupos têm para apreciar a paisagem.

A “Paisagem” é construída a partir da síntese de todos os elementos presentes num determinado local. Contudo, é na dimensão sensorial ena apreensão da imagem visual, resultante da mesma⁶, que se centra a definição pretendida para este trabalho.

6 *In* <http://www.apap.pt/pages/arquitectura/paisagem/?scrh=667t>. Online 26 Maio 2013 [11:45]

Esta dimensão sensorial da Paisagem é definida por Saraiva (2005: 139), como «*extensão do espaço (incluindo os objectos aí existentes) que podemos observar a partir do ponto onde nos encontramos.*». Assim, esta síntese visual da Paisagem dependerá, segundo este autor, de três factores distintos: a paisagem como “objecto” observável, o observador e o ponto de observação. Variando a Paisagem sempre que um destes factores é alterado, pelo menos em termos absolutos estes são inteiramente independentes.

Pode-se observar uma paisagem de montanha, localizando-se num dos principais sistemas montanhosos da Península Ibérica, a Cordilheira Central (Meireles *et al.*, 2006: 6). A Serra da Estrela é uma das áreas emblemáticas no que diz respeito aos valores naturais e à paisagem de enorme beleza que apresenta.

Devido ao seu enquadramento longitudinal com características mediterrâneas mas também com a proximidade do Oceano Atlântico, sem barreiras físicas presentes, a Serra da Estrela sofre influências Mediterrâneas, Atlânticas e Continentais o que se traduz e confere, a esta parte do território, condições excepcionais de multiplicidade climática e vegetativa que devido à sua altitude a fauna e a flora existente tem uma grande diversidade.

Esta peculiar diferença climática induzida pela topografia pode-se definir, bioclimaticamente, em três grandes patamares, um andar basal, mais quente e seco (Mesotemperado) que vai até aos 800m de altitude; um andar intermédio, situa-se entre os 800-1600m (Supratemperadosubmediterrâneo) e o andar superior, frio e húmido, acima dos 1600m (Orotemperadosubmediterrânico) (Jansen, 2002: 21).

A Serra da Estrela é uma região que apresenta importantes valores naturais, geológicos e geomorfológicos, com habitats raros, com formações vegetais de grande valor e com endemismos florísticos e faunísticos. Constitui assim um sistema montanhoso de enorme valor, no qual se pretende promover o turismo de natureza, fomentando o entretenimento e fruição dos turistas na área protegida.

A paisagem de montanha é muitas vezes constituída por um «território»⁷ com uma relação panorâmica intrínseca, ilustrado na figura II.5. Na Serra da Estrela a dinâmica visual tem ainda uma evidente relação com as estações do ano, associada às condições climáticas e ao ritmo da vegetação, essa perspectiva do território altera-se fortemente. Não é de descorar, obviamente, o relevo e a altitude criando patamares determinantes para a alteração da

⁷ Corresponde a uma vasta área, delimitada, até onde o Olhar consegue alcançar.

vegetação, a exposição das encostas e o substrato geológico são fundamentais também no aparecimento de condições ambientais, específicas do coberto vegetal (Moura, 2006: 68).

Contudo a paisagem é mais do que o Olhar permite alcançar, é um somatório das condições físicas, biofísicas e culturais que deve ser entendida e gerida de uma forma multifuncional, só assim se pode potenciar a integração que oferece a paisagem rural.

Correia (2007), define a paisagem multifuncional, baseando-se numa reinterpretação nas novas formas de uso do solo e dos agentes gestão da paisagem. Relacionando este novo paradigma da multifuncionalidade a uma maior sustentabilidade. O espaço rural deixa de ser um espaço de produção por excelência, passando a ser um espaço também de consumo, interligando a perda da importância do sector agrícola e o aumento de outros sectores na economia rural.

A associação do sector do turismo nas áreas protegidas, como no caso do PNSE, onde a agricultura ainda contribui para a manutenção dos sistemas biofísicos(uso do solo), garantindo a qualidade e o carácter da paisagem, deve favorecer a requalificação das zonas rurais, quer por via da valorização da genuidade cultural, quer pela preservação da envolvente natural.

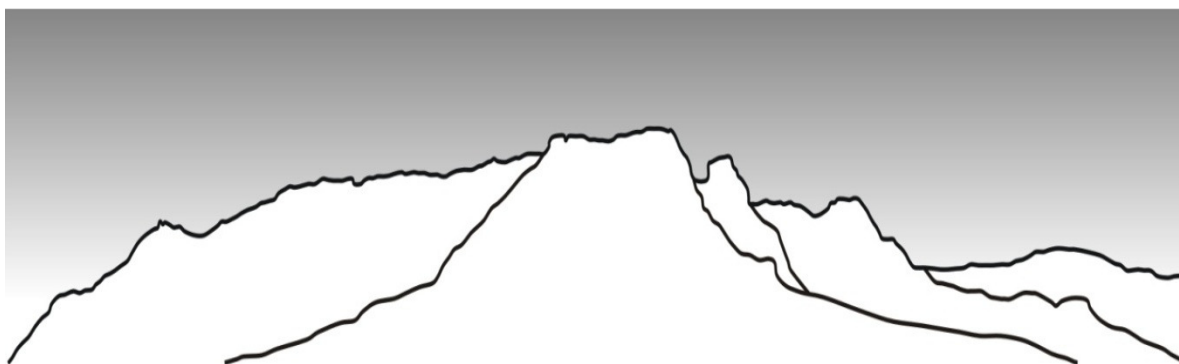


Figura II.5 - Perfil dos Cântaros, Raso, Magro e Gordo, da Serra da Estrela
Fonte: (Correia, 2012)

II.3 Aparecimento do Turismo de Natureza - *Resumo Histórico*

Para compreender melhor o conceito de Turismo de Natureza, pode-se começar por enquadrar a sua origem.

Com a revolução Industrial que as pessoas começam a ter capacidade económica, e a dispor de tempo para viajar. A I e II Guerra Mundial bem como a grande depressão 1929 nos Estados Unidos interrompem o crescimento do sector, e, é só no pós-guerra entre as décadas de 50-60 que passa a existir condições económicas e de estabilidade social para que o turismo

tenha o seu “boom”⁸. O Turismo passa por várias crises, provocadas pelas condições económicas globais, no entanto, nos anos seguintes às crises e com a recuperação da economia, o sector reinventa-se e supera-se constantemente. Após estas décadas que o turismo de massas passa a ser uma realidade e durante muito tempo o turismo foi considerado como uma actividade livre de impactes negativos no meio ambiente (Burnay, 2000). Portugal não é excepção e vê crescer principalmente na sua costa uma série de núcleos urbanos sem planeamento.

Na década de 90 do século passado, surge um novo sector – o Turismo de Natureza e Ecoturismo – devido às preocupações ambientais e à procura de um maior contacto com a natureza e valores culturais. A *Ecotourism Society*, citada por Burnay (2000: 25), define este tipo de Turismo como:

“O ecoturismo é um turismo praticado em espaços pouco ou nada perturbados pelo homem e que deve contribuir para a protecção da natureza e bem-estar das populações locais “ (...) “respeitando a integridade dos ecossistemas e criando oportunidades económicas de forma a que a conservação dos recursos naturais se traduza num benefício para as comunidades locais”

Com esta tendência global de necessidade de criar novos mercados, Portugal criou o Programa Nacional de Turismo de Natureza na Rede Nacional de Áreas Protegidas, através de um diploma legal⁹. Assim o Turismo de Natureza contribui para o desenvolvimento económico das populações locais, bem como, para a conservação e valorização do património Natural e Cultural.

Pode-se assim definir o Turismo de Natureza (TN), como um produto turístico que é composto por actividades e serviços, onde integra a hospedagem, a animação ambiental e o Desporto da Natureza, realizados e prestados nas áreas protegidas (Fraga, 2005)

8 Do inglês «boom», que significa um aumento súbito de algo, ECONOMIA subida repentina do nível da atividade económica. In *Infopédia* [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2013. [Consult. 2012-03-19]. Disponível na www: <URL: <http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/boom>>.


9 Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/98, de 25 de Agosto

II.4 Alojamento e Aplicabilidade no Turismo de Natureza

A hospedagem está associada ao TN como factor de crescimento determinante para o sucesso das populações que vivem nas áreas protegidas.

O TN pode integrar vários tipos de empreendimentos turísticos. A tabela seguinte é uma síntese do Decreto-Lei nº39 de 2008, de 7 de Março, que estabelece o respectivo regime jurídico.

Tabela II.3 -Resumo do produto Turístico – Turismo da Natureza
Fonte: Decreto-Lei nº39 de 2008 de 7 de Março

<p>Hospedagem</p>  <p>Figura II.6 - Logótipo Turismo da Natureza</p>	Estabelecimento Hoteleiros	Hotéis Hotéis- Apartamentos <i>Aparthotéis</i> Pousadas	
	Aldeamentos Turísticos		
	Apartamentos Turísticos		
	Conjuntos turísticos <i>Resorts</i>		
	Empreendimentos de turismo de habitação		
	Empreendimentos de turismo no espaço rural	Casas de Campo	Casa de Campo
		Agro-turismo	Turismo de Aldeia
		Hotéis Rurais	
	Parques de Campismo e Caravanismo		
	Animação Ambiental	Animação ambiental	Visitação nas áreas Classificadas
Interpretação Ambiental			
Desporto de Natureza*	Empresas de Animação		
	Agências de Viagens		
	Empreendimentos Turísticos		
	Associações, Clubes, Fundações, Misericórdias, Mutualidades, IPSS. outras.		

*Ver Decreto-Lei nº 108 de 2009 de 15 de Maio

Os contributos dos serviços descritos anteriormente, para o desenvolvimento económico das regiões do interior são imensos, como, permitir o aumento dos rendimentos dos agricultores, com o agro-turismo (Fraga, 2005: 13). Os vários tipos de hospedagem podem ser reconhecidos como TN, envergando o logótipo de designação de «Turismo da Natureza» (FiguraII.6), em que para isso as empresas têm que ser reconhecidas pelo Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade, IP (designado posteriormente só por ICNB), denominarem-se assim, empresas de «Turismo da Natureza», aptas para actuar nas áreas protegidas.

O surgimento de serviços complementares no TN, como é exemplo: a animação ambiental, o desporto de natureza, e os serviços de apoio à hospedagem, potenciam a fixação de jovens. A criação, manutenção/consolidação do posto de trabalho, assegurando uma menor desertificação. Contribuindo também para a inclusão de grupos mais desprotegidos, como são os idosos, mas portadores de um conjunto de «*saberes-fazeres*» que são apreciados e valorizados pelos turistas (Fraga, 2005:13).

Este tipo de turismo contribui para uma maior consciencialização das populações para com o património natural, histórico e cultural, assim as povoações ao perceberem o potencial económico deste produto passam a exercer pressão sobre as entidades competentes para que esses valores sejam recuperados/conservados e a assumir comportamentos consistentes com a sustentabilidade destes valores. A grande, mais-valia deste produto é que tem pouca sazonalidade já que assenta em 3 pilares, cultural, patrimonial e natureza, que pela sua essência proporcionam características diferentes ao longo do ano, sempre com um grande valor e interesse.

Segundo Fraga (2005), a definição de TN centra-se em dois tipos de modalidades: Animação Ambiental e Desporto da Natureza, conforme apresentado na tabela seguinte.

Tabela II.4 - Definição do Produto Turístico – Turismo de Natureza
Fonte: Adaptação(Fraga, 2005: 90).

<p>Animação Ambiental</p> <p>(Considera-se este como um sistema duplo).</p>	<p><i>Animação ambiental</i></p> <p>Integra o conjunto de actividades de ocupação dos tempos livres dos turistas e visitantes. Esta modalidade contribui para a divulgação da gastronomia, do artesanato, da etnografia e dos produtos de caris regional;</p>
	<p><i>Interpretação ambiental</i></p> <p>Permite ao visitante/turista um conhecimento do património que caracteriza a área protegida. Esta informação pode ser global ou focada em aspectos, tais como, os processos geológicos, a fauna, a flora, os habitats ou coisas mais culturais como o uso e costumes das populações locais.</p>
<p>Desporto de Natureza</p>	<p>Permite usufruir de uma parte do território que tem características patrimoniais distintas, diversificando o produto turístico, desde que praticado de forma não nociva para a conservação da natureza.</p>

Segundo o Turismo de Portugal (THR, 2006: 56), o sector de TN tem uma taxa de crescimento anual de 9%, taxa superior ao crescimento internacional, evidenciando-se o potencial de crescimento do produto turístico - desporto na natureza.

O aproveitamento dos recursos disponíveis, Naturais, Culturais e Patrimoniais, numa visão de futuro passam por desenvolver experiências activas dos visitantes. Criando uma matriz de interesse, no caso deste trabalho o DN é o factor ancorador, dos valores culturais e patrimoniais contíguos aos valores naturais da área protegida.

Numa óptica de desenvolvimento do TN, o Turismo de Portugal, define este mercado em dois tipos, como se pode ver na tabela seguinte.

Tabela II.5- Definição do Produto turístico - Turismo de Natureza
Fonte: (THR, 2006: 9).

<p>Natureza soft (representa cerca de 80% do total de viagens de Natureza).</p>	<p>As experiências das actividades ao ar livre são de baixa intensidade(passeios, excursões, percursos pedestres, observação de fauna, etc.).</p>
<p>Natureza hard (representa 20% do total de viagens de Natureza).</p>	<p>As experiências relacionam-se directamente com a prática de DN, em que existe um grau de conhecimento e preparação, por parte do praticante, muito elevado (birdwatching, escalada, parapente, etc.).</p>

O turismo de natureza tem que ser entendido e desenvolvido num *Cluster*¹⁰, constituindo pelos vários valores naturais, culturais e arquitectónicos, estabelecendo-se uma relação simbiótica. Do ponto de vista cultural e arquitectónico a região conta já com algumas iniciativas que podem ser interligadas com o DN, exemplo disso são as Aldeias Históricas, Aldeias de Xisto, Rota dos Fósseis, Rota da lã, Rota do Queijo, Rota da Água, etc.

É necessário que a matriz de desenvolvimento deste produto turístico seja enquadrada numa boa oferta de alojamento, restauração e centros interpretativos. O DN é relativamente jovem e susceptível de amplas e difusas interpretações pela sua variedade de actividades, no entanto, o crescimento rápido deste mercado pode levar a confiar exclusivamente nos valores naturais, cometendo o erro de não proporcionar uma experiência inesquecível (THR, 2006: 17).

¹⁰ A definição de cluster pretendida para o TN é que é um conjunto de actividades que se desenvolvem, sugerindo assim a União, Agregação e Integração.

II.5 Fenómeno Social do Desporto da Natureza - *Mercados emissores*

A definição de Desporto da Natureza foi discutida ao longo dos tempos, como refere Melo (2009: 96) nas suas reflexões sobre a definição conceptual do DN. O desporto de natureza tem que ser entendido como um fenómeno social amplo que acompanha as tendências da sociedade, estando sempre presente na sua definição, uma dupla ambiguidade de competição desportiva e carácter lúdico.

Os termos utilizados para designar várias actividades praticadas que integram uma área mais ampla, em meio natural, são imprecisos, difusos e pouco consensuais. Assim ao longo das variadas décadas foram apresentadas várias definições como exemplifica Melo (2009) citando, vários autores, como se pode verificar nas tabelas seguintes:

Tabela II.6 - Definição conceptual de Desporto da Natureza
Fonte: Adaptação (Melo, 2009).

Designação	Fonte citada	Definição
<i>Actividades de ar livre</i> “PleinAir”	Bessy&Mouton, 2004.	Esta proposta surgiu na segunda metade do século XIX, tendo como principal ideia a actividade física em meio natural, num ambiente saudável.
<i>Movimentos Naturalista</i> deHébert <i>Escutista</i> de Baden-Powell	Vigarello, 1983; Sobral, 1985; Bessy&Mouton, 2004.	Estes movimentos surgem no final do século XIX e início do século XX, respectivamente. O pilar básico destes movimentos é a defesa do retorno à natureza como forma de contrariar a decadência moral e física dos europeus, em contraste com o vigor dos povos de outros continentes.
<i>Desportos Californianos</i>	Pociello, 1986; Vigarello, 1986; Bessy&Mouton, 2004.	Esta designação deve-se à origem geográfica e cultural destes desportos, que surgem nos anos 60, do século XX, na Califónia - EUA; mas também devido à sua “estrutura motriz” e a uma “estilo” particular das práticas: surf, windsurf, voo-livre, skate-board, freesbe, etc. Estes desportos são encarados como uma filosofia pacifista e ecologista, onde os praticantes procuram uma harmonia com a natureza, através de uma prática livre e emocional, que se opõe à perspectiva competitiva.
<i>Actividades de Ar Livre e Exploração</i>	Araújo, 1983.	Esta designação surge em Portugal, no início da década de 80, do século XX, sob a ideia de um conjunto de actividades que estabelecem o contacto entre o indivíduo, a natureza e os seus elementos naturais.

Tabela II.7- Definição conceptual de Desporto da Natureza (Continuação).
Fonte: Adaptação (Melo, 2009).

Designação	Fonte citada	Definição
Actividades Físicas de Natureza “Activités Physiques de Plein Nature”	Bessy&Mouton, 2004.	Esta proposta surge entre a década de 80 e 90, do século XX, através do desenvolvimento de actividades com o objectivo de progredir (com ou sem engenho) na natureza, estando presente um risco relativo, associado à incerteza do meio.
	Moreira, 2007.	Nesta perspectiva, o praticante não pretende integra-se no meio, sendo este apenas o local de prática das actividades
Desportos de Aventura “Adventure” ”Adventure”	Vanloubbeeck, 2000; Betrán, 2003.	Esta denominação engloba as actividades físicas, praticadas em meio natural, que respeitam um conjunto de regras e são praticadas com o constante aparecimento de situações imprevistas e conotados com um forte sentido de risco e incerteza
Desportos Radicais	Tomlinson, 1997.	Esta designação abrange as modalidades que configuram uma grande descarga de adrenalina, na tentativa de alcançar objectivos exigentes aos quais estão, normalmente, associados factores de risco.
		Estas práticas estão relacionadas com habilidades “radicais” que dependem de engenhos (e.g. prancha de “surf”, tábua de “snowboard”, etc.), que permitem utilizar a força da gravidade para proporcionar o maior número de soluções possíveis, e que possam superar as forças da natureza: o ar, o solo e a água.
Desportos Extremos “Extreme Sports”	LeScanff, 2000.	Este termo foi generalizado a partir dos anos 80, do século XX, associado às actividades relacionadas com feitos grandiosos, excessivos ou imoderados, que são levadas ao extremo para atingir os limites.
Desportos de deslize “Sports de Gliss”	Lacroix, 1985; Pociello, 1986.	São as actividades que recorrem à utilização das energias da natureza como um meio de propulsão, que proporciona o deslizamento na água no ar ou na terra
	Villaverde, 2007.	Esta definição deixa de fora algumas actividades que são enquadráveis neste tipo de práticas (pedestrianismo, montanhismo e a escalada).

O aparecimento no final do século XX de espaços organizados, estruturados e com condições de segurança é consequência do aumento do número de praticantes e da opção por espaços em meio natural.

Melo (2009), afirma ainda que os termos: Desporto; Aventura e Natureza estão presentes ao longo das várias décadas, nem sempre preocupados com os riscos nocivos para o ambiente ou com a sua conservação, no entanto o propósito era o de praticar modalidades desportivas em espaço natural, tentando progredir e/ou enfrentar os desafios e os riscos naturais inerentes. O termo Natureza é o elo fundamental que caracteriza as relações de integração do Homem, surgindo a ideia associada à ecologia e ao ambientalismo, mas é a característica de *Aventura* e risco o principal factor de motivação para a prática de *Desporto* em meio natural.

O turismo de Portugal optou por relacionar a evolução estratégica das grandes tendências da procura internacional e a cota que cada um tem no mercado nacional, assim, o Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) definiu em 2006 dez produtos estratégicos que potenciam o crescimento e a competitividade do Turismo em Portugal.

Tabela II.8 - Dez produtos turísticos estratégicos de âmbito nacional e o potencial valor de mercado
Fonte: (THR,2006).

Tipologia de Turismo	Mercado Viagens internacionais na Europa	Duração Média em dias/noites	Valor Estimativa pessoa/dia
Turismo de Natureza	22 Milhões	+4	80€ - 250€
<i>Touring</i> Cultural e Paisagístico	44 Milhões	+4	± 110€
Saúde e Bem-Estar	3 Milhões	+4	100€ - 400€
Gastronomia e Vinhos	600 Mil	3 - 7	150€ - 450€
Golfe	1 Milhão	5 - 8	100€ - 600€
Turismo Náutico	3 Milhões	+2	80€ - 500€
Sol e Mar	5 Milhões	7 - 10	200€ - 600€
Turismo de Negócios	4 Milhões ⁽¹⁾	4 - 5	410€
<i>City Breaks</i>	34 Milhões	+4	60€ - 450€
<i>Resorts</i> Integrados e Turismo Residencial	30 Milhões ⁽²⁾	--	--

(1) - Dos vários tipos de instalações utilizadas em reuniões internacionais corporativas, 31% ocorrem em Hotéis Rurais. Correspondendo a cerca de 1 Milhão na Europa.

(2) - 4 Milhões de europeus têm uma propriedade num país que não é o de origem, com os Britânicos e os alemães a representarem 65% dos compradores anuais. Espanha e França são os países de eleição para uma segunda habitação, sendo que Espanha detém 50% da cota de mercado.

Das várias modalidades, os tipos de turismo que podem potenciar o desenvolvimento económico nas Áreas Protegidas, pelas suas características, são o Turismo de Natureza e o *Touring* Cultural e Paisagístico (*Touring*) por excelência, bem articulados, podem ser um

amplificador de desenvolvimento de outros produtos tais como o Turismo de Saúde e Bem-Estar, Gastronomia e Vinhos e o *City Breaks*, sendo que esta ultima modalidade tem que ser enquadrada nas médias e pequenas cidades envolventes ao PNSE, pois estas encerram Valores Culturais e Patrimoniais. Sendo que se torna imprescindível enquadrar estes produtos turísticos com uma boa oferta de alojamento e centros interpretativos. Costa (2007), refere-se ao Touring, ao TN e ao Turismo de Gastronomia e Vinhos como fatores que, vistos num contexto de interligação, podem servir de geradores do aumento do número de visitantes e respectivamente do seu valor. Sendo que o futuro das unidades de turismo em espaço rural exige uma cooperação entre os empresários, as populações rurais e a administração do Turismo nacional e local, para assim assegurar o desenvolvimento económico das populações das zonas desfavorecidas e contribuir sustentabilidade dos recursos naturais e culturais.

Tendo em conta o desenvolvimento do *Cluster* e as particularidades dos produtos turísticos de Golfe e Turismo Náutico, estes podem evoluir em simultâneo com o turismo nas áreas protegidas, sendo que o fator limitante será a proximidade, excluindo à partida os turistas que procuram *Resorts* Integrados e Turismo Residencial pois implica uma oferta imobiliária específica, não compatível com as áreas protegidas, os restantes produtos turísticos devem ser flexíveis entre si para que independentemente do motivo que leva o turista a fazer a viagem ele possa ter contacto com os mais variados produtos turísticos que caracterizam o DN.

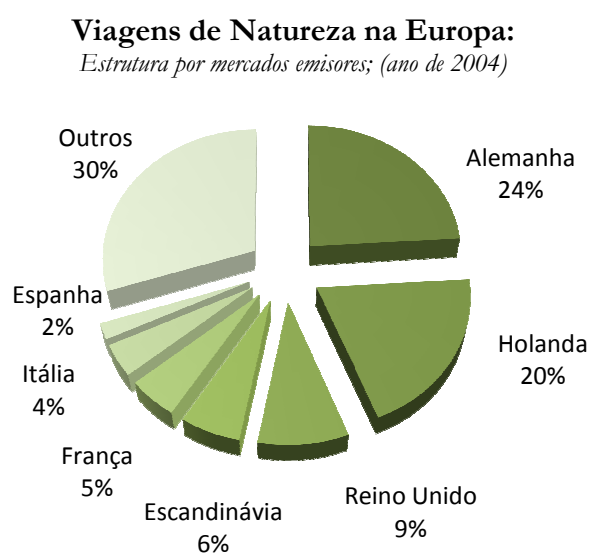


Figura II.7 - Viagens de Natureza na Europa por mercados emissores
Fonte: (TRH, 2006).

Como se verifica pela análise da figura II.7 os maiores mercados emissores se encontram na Europa, em países com um elevado nível de vida. Indicando assim um potencial económico enorme para o TN em Portugal.

Podendo o DN nas áreas protegidas tornar-se no factor de atractividade destes mercados, contribuindo para um desenvolvimento económico das populações.

Segundo o estudo efectuado pela TRH, (2006) através dos inquéritos realizados em Janeiro do mesmo ano, pode-se deduzir que dos seis principais países emissores da Europa, os

inquiridos colocam Portugal como um destino bastante adequado para viagens de TN, resalvando que estas opiniões podem ser determinadas mais pelo desconhecimento do país do que pelo seu conhecimento. Os inquiridos, não tiveram em consideração a experiência dos inquiridos de viajar para o mercado nacional.

Para uma melhor promoção dos produtos turísticos nas áreas protegidas, será fundamental que os vários agentes se entendam numa política comum de promoção nos mercados emissores, bem como, combater as deficiências da oferta quer dos produtos quer dos serviços que o TN pode proporcionar aos visitantes.

II.6 Modalidades do Desporto da Natureza

As características das áreas protegidas, devido ao seu potencial, concentram, como já foi referido anteriormente, património Natural, Paisagístico, Cultural e Arquitectónico potencializando o produto turístico.

Segundo a legislação em vigor os desportos na natureza são todos aqueles que aproximam o Homem da Natureza de uma forma saudável e sem que se ponha em causa a conservação, a gestão e a própria sustentabilidade da área protegida¹¹.

Segundo o Decreto-Lei nº108/2009, de 15 de Maio, as actividades exclusivas das áreas protegidas são as seguintes:

a) Passeios pedestres, expedições fotográficas, percursos interpretativos e actividades de observação de fauna e flora;
b) Actividades de orientação;
c) Actividades de teambuilding;
d) Jogos populares;
e) Montanhismo, escalada, actividades de neve, canyoning, coasteering, e espeleologia;
f) Percursos de obstáculos com recurso a rapel, slide, pontes e similares;
g) Paintball, tiro com arco, besta, zarabatana, carabina de pressão de ar e similares;
h) Balonismo, asa delta sem motor, parapente e similares;

i) Passeios de bicicleta (cicloturismo ou BTT), passeios de segway em outros veículos não poluentes;
j) Passeios equestres, passeios em atrelagens de tracção animal e similares;
l) Passeios em veículos todo o terreno;
m) Passeios de barco, com ou sem motor;
n) Observação de cetáceos e outros animais marinhos;
o) Vela, remo, canoagem e actividades náuticas similares;
p) Surf, bodyboard, windsurf, kitesurf e actividades similares;
q) Rafting, hidrospeed e actividades similares;
r) Mergulho.

¹¹Decreto-Lei nº 47/99, de 16 de Fevereiro, Alterado pelo Decreto-Lei n.º 56/2002, de 11 de Março

Segundo Fraga (2005), as definições das modalidades, anteriormente indicadas, são descritas atendendo às características específicas e representadas pelos respectivos pictogramas (Anexo I).

O espaço ao ar livre e o contacto com a natureza são, de facto, um cenário impar para estas actividades, desenvolvidas normalmente em espaços rurais ou em áreas protegidas. A prática de DN associada ao lazer assume um factor potenciador das modalidades, constituindo mesmo um dos vectores de desenvolvimento do TN (PENT, 2006).

As modalidades de DN anteriormente descritas e definidas enquadram-se na definição estabelecida pela legislação em vigor, que as considera como *«todas as que sejam praticadas em contacto directo com a natureza e que, pelas suas características, possam ser praticadas de forma não nociva para a conservação da natureza»* (Decreto-Lei n.º 47/99, de 16 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 56/2002, de 11 de Março), *«e aquelas cuja prática aproxima o homem da natureza de uma forma saudável e seja enquadrável na gestão das áreas protegidas e numa política de desenvolvimento sustentável.»*

Pode-se definir que a sustentabilidade, demonstrativo na figura II.8, é uma razão equitativa entre:

- A manutenção e conservação das áreas protegidas;
- O desenvolvimento económico das zonas desfavorecidas;
- O Turismo da Natureza, onde se enquadra o Desporto da Natureza.

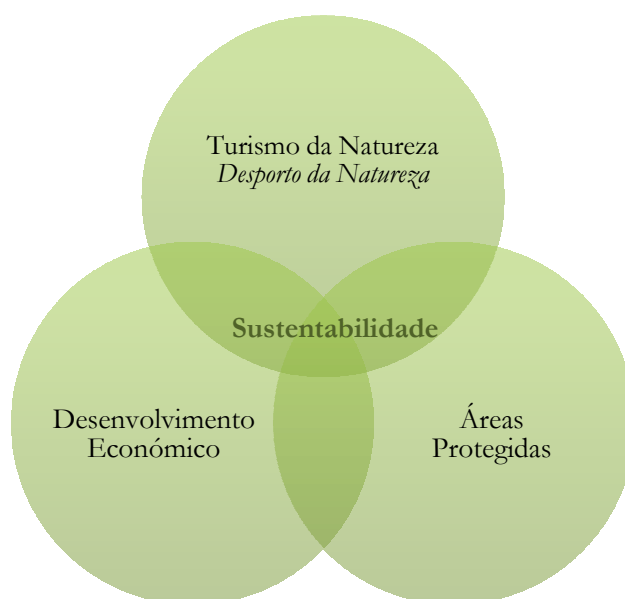


Figura II.8- Diagrama da acção sustentável do Desporto da Natureza

II. 7 Áreas Protegidas e Classificadas – *Enquadramento regional geográfico*

Face ao enquadramento regional geográfico das áreas protegidas da Região Centro (Figura II.9) pretende-se que todas as áreas protegidas, bem como, todo o património arquitectónico e cultural potenciem a atracção turística, onde o TN funciona como elemento agregador das mesmas.

Segundo a Direcção Geral de Turismo, as tendências demonstram que os turistas (cerca 20% do turismo Nacional) optam por escolhas geográficas onde, configuram produtos turísticos que têm à disposição valores naturais tais como: o campo, os planos de água e a montanha.

As áreas protegidas são por excelência zonas onde o turista pode encontrar cenários de campo, de montanha, rios e planos de água. Estas áreas pelas suas condições legais e culturais privilegiam os valores naturais, podendo-se assim desfrutar da paisagem e da sua enorme biodiversidade, na figura seguinte podemos verificar a distribuição das áreas protegidas do centro.

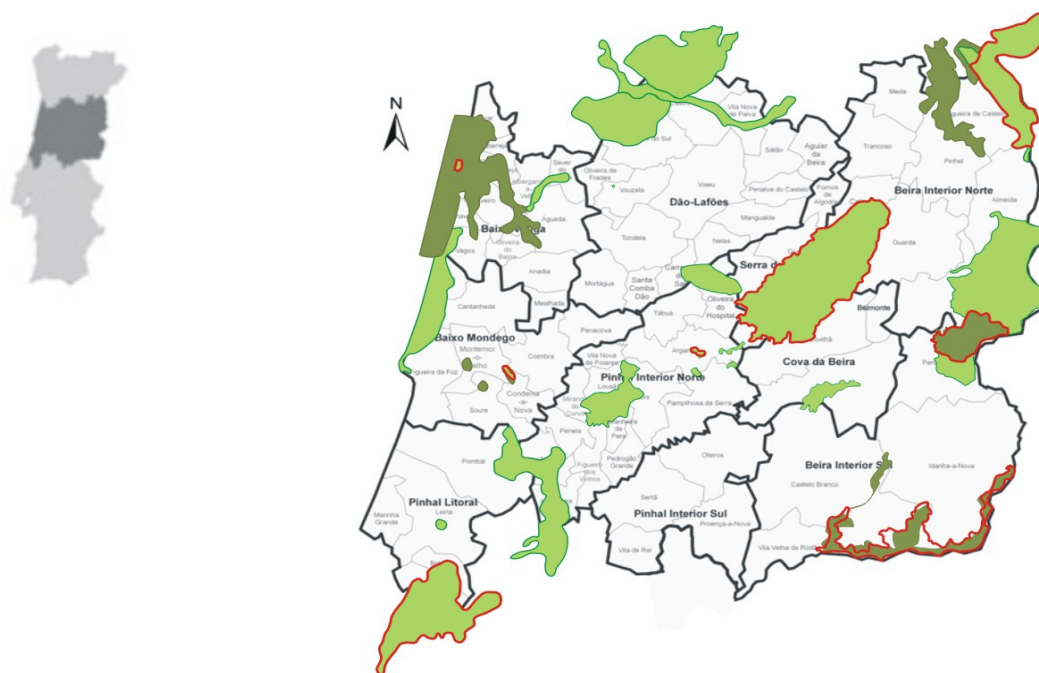


Figura II.9- Enquadramento regional geográfico das áreas protegidas da região Centro
Fonte: Adaptação do Mapa das Unidades Territoriais Estatísticas de nível III e do Mapa de Áreas Protegidas do ICNB (2000) (Arquivo do PNSE, 2012).

O DN deve ser pensado numa paisagem integradora, sendo por isso fundamental enquadrar a área do PNSE com as áreas protegidas e com os factores Arquitectónicos e Culturais que o envolvem. Assim, o enquadramento geográfico pretendido é a área de

influência da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC)¹², região em que as áreas classificadas ocupam no seu todo uma área de cerca de 16% do território (CCDRC, 2007: 15).

As áreas protegidas de âmbito nacional que se ambicionam interligar na região centro, bem como, os valores que nelas se encerram, são demonstradas pela figura anterior e pela tabela seguinte:

Tabela II.9 - Áreas protegidas da Região Centro (CCDRC)
 Fonte: Adaptado dos Logótipos e Mapa de Áreas Protegidas do INCB(Arquivo do PNSE, 2012).

Parques Naturais		<i>Parque Natural da Serra da Estrela</i>
		<i>Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (Parcial);</i>
		<i>Parque Natural do Douro Internacional (Parcial);</i>
		<i>Parque Natural do Tejo Internacional.</i>
Reservas Naturais		<i>Reserva Natural da Serra da Malcata;</i>
		<i>Reserva natural das Dunas de São Jacinto;</i>
		<i>Reserva Natural do Paul de Arzila.</i>
Paisagens Protegidas		<i>Paisagem Protegida da Serra do Açor.</i>
Monumentos Naturais		<i>Monumento Natural Cabo Mondego</i>
		<i>Monumento Natural Portas de Ródão (Parcial).</i>

O PNSE pode ser considerado como o elemento central das áreas protegidas na Região Centro. As áreas protegidas podem ser de âmbito «nacional, regional ou local», como é definido no Decreto-lei 142/2008 de 24 de Julho, ou de estatuto privado designando-se por «áreas protegidas privadas».

Na Região Centro não se regista nenhuma área protegida de âmbito regional. Assim de âmbito local tem-se a *Paisagem Protegida dos Montes de Santa Olaia e Ferrestelo*, que se situa no concelho da Figueira da Foz. Com estatuto privado, única no país, encontra-se o projecto “*Reserva da Faia Brava*”¹³ (Figura II.10), com uma área com cerca de 398 hectares, situando-se na parte central da Zona de Protecção Especial do Vale do Côa (PTZPE0039), localizando-se nos concelhos Figueira de Castelo Rodrigo e Pinhel.

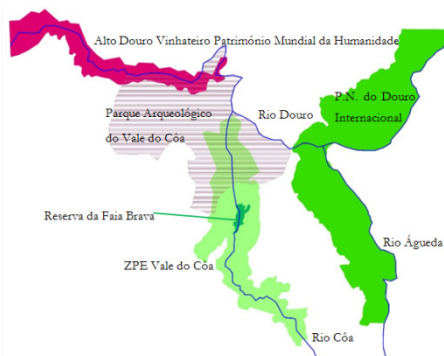


Figura II.10 - Enquadramento geográfico da área protegida privada – Reserva da Faia Brava.

¹² São todas as áreas protegidas de âmbito nacional que se encontram na zona administrativa da CCDRC.

¹³ Pertence à Associação da Transumância e Natureza (ATN), criada 6 de Junho de 2000 por publicação em Diário da República (III Série), de 25 de Julho de 2000.

Na mesma área de influência encontram-se também outras zonas classificadas, como é o caso da rede ecológica de âmbito europeu - Rede Natura 2000¹⁴, que compreende as zonas classificadas, definidas pelo Decreto-Lei nº49/2005 de 24 de Fevereiro, nomeadamente:

- Zona Especial de Conservação (ZEC): é um Sítio de Importância Comunitária (ainda se encontra a designação de SIC em alguns documentos oficiais) *«no território nacional em que são aplicadas as medidas necessárias para a manutenção ou o restabelecimento do estado de conservação favorável dos habitats naturais ou das populações das espécies para as quais o sítio é designado»;*
- Zona de Protecção Especial (ZPE): é *«uma área de importância comunitária no território nacional em que são aplicadas as medidas necessárias para a manutenção ou restabelecimento do estado de conservação das populações de aves selvagens (listada no anexo A-I do Decreto-Lei nº49/2005 de 24 de Fevereiro) e dos seus habitats, bem como das espécies de aves migratórias não referidas neste anexo e cuja ocorrência no território nacional seja regular».*

Na tabela seguinte apresenta-se a listagem das zonas classificadas que se enquadraram na Região Centro:

Tabela II.10 - Enquadramento das zonas classificadas Região Centro
Fonte: (Arquivo do PNSE, 2012).

ZEC (Zonas Especiais de Conservação)	ZPE (Zonas de Protecção Especial)	Outras zonas com regime de protecção
Azabuxo/Leiria;	Douro Internacional e Vale do Rio a Águeda;	Alto Douro Vinhateiro Património Mundial da Humanidade (Parcial);
Cambarinho;	Paul da Arzila;	Parque Arqueológico do Vale do Côa (Parcial);
Carregal do Sal;	Paul da Madriz;	Sítio Arqueológico do Vale do Tejo.
Complexo do Açor;	Paul do Taípal;	
Douro Internacional;	Ria de Aveiro;	
Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas;	Serra da Malcata;	
Paul de Arzila;	Tejo Internacional, Ergues e Ponsul;	
Rio Paiva (Parcial);	Vale do Côa.	
Rio Vouga;		
Serra da Estrela;		
Serra da Freita e Arada;		
Serra da Gardunha;		
Serra da Malcata;		
Serra de Aire e Candeeiros;		
Sico/Alvaiázere.		

14 Rede Natura 2000 é uma rede ecológica para o espaço Comunitário da União Europeia resultante da aplicação das Directivas nº 79/409/CEE (Directiva Aves) e nº 92/43/CEE (Directiva Habitats) que tem como finalidade assegurar a conservação a longo prazo das espécies e dos habitats mais ameaçados da Europa, contribuindo para parar a perda de biodiversidade. Constitui o principal instrumento para a conservação da natureza na União Europeia.

II.8 Património Arquitectónico e Cultural – *Enquadramento regional geográfico*

O desporto nas áreas protegidas tem um grande potencial de desenvolvimento se estiver associado às outras modalidades do TN. Assim o enquadramento regional do Património Arquitectónico e Cultural é algo que lhe deve estar associado.

A promoção e desenvolvimento no contexto geográfico regional assenta na valorização dos recursos endógenos do PNSE, muitos destes valores estão articulados com iniciativas de âmbito regional. A inclusão de acções de desenvolvimento patrimonial e cultural, como são exemplo as *Aldeias Históricas de Portugal e Aldeias de Xisto*, com uma incidência na região do Centro, constituindo “*uma rede de sítios de interesse turístico*” potenciando o desenvolvimento turístico (Carvalho, 2009: 1426).

Numa região onde o sector está subdesenvolvido, no entanto, dispõe de uma evidente vocação turística, destacando o rico património arquitectónico, uma grande riqueza ambiental, paisagística e estâncias termais (CCDRC, 2005: 49).

O legado do património histórico, arquitectónico e cultural na Região Centro é muito vasto e difundido por toda a região. Destaca-se a cultura megalítica, representada pela arquitectura Fúnebre ou Religiosa, designada por «Antas» e/ou «Dólmenes», e os vestígios de vias e assentamentos romanos. Também estão presentes vários castelos que outrora serviram para conquistar e/ou defender o território nacional. No extenso património religioso evidenciam-se 3 conventos classificados pela UNESCO como Património da Humanidade.

A arquitectura civil também tem várias exemplares, edifícios relevantes pela sua particularidade ou pelo conjunto que formam, contribuindo para um património construído, seja pela sua ruralidade ou pelas funções que exerceram de caris industrial.

A região está dotada de um conjunto museológico assinalável, alguns dos quais, integram a rede nacional de museus, é também de salientar um conjunto de jardins históricos que fazem parte do património paisagístico da região. A todo este património construído acrescenta-se uma panóplia de produtos tradicionais, etnográficos e artesanais que marcam a identidade das suas gentes (CCDRC, 2007: 19).

O património arquitectónico e cultural é bastante vasto, como já foi referido, contudo a sua importância é indiferenciável para o presente trabalho, pois todos contribuem para que exista uma pressão na área protegida que é objecto de estudo.

Assim optou-se por apresentar todo o património arquitectónico e cultural em forma de quadro (anexo II) para melhor entendimento da dimensão do legado acima referenciado, e em forma de ilustração para que o enquadramento geográfico seja mais perceptível.

A configuração da disposição do património arquitectónico e cultural no contexto regional é ilustrada na figura II.11.

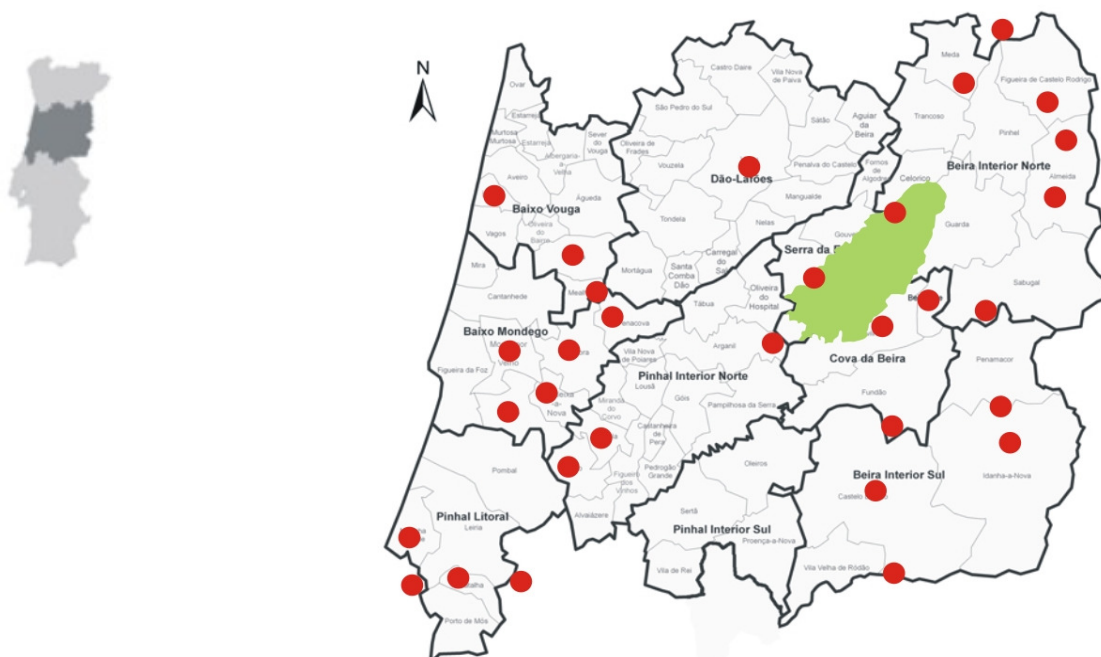


Figura II.11- Enquadramento geográfico regional do património arquitectónico e cultural.
Fonte: Adaptado CCDRC(2007).

III Caracterização e análise dos recursos abióticos, bióticos e culturais

No presente capítulo apresenta-se uma caracterização numa perspectiva bastante abrangente dos diferentes factores. Assim, com os parâmetros biofísicos e culturais escolhidos pretende-se uma visão holística do território em estudo, integrando a percepção paisagística em paralelo com o Turismo de Natureza.

Os parâmetros caracterizados seguidamente são: o clima; a geomorfologia e geologia; a hidrologia; a flora e vegetação; a fauna; a paisagem; a socioeconomia; a cultura e o dinamismo cultural.

III.1 Clima

No que respeita ao clima, e segundo o relatório do Plano de Ordenamento do PNSE, posteriormente designado somente por POPNSE (ICNB, 2009), o clima é condicionado por três factores principais, tais como:

<i>Altitude</i>	A Serra da Estrela é constituída por planaltos alongados com orientação nordeste-sudoeste e é sobretudo imponente do lado Sudoeste, destacando-se no Planalto da Torre a maior altitude de Portugal Continental, com 1993 metros.
<i>Proximidade ao Oceano</i>	A Serra da Estrela situa-se a cerca de 100 km do oceano Atlântico, o que torna possível nestas condições, ventos de oeste carregados de humidade alimentando-a de chuva e neve.
<i>Grande massa</i>	A sua imponente massa faz de barreira aos vales interiores da montanha, influenciando o microclima destes, onde se registam temperaturas mais suaves e chuvas menos abundantes.

As condicionantes acima descritas influenciam os factores bioclimáticos, como é o caso da precipitação, a temperatura, os vento se a humidade relativa do ar. Segundo Brito (2012), existe uma irregularidade no tempo, tanto na temperatura como na pluviosidade, sendo esta uma característica do clima de Portugal continental.

Contudo, Ribeiro (1985) afirma que o “*clima de montanha, com inverno rude, frio, nevoso e prolongado. Os primeiros nevões vêem em Novembro, e às vezes depois; mas a maior abundância de neve é no fim do Inverno e o mesmo viajante pode correr as pistas de ski e, um dia depois, passear liricamente entre as amendoeiras floridas do vale do Côa*”.

Segundo a descrição de Ribeiro (1985), o clima da Serra da Estrela é bastante adverso e ao mesmo tempo magnífico. A serra possui um clima bastante variável, podendo constituir-se

como um perigo, principalmente nos meses mais frios, onde os fenómenos bruscos de variação climática têm uma maior ocorrência, bem como, os fenómenos de nevoeiro "repentino", que podem levar à falta de orientação dos praticantes. No entanto, se cada praticante tiver as devidas precauções, pode-se concluir que a área em estudo reúne condições climáticas para o DN.

Para uma maior segurança dos turistas será importante que, cada um dos praticantes se informe previamente das condições meteorológicas para as horas e/ou dias em que pretende praticar actividades ao ar livre.

Em geral, os fenómenos climáticos no PNSE não constituem um entrave à prática do DN. Contudo, nos dias em que neva, por questões de segurança rodoviária, pode ser temporariamente condicionada a utilização das estradas, constituindo-se este como um factor restritivo para a prática do DN.

No entanto, como se indica em seguida, o número de dias com neve não é significativo, embora a adversidade climática aumenta neste período, pois associado à presença da neve há baixas temperaturas, maior probabilidade de formação de gelo e de ocorrência de nevoeiro.

A Serra da Estrela tem nos meses de inverno e na neve o seu melhor "cartaz turístico", pois é nessa época que mais turistas visitam o parque. É de referir que, muitos dos desportos também tem potencial para serem praticados nas estações do ano em que não existe neve, nomeadamente nos períodos do ano em que flora proporciona um atractivo diferenciador, associados à paleta de cores das várias estações.

Para uma melhor compreensão da influência do clima na prática do DN optou-se por uma caracterização geral, expressa graficamente onde se assinala a vermelho a área em estudo, complementada por uma descrição mais focada dos factores climáticos na área do parque.

Precipitação Total anual (mm)

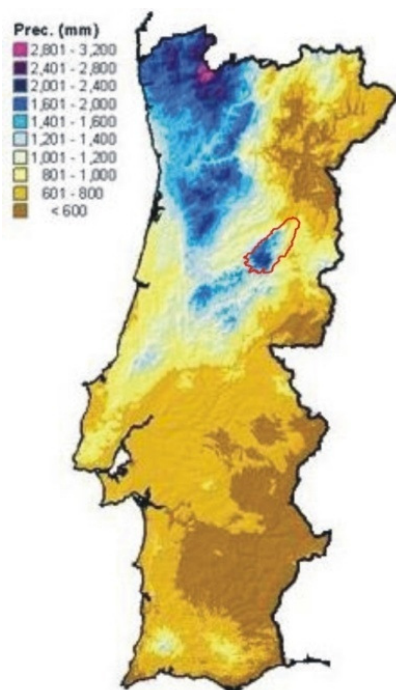


Figura III.12 - Precipitação Total
 Fonte: Instituto Meteorológico, IP Portugal¹⁵

Precipitação - Nº Dias igual ou superior a 1mm

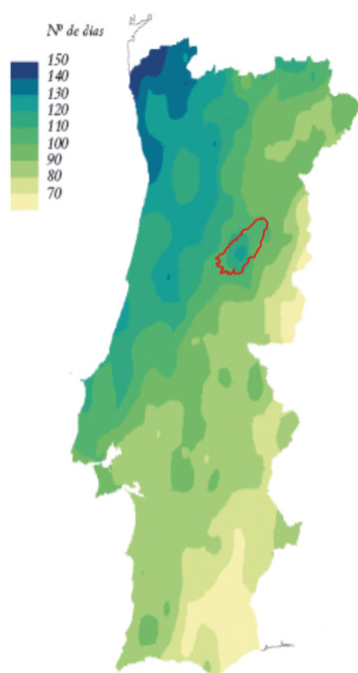


Figura III.14 - Precipitação em nº de Dias
 Fonte: Instituto Meteorológico, IP Portugal¹⁶

A **precipitação** total anual varia entre valores superiores a 2.400 mm, no planalto superior, e valores inferiores a 1.000 mm, no vale do Mondego, junto à Guarda e entre Seia e Gouveia (Figura III.12). A precipitação é muito irregular, dispersa por 100 e 120 dias, sendo entre Novembro e Março que ocorrem as maiores precipitações (Figura III.14).

A quantidade de chuva aumenta com a altitude e é sempre em maior quantidade nas vertentes Noroeste e Oeste, devido aos ventos carregados de humidade vindos do mar, do que nas vertentes de Este e Sueste, voltadas já para os planaltos secos do interior. Estas precipitações são designadas por chuvas orográficas (Figura III.13) ocorrem quando os ventos húmidos se elevam e resfriam pelo encontro de uma barreira montanhosa.



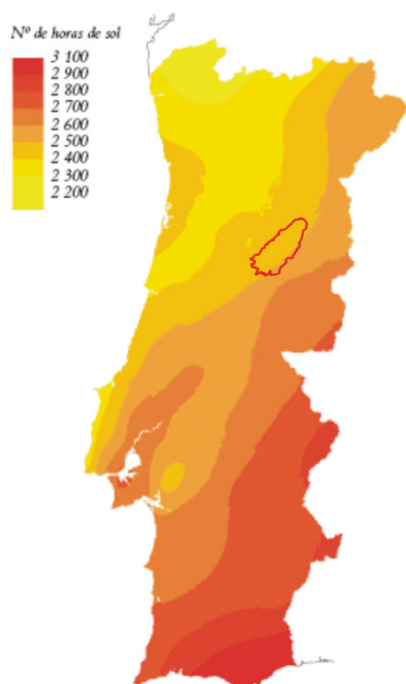
FiguraIII.13- Ilustração de chuvas orográficas.
 Fonte: (Correia, 2012).

Em relação à **neve**, este meteoro regista-se com maior frequência durante o mês de Fevereiro. O número médio de dias por ano com neve é de 37,3 dias. O número de dias com o solo coberto de neve é em média, de 60,5 dias por ano (ICNB, 2009).

15 <http://www.ipma.pt/pt/oclima/monitorizacao/index.jsp?selTipo=m&selVar=rr&selAno=-1>

16 <http://www.ipma.pt/pt/oclima/monitorizacao/index.jsp?selTipo=m&selVar=rr&selAna=to&selAno=-1>

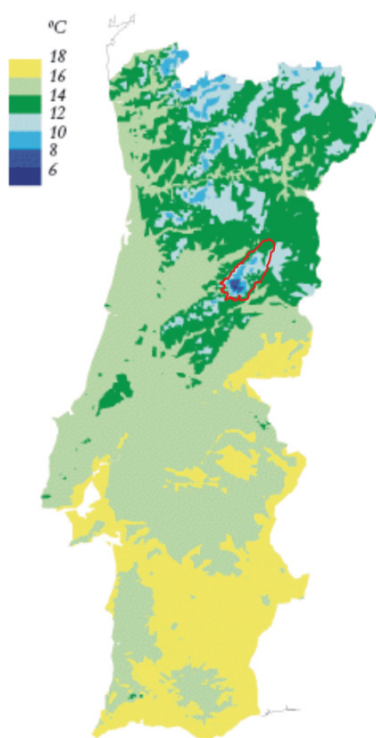
Insolação anual (nº de horas de sol)



FiguraIII.15- Insolação Anual

Fonte: Instituto Meteorológico, IP Portugal¹⁷

Temperatura média do Ar anual (°C)



FiguraIII.16 Temperatura Média Anual

Fonte: Instituto Meteorológico, IP Portugal¹⁸

A **insolação** anual varia entre as 2400 horas de sol na encosta noroeste e 2600 horas na encosta sueste(Figura III.15).

A **humidade relativa do ar**, média diária, varia de 55 a 60%, em Junho, e 85 a 90%, em Dezembro e Janeiro(ICNB,2009).

A **temperatura** média anual não desce abaixo dos 0°C (Figura III.16). Os meses mais frios são Dezembro, Janeiro e Fevereiro. As temperaturas mínimas médias e absolutas mais baixas observam-se em Janeiro e Fevereiro, sendo o valor mínimo registado de -16°C em Fevereiro, nas Penhas da Saúde.

Os meses mais quentes são Julho e Agosto, onde a temperatura média é de 20°C, no entanto, foram já observadas temperaturas absolutas superiores a 30°C, ocorrendo sempre o máximo no mês de Julho.

17 <http://www.ipma.pt/pt/oclima/monitorizacao/index.jsp?selTipo=m&selVar=su&selAna=to&selAno=2004>
18 <http://www.ipma.pt/pt/oclima/monitorizacao/index.jsp?selTipo=m&selVar=tt&selAna=an&selAno=2004>

Intensidade do Vento (m.s⁻¹)

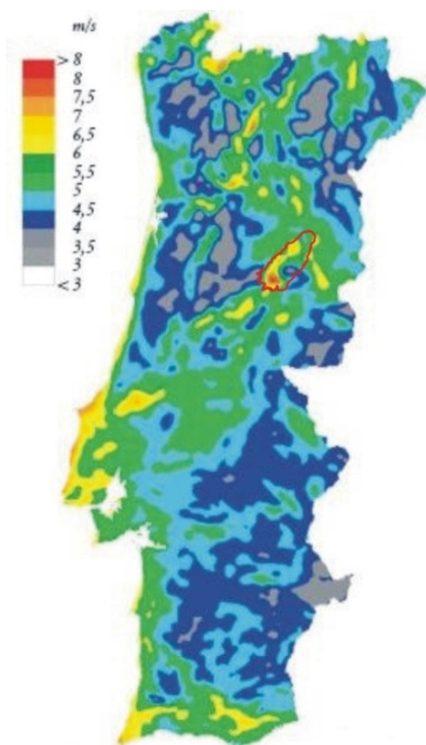


Figura III.17 - Intensidade do Vento
Fonte: Instituto Meteorológico, IP Portugal¹⁹

Risco de Geadas



Figura III.18 - Risco de Geadas
Fonte: Instituto Meteorológico, IP Portugal²⁰

Os **ventos** dominantes são do quadrante Noroeste, atingindo valores superiores a 50 km/h em Janeiro, contudo a média anual encontra-se no intervalo do 25km/h e os 30km/h no planalto superior (Figura III.17).

Importante mencionar que no andar basal, onde se dispõe a maioria dos aglomerados urbanos a média anual dos ventos situam-se entre os 14 e 18km/h, contudo essa média sobe para os 22km/h no planalto de Videmonte.

É de referir também, que os ventos do quadrante Sul e Sudeste são ventos húmidos e quentes.

Nota: 1m/s corresponde a 3,6km/h

A ocorrência da **geada** varia, em média, entre o risco de elevado e muito elevado nas Penhas Douradas e risco médio em Abrunhosa, localidade a noroeste da Serra da Estrela (Figura III.18).

É nos meses de Novembro até Março que ocorrem os dias com geada no ano, sendo os meses de Dezembro e Janeiro, aqueles em que ocorre maior número de dias com geada.

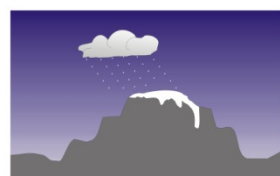
19 <http://www.ipma.pt/pt/oclima/monitorizacao/index.jsp?selTipo=m&selVar=tx&selAna=an&selAno=2004>
20 <http://www.ipma.pt/pt/oclima/monitorizacao/index.jsp?selTipo=m&selVar=tn&selAna=an&selAno=2004>

III.2 Geomorfologia e Geologia

Do ponto de vista geomorfológico e geológico, «a Serra da Estrela destaca-se pelo seu relevo majestoso, pelas formas que a erosão caprichosamente esculpiu na rocha e pela singularidade notável dos vários testemunhos geomorfológicos, um legado dos períodos glaciares» (ICNB, 2008: 17). Contudo, pretende-se de uma forma sucinta caracterizar os factores mais relevantes da geomorfologia e da geologia para a área do Parque Natural.

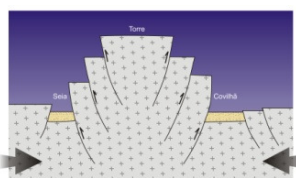
A região do PNSE deriva essencialmente de deslocações tectónicas, demonstrado na ilustração lateral, que levantaram o maciço montanhoso. Decorrendo um período relativamente longo, a erosão dos níveis superiores da crosta, esta, por alívio de carga, vai subindo, trazendo de níveis inferiores, até à superfície as rochas aí formadas, este mecanismo é designado por “UpLift” (Ferreira e Vieira, 1999: 24).

Apresentando uma linha de cumeadas com orientação nordeste-sudoeste pelos Planaltos de Videmonte, Santinha, Central, Serra da Alvoaça, mantendo a continuidade na Serra do Açor. As escarpas que dão origem à Serra da Estrela e que a limitam, são falhas tectónicas com uma evolução relativamente longa. No entanto, os grandes desníveis que se observam na Serra da Estrela não são apenas das movimentações tectónicas, devendo-se, também, aos profundos entalhes dos rios, sendo evidente a interacção permanente entre a tectónica e a erosão fluvial, originando entalhes fluviais profundos, como é exemplo disso, o imponente Vale Glaciar do Zêzere (Figura III.19).



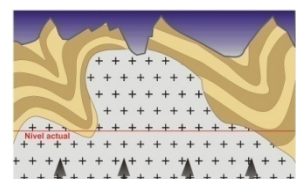
Glaciação

20 mil anos



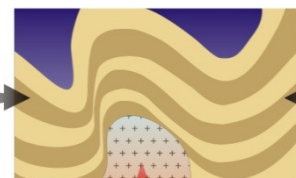
O rejeito de antigas falhas provoca a elevação da montanha.

10 milhões de anos



Ciclo de erosão acompanhado da ascensão dos níveis inferiores “UP LIFT” e aplanamento da meseta.

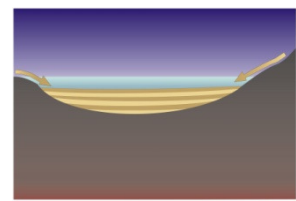
200 milhões de anos



Dobras hercínicas nas metassedimentos.

Instalação dos Granitos. Rede de facturação.

300 milhões de anos



Deposição de sedimentos do complexo xistograuváquico.

650 milhões de anos

Figura III.19- Síntese de acontecimentos que marcam a história geológica da Serra da Estrela
Fonte: Ferreira e Vieira (1999).

«As formas do relevo podem ter origens bem diversas. Uma dependem da natureza das rochas, outras estão relacionadas com o clima». Os testemunhos geomorfológicos são assim formas «tipológicas graníticas notáveis, desde da sua formação, com falhas inversas ou dobras dos metassedimentos aos afloramentos ou blocos graníticos zoomórficos e antropomórficos, Tors, até a era da glaciação, na parte mais alta, onde é observável, vales em U, circos glaciares, lagoas, depósitos de moreias e blocos erráticos, constituindo a principal originalidade da paisagem física do Parque Natural» (ICNB, 2008: 17).

Os Tors, do galês – torre, como se mostra na figura III.20, são acumulações de blocos *in situ*, não transportados, dispostos geometricamente e com as arestas arredondadas. As bolas graníticas e caos de bolas são constituídos pela associação, muitas vezes da destruição dos Tors, de blocos transportados com arestas arredondadas e dispostos desordenadamente. O saprólito é uma areia granítica, resultante do produto da alteração de rochas granitóides, na Serra da Estrela este tipo é chamado de saibro (Ferreira e Vieira, 1999).

Ferreira e Vieira (1999), afirmam que os Tors têm um importante significado morfogenético e paleoambiental, pois através do seu estudo, apura-se a origem poligénica, isto é, a alteração climática capaz de destruir a areia granítica e pondo a descoberto blocos de rocha sã. Afirma também, que os glaciares são um poderoso agente de destruição de Tors e de transporte das bolas graníticas, como se pode verificar na figura III.21, fenómeno muito característico dos vários vales glaciares da Serra da Estrela.

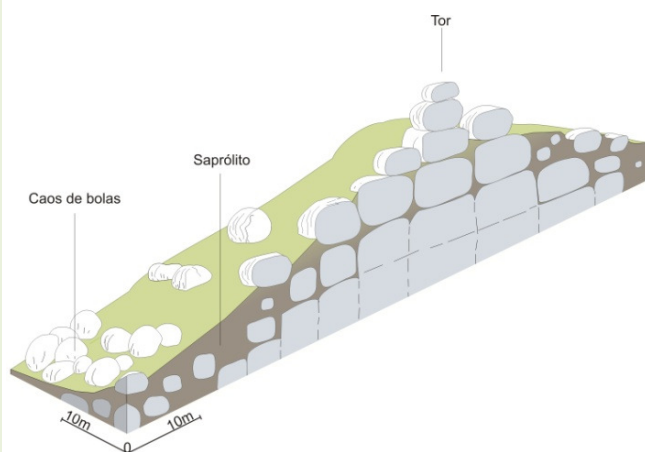


Figura III. 20 - Formação de Tor e de bolas Graníticas
Fonte: (Ferreira e Vieira, 1999: 33).

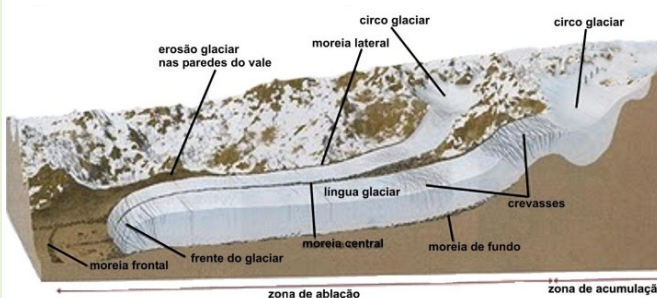


Figura III.21- Movimento do glaciar e formações geomorfológicas
Fonte: (Correia, 2012).

A geologia na Serra da Estrela é dominada pelas rochas Graníticas Hercínicas e pelos complexos Xistograováquicos. A sua idade é compreendida entre os 340-280 milhões de anos para nas rochas graníticas e 500-650 milhões de anos para os depósitos dos metassedimentos, como anteriormente foi referido na síntese de acontecimentos que marcam a história geológica da Serra da Estrela (Figura III.19). Contudo, os agentes da geodinâmica, nos acontecimentos mais recente, formaram depósitos sedimentares com características próprias, devido à glaciação e a toda a sua acção (Ferreira e Vieira, 1999: 11).

Os excelentes afloramentos grauvaques e as zonas de contacto granito-xisto são visíveis, sendo um dos ex-libris o Poço do Inferno: Também na zona de Valhelhas se observa uma sequência de xistos e grauvaques afectada por metamorfismos de contacto, devido à proximidade dos granitos, demonstrado na figura III.22. Assim alguns afloramentos de metassedimentos do Complexo Xistograováquico são usados em alvenaria e coberturas nas construções tradicionais (Ferreira e Vieira, 1999: 71-81), na Rota das Aldeia de Xisto pode ser observado a selecção dos materiais nas habitações, para a construção dos cunhais, das padieiras, umbrais e soleiras de portas e janelas.



FiguraIII.22- Carta geológica do PNSE
Fonte: (Correia, 2012).

Na Serra da Estrela pode-se definir vários locais de interesse geológico, segundo Ferreira e Vieira (1999), ao percorrer o planalto da Torre, permite-nos observar um processo conhecido por *Lajeação*. O Covão da albergaria, Covão Cimeiro e o Covão d’Ametade são espectaculares exemplos de *Circo Glaciar* que na Serra da Estrela, normalmente são designados

por covões glaciários, e constituem áreas mal drenadas com acumulação de finos, onde a agricultura é praticada ou onde é possível o desenvolvimento de turfeiras ou acumulação de água que origina pequenos lagos. Os cântaros são locais de interesse geológico com grande afluência turística e de características apetecíveis para a escalada, trata-se de uma forma de relevo que não estava coberta pelo gelo glaciário mas com evidente acção da erosão diferencial, funcionando como um *nunatak*, emergindo acima da superfície gelada ou glaciada. A cascalheira do Alto da Pedrice é o exemplo mais espectacular de gelifracção, que é resultante da acção repetida de ciclos de congelação-fusão da água, que leva à fragmentação da rocha. No que respeita aos depósitos glaciários ou moreias, o exemplar mais bem preservado é o da lateral do glaciário da Alforfa (afluente do Rio Zêzere) onde se encontram características típicas de materiais transportados no interior, à superfície ou por arrastamento na base, material depois depositado nas áreas marginais do glaciário sem qualquer acção selectiva. O material acumulado (moreias) apresenta-se normalmente sob a forma de cristas, mais ou menos definidas, e com blocos com dimensões variáveis. O exemplar mais conhecido é amoreia «O Espinhaço do Cão» ou do «Apertado». O glaciário, na sua movimentação poliu e estriou grandes extensões de superfícies de afloramentos graníticos, este fenómeno de erosão glaciária é designado por *Salgadeira* (Figura III.24).

Blocos Pedunculados, vulgarmente designados por *Queijeiras* (Figura III.23) são formas graníticas que sofrem alteração, erosão na secção inferior do bloco. Na Serra da Estrela observa-se estas formas no Covão do Boi junto à Senhora da Boa Estrela.

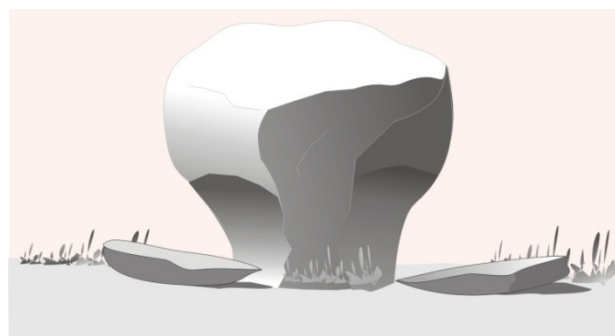


Figura III.23 - Blocos Pedunculados
Fonte: (Correia, 2012).

Blocos Erráticos, (Figura III.24), correspondem a blocos transportados pelo gelo e largados pela fusão do glaciário. O transporte pode ser no fundo do glaciário, apresentando os blocos por isso uma face mais polida. O Poio do Judeu é um exemplar, contudo na zona da Lagoa Comprida encontram-se vários exemplares de Blocos Erráticos.

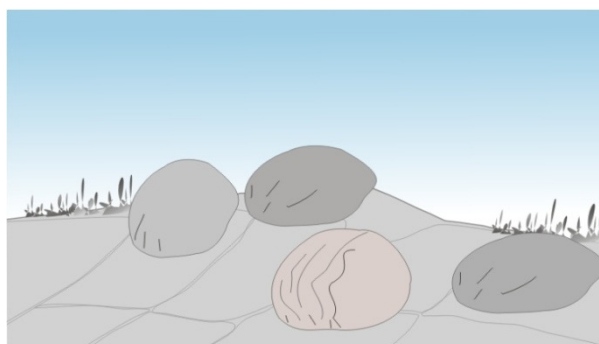


Figura III.24 - Blocos Erráticos, assentes numa Salgadeira
Fonte: (Correia, 2012).

A espectacularidade da geomorfologia e geologia da Serra da Estrela, no contexto do turismo pode ser enquadrado na *Interpretação Ambiental*, ou em *Natureza Soft*, que no âmbito da visita, pode-se observar afloramentos graníticos zoomórficos, como é exemplificativo a Pedra do Urso, que determinada posição assume semelhanças com um urso de grandes dimensões, ou os blocos graníticos antropomórficos que numa certa posição de observação recorta o horizonte com a forma de cabeça humana, resultante da alteração e erosão natural, típica dos granitos. No PNSE existem vários exemplares contudo os mais conhecidos são a Cabeça da Velha em Seia, a Cabeça do Velho e a Cabeça do Faraó em Gouveia e a Cabeça do Preto em Manteigas.

No que respeita ao turismo especializado ou de *Natureza Hard*, os especialistas podem observar e estudar uma panóplia de fenómenos geomorfológicos e geológicos, contudo este tipo de produto turístico requer guias com um conhecimento muito abrangente de toda a área do parque, bem como uma especialização nos processos geológicos e geomorfológicos que ocorrem na Serra da Estrela.

III.3 Hidrologia

Segundo o POPNSE (ICNB, 2009), o parque abrange duas bacias hidrográficas, a do rio Tejo e a do rio Mondego. Contudo, na Serra da Estrela encontra-se o ponto que divide as três maiores bacias do território nacional, Douro, Tejo e Mondego. Três importantes rios portugueses nascem no PNSE - o Mondego, o Zêzere e o Alva.

O *rio Mondego* é o maior rio português com bacia hidrográfica integralmente em território nacional. Nasce a 1525m de altitude, numa pequena fonte designada por “O Mondeguinho” (Figura III.25), percorrendo 258 km até desaguar no Oceano Atlântico junto à Figueira da Foz.



Figura III.25 - “O Mondeguinho”
Fonte: (Arquivo do PNSE, 2012).

O *rio Alva* é um dos afluentes mais importantes do rio Mondego, tem a sua nascente situada próximo do Sabugueiro, na zona do Vale do Rossim, aproximadamente à cota 1.500.

O rio Zêzere é maior afluente do Tejo em Portugal, nasce em pleno Vale Glaciar (Figura III.26) no coração da PNSE, no Covão d' Ametade (a cerca de 1.900 m de altitude). No seu curso superior, a montante de Manteigas, percorre um vale tipicamente glaciar, com secção em U.

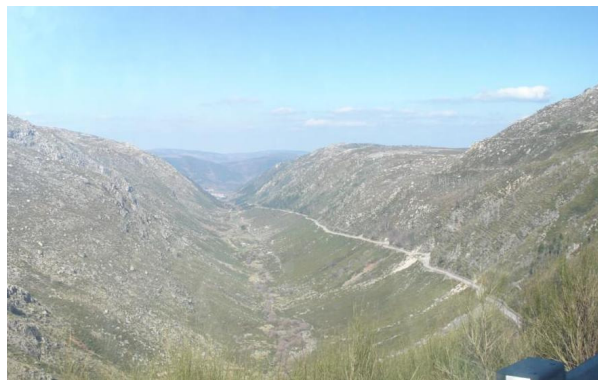


Figura III.26 - Vale Glaciar do rio Zêzere

A hidrologia no PNSE, ganha uma importância maior, para este trabalho, não tanto do ponto de vista do desporto, pois na área do parque são poucas as condições para as várias práticas directamente ligadas à água, ficando restringida, no que diz respeito às albufeiras, à Lagoa Comprida e Vale do Rossim, e a alguns troços dos rios, onde a prática desportiva é possível. Contudo, a presença de água na paisagem cria condições excelentes para a fauna e flora, devido à sua densa rede, potenciando assim o DN nas modalidades de pedestrianismo e visitação.

As lagoas e alguns lagoachos constituem ambientes aquáticos com características permanentes, alimentadas pela precipitação, sobretudo, sob a forma de neve, cujo degelo alimenta os *cervunais*²¹, acumulando água, por vezes, mantendo-se pelo verão adentro. As lagoas e lagoachos que se encontram na Reserva Biogenética da Serra da Estrela, situam-se todas a uma cota superior dos 1500m, em consequência da sua localização geográfica estão sujeitas a uma elevada pluviosidade e a temperaturas reduzidas, podendo ser classificadas como alpinas, devido as suas características únicas, a maioria das lagoas e lagoachos da Serra, apresentam uma dominância de espécies responsável pela identidade de cada lagoa (Costa *et al.*, 2004: 27).

A abundância dos recursos hídricos, a sua acumulação natural, o forte desnível do terreno, desde cedo atraiu interesse. Por isso, é em 1909 constituída a Empresa Hidroeléctrica da Serra da Estrela (Costa *et al.*, 2004: 27), construindo as barragens da Lagoa Comprida e do Vale do Rossim entre outras, ambas com importância relevante para este trabalho, pois têm condições, embora com condicionantes, para a prática de desporto.

O turismo ligado há água pode assumir um papel por si só preponderante, sob a forma de águas termais e o seu uso nas terapêuticas, existindo dois pontos relevantes na exploração

21 Segundo Meireles *et al.* (2006: 38), os *Cervunais* são habitats que reúnem prados perenes de cervum (*Nardus stricta*). São prados de montanha, densos que revestem solos profundos, ricos em matéria orgânica e que se encontram em climas muito frios.

de águas minero-medicinais, em Manteigas ou Caldas de Manteigas (com «*água de natureza sulfúrea sódica, hipertermal, utilizada para o tratamento de reumatismos, dermatoses e vias respiratórias*») e Unhais da Serra (com «*água de natureza sulfúrea sódica, radioactiva pelo radão, meso-termal, utilizada no tratamento de reumatismos, dermatoses e hemorroidal*»), no que respeita à exploração deste segmento de turismo, existem mais dois pontos com potencial termal, situados em Santo Amaro (Linhares) e Aldeias (Gouveia). Também as águas de mesa demonstram um grande potencial em quantidade e qualidade, existindo actualmente três unidades industriais de engarrafamento. A divulgação do turismo e do DN no PNSE destas unidades pode contribuir para um produto integrado, que é a base do TN (ICNB, 2009: 12).

III.4 Flora e Vegetação

O maciço montanhoso da Serra da Estrela, devido à situação geográfica, associada à elevada altitude e ao acidentado relevo, conferem uma grande biodiversidade.

Assim no que respeita à fitogeografia Jansen (2002: 22)., refere que as “*espécies podem distribuir-se por todo o mundo (cosmopolitas), encontrar-se restringidas a áreas limitadas (endémicas) ou ocorrer em duas ou mais áreas separadas (disjuntas)*” a caracterização de uma área ou território no que respeita à sua flora pode ser integrado num modelo hierárquico de unidades, quase toda a Serra da Estrela poderá ser incluída num sector fitogeográfico próprio, o sector Estrelense que pertence à sub-província Carpetano-Leonesa, à província Ibero-Atlântica da região mediterrânica do reino Holárctico. Contudo, a Serra também está abrangida pelos seguintes sectores: Lusitano-Duriense, Superdistrito Altibeirense, Toledano-Tagano, Superdistrito Zezerense.

Em relação aos bioclimas, a Serra da Estrela contacta com dois macroclimas: o Temperado e o Mediterrânico, contudo, as formações climáticas podem ser caracterizadas na sua seriação altitudinal da vegetação (Jansen, 2002: 18-19), como pode ser perceptível na figura III.27.

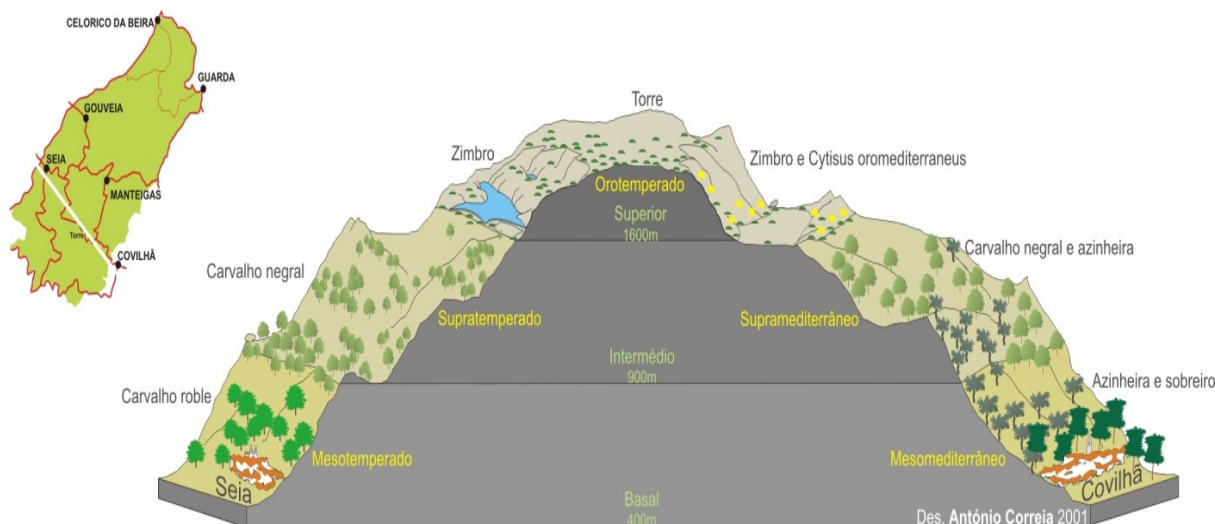


Figura III.27 - Transecto da Serra da Estrela com pelo menos 5 variantes altitudinais
 Fonte: (Jansen, 2002: 21).

Segundo Jansen(2002) a vegetação da Serra da Estrela revela a presença de 5 ou 6 variantes altitudinais. Contudo, os limites geográficos não estão definidos porque os dois macrobioclimas se encontram no interior do território, os dados meteorológicos são insuficientes, ausência de estudos bioclimáticos, e uma grande acção do Homem que altera a vegetação. Por isso são definidos 3 andares bioclimáticos.

O **Andar Basal**, que inclui os andares *Mesotemperado* e *Mesomediterrânico*, situando-se entre os 400 e 900 metros, seria formado por bosques de *Quercus suber* (sobreiro), *Quercus rotundifolia* (azinheira), *Quercus robur* (carvalho alvarinho) e, ao longo dos rios, haveria *Fraxinus angustifolia* (freixo) e *Alnus glutinosa* (amieiro). Este é o andar altitudinal onde a presença humana é muito forte.

O **Andar Intermédio**, que inclui os andares *Supratemperado* e *Supramediterrânico*, situando-se entre os 900 e 1600 metros, seria formado por bosques de *Quercus rotundifolia* (azinheira), *Quercus pyrenaica* (carvalho negral), existem ainda bosques de *Betula celtibérica* (vidoeiro), *Taxus baccata* (teixo) e *Ilex aquifolium* (azevinho) e *Fraxinus angustifolia* (freixo).

O **Andar Superior**, que inclui o andar *Orotemperado*, com fragmentos do *Criorotemperado*, situando-se entre os 1600 e 1993 metros, seria formado por zimbrais-rasteiros, urgueiras e caldoneiras.

O variado mosaico de habitats, de elevado valor ecológico, é fruto da conjugação da actividade humana e das características naturais, estes valores são, muitos deles, de carácter exclusivo e associados à altitude. Divido há existência de habitats prioritários e ao carácter único do cume da Serra da Estrela, bem como ao seu isolamento geográfico, que provocou o isolamento reprodutor de populações e a sua diferenciação, mais evidente ao nível da flora, levaram à atribuição do estatuto de Reserva Biogenética e à classificação das zonas húmidas de importância internacional da Convenção de Ramsar (ICNB, 2009: 14). A Directiva Habitats e

a Directiva Aves da legislação comunitária, já tinham sido transcritas para a legislação nacional através do Decreto-Lei nº 140/99 de 24 de Abril.

Os endemismos exclusivos da Serra da Estrela são em número reduzido, contudo é bastante rica e de interesse fitogeográfico, o interesse da flora hermínica não se limita aos endemismos, a altitude condiciona e influencia, principalmente no que se refere a flora e vegetação orófila (vegetação rasteira e arbustiva), sendo de tal forma determinante que constitui um local único em Portugal (ICNB, 2009: 14).

Na composição da paisagem da Serra da Estrela, as comunidades vegetais mais importantes, segundo o POPNSE (ICNB,2009) citando Costa (1998), são as seguintes:

- *o zimbral climácicooromediterrânico endémico do Lycopodioclavati-Juniperetum nani;*
- *os giestais do Lavandulosampaioanae-Cytisetummultiflorie do Cytisostriati-Genistetumpolygaliphyllae;*
- *os caldoneirais do Echinospartetumiberici;*
- *o urzal endémico Junipero nani-Ericetumaragonensis;*
- *o urzal mesofítico Genistello Tridentatae-Ericetumaragonensis.L;*
- *o tojal-urzal Uliciminoris-Ericetumumbellatae;*
- *o cervunal Galiosaxatilis-Nardetum;*
- *o arrelvado perene orófilo Violetumlangeanae e arrelvado anual Trisetooovati-Agrostietumtruncatulae*

III.5 Fauna

A paisagem, como já foi referido é fortemente condicionada pelo clima e pela sua morfologia, contudo o Homem também têm uma relação com o meio que condiciona a fauna e a flora.

Historicamente, a ocupação e a acção humana nos andares intermédio e superior, centrava-se na produção de centeio e na pastorícia, respectivamente. Segundo Pena e Cabral (1989), a agricultura mais intensiva encontra-se no andar Basal, constituindo uma paisagem multifacetada caracterizada por uma grande variedade de culturas, água em abundância todo isto torneado por bosquetes, muros, ribeiros, vegetação arbustiva, etc. Com estas características o meio fornece óptimas condições à fauna para que ela possa dispor de “zonas de alimentação (explorações agrícolas), bebedouros (tanques e riachos) e áreas de abrigo e reprodução (bosquetes, manchas de matagal e silvados). A esta grande diversidade de unidades ecológicas vai corresponder uma igual

variedade de espécies animais” que ligeiramente ou velozmente encontram o que necessitam para a sua sobrevivência, reforçando a sua interdependência de um meio para outro.

Na área do PNSE, segundo o POPNSE (ICNB, 2009), ocorrem várias espécies, algumas com o estatuto de ameaçadas, outras espécies, mantêm aqui populações mais ou menos estáveis. No anexo III apresentam-se as que têm uma maior relevância ecológica na área do PNSE.

O potencial faunístico aumenta a capacidade de atração de visitantes à área do PNSE, porém é necessário uma política de aumento de efectivos para que a atractividade seja potencializada, quando falamos da *Avifauna*, esse problema é menor, pois é o grupo faunístico mais representativo.

No parque estão representadas 17 das 22 Ordens da avifauna nacional, totalizando 151 espécies, entre nidificantes e invernantes ou espécies que tem a serra como local de passagem, destas 60 são alvo de medidas de conservação, protegidas por lei. Algumas espécies só podem ser observadas na Serra da Estrela pois estão associadas a habitats de grande altitude. É crucial, contudo, a presença do Homem na protecção destes habitats, para que a conservação da natureza seja relevante é necessário garantir as culturas em altitude, bem como, a protecção aos meios ribeirinhos o equilíbrio na floresta de resinosas e folhosas, ou da vegetação arbustiva, contribuindo para zonas de alimentação, nidificação ou reprodução da avifauna. Se a presença humana é factor indispensável na manutenção e conservação da avifauna no PNSE, o mesmo, também contribuem negativamente na destruição de habitats, com o abandono das práticas agrícolas tradicionais, a monocultura florestal, incêndios e poluição dos cursos de água. As pressões indirectas com impactes negativos são provocadas pelo turismo e o desporto (ICNB, 2009: 16-17).

Segundo Jansen (2002), as aves necessitam de habitats constituídos por um variado mosaico onde se possa encontrar os prados abertos dos campos de centeio no planalto, os vários estados evolutivos dos matos, os muros, as paredes e as queimadas dos pastores para que os seus biótopos²² possam ser mantidos. Outras estão mais ou menos confinadas a lagos e cursos de água.

Assim, na figura III.28 observam-se as zonas de importância para a avifauna no PNSE, no que respeita aos seus habitats.

22 Entenda-se biótopo como o meio natural que dá suporte aos seres vivos.

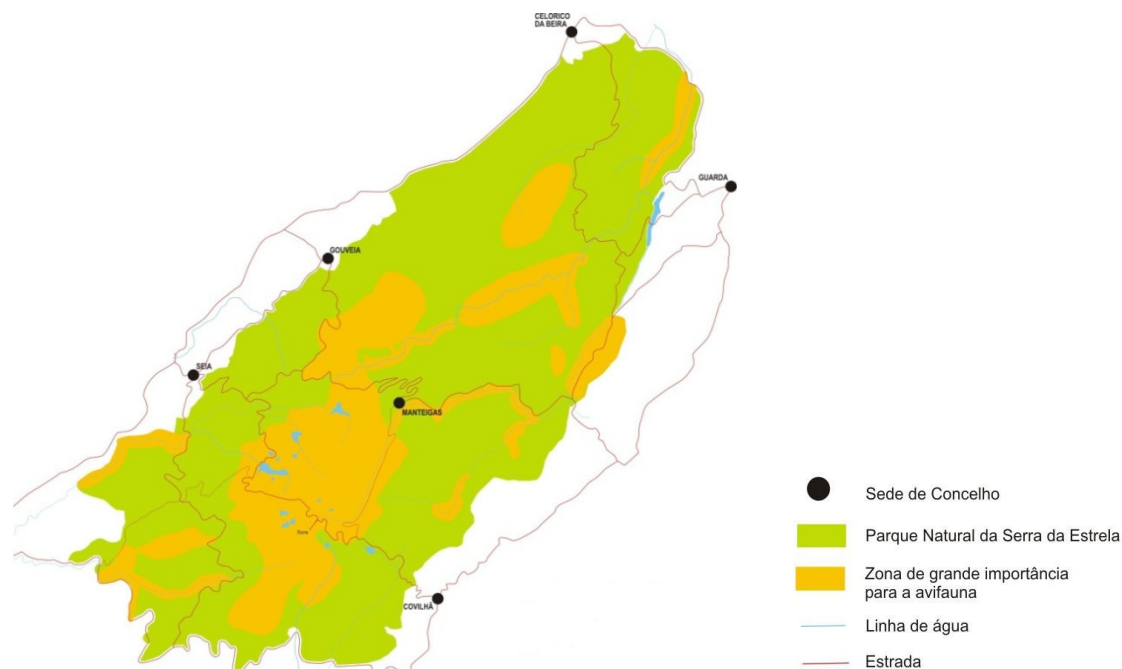


Figura III. 28 - Zona de nidificação e alimentação de grande importância para a avifauna
 Fonte: (ICNB, 2009).

A Serra da Estrela fornece habitats importantes para a *Herptofauna*, pois está coberta de rochedos, mosaicos de matos, prados abertos, lagoas e cursos de água que potenciam uma ampla distribuição de lagartos e serpentes, destas, 8 das 10 serpentes portuguesas foram registadas no PNSE. Os lagartos, muitas vezes confundidos com serpentes, são de maior facilidade de observação, de salientar com relevância ecológica a lagartixa-da-montanha (*Lacerta monticola subsp. monticola*) que é um taxo endémico da Serra da Estrela. Encontram-se, também, várias espécies de anfíbios (rãs e salamandras), que nas terras altas pela pureza das águas encontram habitats ideais, ocorrendo 12 espécies das 17 existentes em Portugal Continental. No Planalto Central são particularmente importantes os charcos para a reprodução destas espécies de anfíbios (Jansen, 2002: 34-35; ICNB, 2009: 17-18).

A *Ictiofauna* não é muito rica na sua diversidade, acima dos 700m, contudo, registando-se 9 espécies de água doce das quais 3 se podem encontrar nas lagoas, destas, pode-se encontrar 5 endemismos ibéricos, 1 endemismo português (demonstrando uma grande relevância ecológica) e uma espécie introduzida (Jansen, 2002: 34-35; ICNB, 2009: 17-19).

O sistema fluvial do PNSE devido as condições alpinas e à pureza das suas águas tem um grande potencial piscícola, a qualidade das suas águas deve por isso ser preservada, para que se possam fazer repovoamentos, podendo potenciar a pesca desportiva na Serra da Estrela (ICNB, 2009: 17-20).

III.6 Paisagem

A paisagem da Serra da Estrela, como já foi referido (ICNB, 2008: 17): «*destaca-se pelo seu relevo majestoso, pelas formas que a erosão caprichosamente esculpiu na rocha e pela singularidade notável que constitui o conjunto de testemunhos geomorfológicos legados pelos períodos glaciares que afectaram a região*». Com esta constatação, a análise paisagística que se pretende com este trabalho têm em vista novos contributos, concretamente na área do Turismo de Natureza, para que se possa ampliar a “visão” da caracterização da paisagem.

A área do Parque têm um potencial enorme em termos de paisagem natural, é uma paisagem que está bem caracterizada, seja nos parâmetros biofísicos, ecológicos ou nas tipologias de paisagem. Pode-se afirmar que as características paisagísticas e ecológicas que dão especificidade à Serra da Estrela e lhe conferem valor no seu todo se mantêm (ICNB, 2008: 106). A Paisagem Natural, Cultural e Arquitectónica têm necessidade de uma integração que fortaleça os valores ecológicos e que vá de encontro às reais expectativas das populações (CCDRC, 2007: 81).

A paisagem pode ser entendida pela qualidade visual e ecológica, todavia o seu carácter multifuncional advém das várias funções que o homem desenvolve com base na paisagem. Pode-se então entender a paisagem, segundo Moura(2006) citando Ribeiro (1998), como um registo de memória colectiva, um produto do passado que traduz a história dos povos e das formas de aproveitamento para fins produtivos num determinado espaço geográfico.

O conceito visual da paisagem que vulgarmente se define como “aquilo que se vê” em termos técnicos é muito mais que isso, não podendo dissociá-la da sua qualidade ecológica e do seu valor cénico, contudo, dependendo nos novos usos em causa, é necessário prever e indicar a fragilidade²³ do território, bem como, a capacidade de carga (ICNB, 2008: 106-117).

Segundo o POPNSE (ICNB, 2009), os atributos da Serra da Estrela são responsáveis pelo elevado valor paisagístico, conferindo-lhe o estatuto de paisagem patrimonial. Contudo, segundo os seus valores cénicos, pode dividir-se em quatro grandes tipologias de paisagem: as *Encostas* (Noroeste e sudeste), os *Planaltos* (Superior e de Videmonte), as *Escarpas* e os *Vales*.

23 “Entendendo-se por fragilidade da paisagem a capacidade que determinada paisagem tem para que, quando ocorrem alterações ao seu uso actual do solo, não decresça a sua qualidade actual; regra geral as zonas de muito elevada qualidade têm fragilidade elevada”. In Relatório (POPNSE, 2008: 117)

A paisagem das *Encostas* (Figura III.29) é diversa na forma, na textura, na vegetação, na disponibilidade hídrica e no relevo, contudo a morfologia da serra impôs ao longo dos séculos uma maior ocupação do solo no andar inferior, ou andar basal, conferindo à Serra da Estrela uma singularidade de união entre a diversidade (ICNB, 2009: 21).



Figura III.30 - Panorâmica da encosta Noroeste – vista de Linhares
Fonte: (Arquivo do PNSE, 2012).

A Serra da Estrela é composta por dois *Planaltos*, bastante distintos na forma mas ligados pela sua história geológica, o *Planalto Superior* (Figura III.30) é o único exemplo em Portugal onde se pode observar uma paisagem de origem e características glaciares, no *Planalto de Videmonte* observa-se uma paisagem de agricultura de montanha, destacando o património arquitectónico de cariz rural envolto pelas cearas de centeio com a presença dos rebanhos e do cão Serra da Estrela ladeado pelos souts (ICNB, 2009: 21).



Figura III.31 Panorâmica do Planalto Superior - sítio Vale da Barca
Fonte: (Arquivo do PNSE, 2012).

Esta topografia deve-se essencialmente as deslocações tectónicas e as marcas geomorfológicas deixadas pelo período da glaciação. As zonas de *Escarpas* (Figura III.31) podem ter várias predominâncias, maior superfície de rocha nua, encostas abruptas com extensas áreas de afloramentos rochosos e blocos ou simplesmente afloramentos que salpicam a paisagem. Esta conjugação associada a uma vegetação rupícola confere um grande valor cénico à paisagem (Moura, 2006: 51-101).



Figura III.32 - Panorâmica das escarpas – vista norte dos Poios Brancos
Fonte: (Arquivo do PNSE, 2012).

Os inúmeros *Vales* como é o caso do vale de Loriga (Figura III.32) conferem uma profundidade aos planos visuais, a suas formas de origem glaciária ou pelo entalhamento dos cursos de água transformam a paisagem em originais e belíssimos cenários com a vegetação ripícola a maturar com os rios e ribeiras, definindo o espaço observável como contido (Moura, 2006: 54-68).



Figura III.33 - Panorâmica do Vale de Loriga - vista da Portela Selada
Fonte: (Arquivo do PNSE, 2012).

É nestas magníficas paisagens que o DN florescerá integrado em harmonia com o meio, factor de atracção de turistas. Para se manter o equilíbrio ecológico numa área com um potencial natural para a prática DN, é importante e prudente uma gestão regrada desta nova ocupação do solo pois encontramos-nos numa área de elevada fragilidade.

III.7 Socioeconomia, Cultura e Dinamismo cultural

O desenvolvimento económico do TN nas áreas protegidas deve ser encarado como uma oportunidade para um crescimento sustentado. O carácter estratégico dos planos de ordenamento, deve conter as restrições de ordem biogeofísica, os usos do solo existentes, as reais aspirações das populações, tendo sempre em vista a sustentação do desenvolvimento sócio económico e ambiental das áreas protegidas. O turismo deve contribuir para o desenvolvimento económico das populações locais sem que se ponha em risco a base que sustenta este produto turístico, que são os Valores Naturais e Paisagísticos. É importante por isso, desenvolver uma paisagem multifuncional sustentável para que as áreas protegidas não sejam só encaradas como partes do território onde ocorre conservação e manutenção dos valores naturais.

Na caracterização socioeconómica da área protegida do PNSE, é importante realçar os factores naturais de atractividade, descritos anteriormente, contudo é indispensável enquadrar o TN no contexto internacional, potenciando e criando condições estáveis, para que o desenvolvimento económico das populações rurais seja sustentável.

Correia (2007), refere que a multifuncionalidade da paisagem baseia-se principalmente numa nova interpretação do todo o sistema agrícola para desenvolver a paisagem rural, a mudança do paradigma das pessoas que integram as explorações, tornando-se num vasto grupo que gere a paisagem rural, que cada vez é espaço de consumo e menos de produção.

A sua gestão visa a manutenção do seu *Genius Loci*²⁴, que vai sofrendo evolução, é nesta combinação da herança do passado e as transformações das funções que desaparecem, outras que se mantêm e outras novas que se vão definindo ao longo do tempo e formam um carácter que é próprio da paisagem rural.

Ribeiro (2007) afirma que, assumindo um desenvolvimento integrador, potenciando o crescimento da produção de riqueza, da qualidade e do nível de vida das populações, as zonas rurais tornam-se mais atractivas para as pessoas e para as empresas, *“Este processo só pode ser conseguido se envolver uma valorização efectiva dos recursos endógenos, materiais e humanos, desenvolvendo nichos de competitividade apoiados no “saber fazer” e nas “competências específicas” regionais, bem como na exploração dos recursos e potencialidades naturais existentes”* assumindo-se como uma actividade estratégica capaz de desempenhar a promoção deste potencial. *“O desenvolvimento do turismo e*

24 A noção de *Genius loci* é formada por Cristian Norberg-Schulz no ano de 79 do século passado. Na arquitectura paisagista refere-se aos elementos históricos e vernaculares da paisagem preexistente. Contudo, Gonçalo Ribeiro Telles apresenta-o como o espírito do lugar, a sua cultura e a história.

actividades de lazer, constitui um meio privilegiado de promoção de recursos endógenos dos territórios rurais, nomeadamente ao nível da criação de mercados de consumo e na valorização dos produtos e do património cultural e natural locais, contribuindo, assim, directa e indirectamente para a criação de emprego e de riqueza?

A cintura de aldeias que envolve a Serra Estrela e que não ultrapassam a linha dos 800 metros de altitude, salvo poucas excepções, estão distribuídas pelas freguesias dos seis concelhos. A população não ultrapassa os 50 mil habitantes na área do PNSE e muitas aldeias registam elevados níveis de perda populacional, muitas delas, superiores a 30%, só mesmo a cidade da Guarda contraria a tendência de perda generalizada da população. O PNSE apresenta ainda uma densidade populacional média de 53hab/km², uma população envelhecida no seu geral, elevadas taxas de analfabetismo, bem como, o problema do desemprego que é transversal a todo o país (ICNB, 2008: 22).

Salientar, ainda, que a região tem tido um crescimento habitacional, mesmo contrariando o decréscimo demográfico, este fenómeno pode-se explicar com as dinâmicas da segunda habitação (ICNB, 2008: 22).

Verifica-se assim, de forma genérica, que na área do PNSE existe uma diminuição do número de residentes, o declínio das actividades agrícolas é pertinente e verifica-se uma perda de empregos no sector secundário, todavia, é de assinalar o crescimento do emprego nos serviços. Esta transferência de empregos do sector secundário para o terciário aponta para uma clara transformação das actividades económicas do PNSE (ICNB, 2008: 23).

A análise cultural da Serra da Estrela poderia começar pela citação de Daveau, S. (não publicado): “*O Povoamento da mais alta montanha portuguesa é essencialmente periférico*” afirmando ainda, que a Serra da Estrela era uma região essencialmente povoada por gentes que faziam do pastoreio a sua principal actividade económica, assim, cultivavam as terras mais baixas e nos meses de veraneio a transumância do gado dava-se para as pastagens comunitárias (baldios) que ficavam em cotas mais altas. Este uso do solo por parte dos antepassados estava também ligado a cultura do centeio de altitude, factor limitante das pastagens à cota dos 1 650 m.

A região, ainda hoje, é associada à economia agro-pastoril, um dos exemplos disso é o ex-líbris “*Queijo da Serra da Estrela*” –DOP²⁵, contudo o gado já não faz a subida para a serra, salvo raras excepções. Com o despovoamento e conseqüente abandono das terras de cultivo, estas dão lugar a prados, usados como pastagem para os rebanhos.

25 Denominação de Origem Protegida, é uma designação comunitária adaptada para designar produtos, como o queijo, com Denominação de Origem e que os integra num registo comunitário único e lhes confere protecção de acordo com a regulamentação.

O paradigma do turismo não é recente, Daveau, S. (não publicado) “refere que o turismo no PNSE pode ser *“factor de desenvolvimento desde que se saibam compatibilizar os seus efeitos positivos com as necessidades de conservação”* e defendia que as estruturas turísticas deviam estar na periferia, nas aldeias com o turismo rural ou em parques de campismo.

Estes dados demonstram-nos que a população da área protegida encara o turismo como uma actividade económica relevante. É indispensável por isso que o sector primário, que é um dos suportes das actividades económicas ligadas ao TN a par dos valores naturais, não seja fragilizado e diminuído. Desta forma o dinamismo cultural, que está interligado com as tradições pastorícias da região, proporciona uma experiência única ao visitante, fomentando o TN e em particular o DN.

O dinamismo cultural na área do parque, presentemente é promovido, essencialmente pelos municípios mas organizado e realizado, na maioria das vezes, por vários grupos da sociedade civil, exemplo disso, temos as demonstrações etnográficas levadas a cabo pelos diversos ranchos folclóricos, as associações recreativas e culturais ou mesmo as associações de artesãos. Os concelhos que integram a área do PNSE demonstram diferenças culturais muito distintas, esta pluralidade cultural é um factor potenciador do TN, e conseqüentemente para o DN. Cada município conta com uma agenda cultural, projectando o que de melhor existe em cada um deles. Além, das manifestações etnográficas, como já foram referidas, temos também as festas e romarias que são as mais emblemáticas manifestações culturais de um povo; os festivais e roteiros gastronómicos, encontros mitológicos, ornitológicos, entre outros.

A região da Serra da Estrela encontra-se dotada de vários centros interpretativos, devidamente preparados para transmitir, aos turistas, de uma forma dinâmica, moderna e interactiva, os valores naturais e promover a defesa dos mesmos.

O Património arquitectónico, também constitui um “vínculo” atractivo e polarizador, assim os roteiros de visitaçãõ de museus, monumentos, arquitectura rural, etc., devem ser entendidos numa estratégia integradora do TN, estabelecendo uma forte relação com o DN.

O PNSE já foi um elemento dinamizador da promoçãõ e demonstraçãõ dos *«saberes-fazeres»*, numa fase inicial as suas funções. Contudo, a suas funções hoje são diferentes, realizando apenas simples parcerias com as organizaçãões.

Neste contexto, seria de todo, importante criar uma visãõ estratégica comum, para a promoçãõ do DN na Serra da Estrela. Tendo em conta que a relaçãõ, do DN e os factores culturais, é indissociável, a criaçãõ de sinergias será indispensável para o seu futuro. Estas podiam, possibilitar a criaçãõ de uma comissãõ, que fosse capaz de agregar e promover, numa

estratégia de marketing comum, as empresas vocacionadas e dedicadas ao DN, bem como, os grupos hoteleiros, ou mesmo a promoção do património arquitectónico e cultural local.

Esta estratégia comum, poderia ser reproduzida em outras áreas protegidas, se o desenvolvimento desta iniciativa se revelar do ponto de vista social, económico e cultural interessante e uma mais-valia para projecção nacional e internacional do DN em Portugal.

IV Diagnóstico

Neste capítulo é feita uma análise das actividades existentes, baseada na recolha de dados que nos revelará a tendência das modalidades e dos locais mais solicitados para a prática das actividades. Serão referidas as principais potencialidades do território em estudo, de modo que se possa retirar um maior aproveitamento, optimizando os recursos das áreas protegidas. Pretende-se também minimizar o impacto dos aspectos negativos existentes, identificando futuras ameaças aos recursos do território.

Estas tendências serão alvo de estudo através da operacionalidade das Empresas de Animação Turística (EAT) na área protegida. A participação pública foi realizada, para entender os usos actuais, e para que, com alguma relevância, a futura carta de desporto de natureza (CDN) possa dar uma resposta ambiental sustentável, e em simultâneo corresponder às ambições dos vários agentes que operam no território. Assim este trabalho pretende contribuir para um documento de gestão da atividade turística para os técnicos e responsáveis da AP.

Para um melhor diagnóstico dos usos do solo, realizar-se-á uma análise SWOT, que consiste em indicar os pontos fortes, os pontos fracos, as oportunidades e as ameaças. Este instrumento de diagnóstico, a matriz SWOT, pretende relacionar os valores do território: Abióticos; Bióticos e Culturais (factores ABC) e os aspectos de interesse económico relacionados com o turismo de desporto na natureza no PNSE. Contribuindo com uma proposta de CDN para a área protegida.

IV.1 Aptidões do Território

O conceito de aptidão do território integra as características naturais do território, os aspectos socioculturais e económicos, evoluindo conjuntamente o território com a sociedade. Para um melhor entendimento do conceito distinguem-se várias associações ao território:

■ *Aptidão do território*

Faculdade que o território tem para satisfazer os usos e funções.

■ *Capacidade do Território*

Quantificação das aptidões.

■ *Potencialidade do território*

Aptidão após intervenção no território.

■ *Vulnerabilidade do território*

Efeito/Consequência dos vários usos e funções já presentes ou propostos no território.

Para que as aptidões sejam definidas, nas várias parcelas do território, é necessário proceder a uma identificação dos critérios, para que se possa realizar uma avaliação dos usos território, optando assim pelas zonas mais adequadas relativamente às modalidades desportivas, definidas como actividades de TN no decreto-lei 108/2009 de 15 Maio.

Das modalidades previstas e definidas no artigo 24º do decreto-lei 108/2009 de 15 Maio, não se enquadram na área protegida do PNSE, pelas suas especificidades e características, as seguintes: na alínea «e» modalidades de *coasteering* e espeleologia; na alínea «n» a observação de cetáceos e outros animais marinhos; na alínea «p» o *Surf, Bodyboard* e actividades similares e a alínea «q» *Rafting, hidrospeed* e actividades similares. A alínea «r»;mergulho, é uma modalidade não prevista pelas condicionantes legais nas albufeiras e lagoas naturais.

Os critérios de avaliação de aptidão definidos para as modalidades de DN na área do PNSE foram divididos em três grupos: Condicionantes legais; Biofísicos, Socioeconómico e Cultural e são indicados na tabela seguinte.

Tabela IV.11 - Critérios da avaliação para o DN

Conformidade legal	Tipologias das áreas de protecção parcial	(APP tipo I)
	ICNB (2009).	(APP tipo II)
		(APP tipo III)
		(APC)
	Legislação sobre as Barragens (Vale do Rossim e Lagoa Comprida)	
Biofísicos	Valores Paisagísticos	
	Valores Geológicos	
	Valores Ecológicos	
	Zonas Sensíveis (zonas que por razões de preservação dos seus valores naturais tem que ser condicionadas ou interditas temporariamente).	
	Zonas Queimadas (zonas que devido à queimadas, voluntárias ou involuntárias, tem o seu uso condicionado temporariamente).	
Socioeconómico e Cultural	Proximidade a centros urbanos	
	Estacionamento	
	Acessos	
	Presença de Património Arquitectónico	
	Estruturas Existentes (estado dos equipamentos, marcações, vias de escalada)	

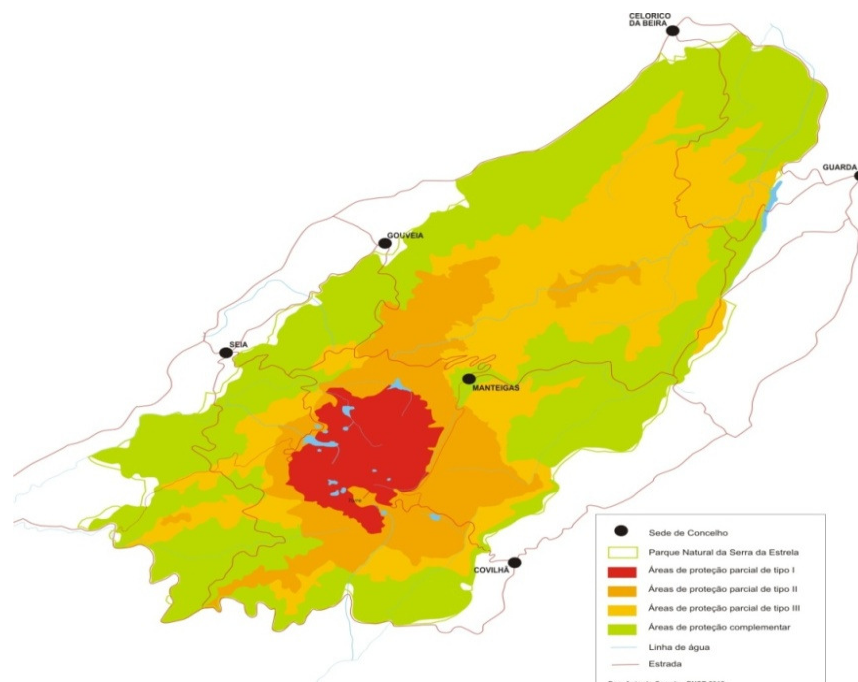


Figura IV.34 - Níveis de protecção do plano de ordenamento e rede hidrográfica do PNSE
 Fonte: Adaptado de ICNB (2009)

Os critérios de avaliação da aptidão para a Conformidade legal são demonstrados pela figura IV.33, através dos níveis de protecção. A área mais condicionada corresponde à APP I, assinalada a vermelho, e compreende o Sítio Ramsar e Reserva Biogenética. As condicionantes vão diminuindo na direcção da cor verde, o que representa também uma descida em altitude e uma aproximação da faixa de território povoada. No que respeita aos planos de água, verificaremos mais à frente que devido as condicionantes legais, só é possível a prática de DN nas albufeiras do Vale do Rossim e da Lagoa Comprida.

Ultrapassado o "crivo" dos critérios de avaliação da aptidão das condicionantes legais, com carácter vinculativo, foi necessário focar o DN para as zonas com maior aptidão dos Valores Biofísicos (Paisagísticos, Geológicos, Ecológicos), no entanto, é fundamental preservar os valores naturais existentes nestas áreas. Assim, optou-se por criar critérios que condicionassem a prática do DN sempre que existisse nelas impactes, introduzindo os critérios de Zonas Sensíveis e Zonas Queimadas, estas, permitem condicionar temporariamente as actividades, valorizando a conservação e a salvaguarda dos valores naturais.

No que respeita aos critérios de avaliação Socioeconómico e Cultural pretende-se valorizar e potencializar a aptidão do território, utilizando as estruturas e infra-estruturas presentes e aproximando os praticantes de DN às comunidades, valorizando assim a cultura e o património local. No que respeita às albufeiras, nestas também se verificam condições de acessibilidades, bem como, os equipamentos existentes potenciam o DN.

IV.2 Condicionantes legais

No PNSE existem muitas condicionantes legais, como é o caso da lei dos baldios, o da propriedade privada ou mesmo o código da estrada entre outras, contudo para a CDN só se considerou as que afectavam directamente o desporto da natureza na área protegida.

Assim, as condicionantes que devem ser consideradas na CDN para a área protegida da Serra da Estrela, são definidas pelo plano de ordenamento, definido pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2009 de 9 de Setembro, que estabelece diferentes níveis de protecção, descritos sucintamente seguidamente:

■ Área de Protecção Parcial tipo I (APP I)

- Com 5.935 ha representando 6,7% dos 88 850 ha do PNSE.

Características

“Compreendem os espaços onde predominam sistemas e valores naturais de interesse excepcional, incluindo formações geológicas e paisagísticas com elevado grau de naturalidade, e que apresentam no seu conjunto um carácter de elevada sensibilidade ecológica.”

Objectivos

“Visam a manutenção dos sistemas, dos valores e dos processos naturais bem como a preservação das formações geológicas e dos valores biológicos e paisagísticos relevantes para a conservação da natureza e da biodiversidade.”

Usos (de carácter geral)

“A intervenção humana deve ser fortemente condicionada pelo que os usos devem ser subordinados aos valores em presença em que os objectivos de conservação da natureza são prioritários.”

Usos (específico do DN)

No artigo 12º do regulamento do POPNSE, alínea 3, verifica-se que *“nas áreas de protecção parcial tipo I apenas são permitidas actividades de investigação, visitação e pastorícia, (...)”*

■ Área de Protecção Parcial tipo II (APP II)

- Com 15.478 ha representando 17,8% da área total do PNSE.

Características

“Compreendem os espaços que contêm valores naturais e paisagísticos de interesse relevante, ou tratando-se de valores excepcionais, apresentam uma sensibilidade ecológica moderada.”

Objectivos

“Visam a manutenção dos sistemas, dos valores e dos processos naturais bem como a preservação das formações geológicas e dos valores biológicos e paisagísticos relevantes para a conservação da natureza e da biodiversidade.”

Usos (de carácter geral)

“A intervenção humana deve potenciar os valores naturais e paisagísticos em presença sendo admitidos usos temporários ou esporádicos compatíveis com os objectivos de conservação da natureza.”

■ Área de Protecção Parcial tipo III (APP III)

– Com 24.695 ha representando 27,7% da área total do PNSE.

Características

“Compreendem os espaços que contêm valores naturais e paisagísticos de interesse relevante, que apresentam moderada sensibilidade ecológica e que dependem dos sistemas culturais tradicionais.”

Objectivos

“Visam a preservação dos valores naturais relevantes para a conservação da natureza e da biodiversidade bem como a manutenção dos recursos naturais, paisagísticos e culturais.”

Usos (de carácter geral)

“A intervenção humana deve potenciar a manutenção ou adaptação dos sistemas tradicionais do uso do solo e da água. Os usos agrícola, florestal ou misto poderão ser exercidos desde que de acordo com sistemas tradicionais e adaptados às características e aptidões do território e à conservação dos valores naturais e das paisagens.”

Os níveis de protecção descritos acima são áreas de valores excepcionais, a restante área encontra-se no nível de protecção complementar, descrito seguidamente.

■ Área de Protecção Complementar (APC)

– Com 43.056 ha representando 48,3% dos 88 850 há de área do PNSE.

Características

“Compreendem os espaços humanizados onde predominam áreas rurais com valores paisagísticos e culturais relevantes, de moderada sensibilidade ecológica, cuja manutenção pressupõe a intervenção humana, e onde as acções de gestão devem promover o equilíbrio entre os objectivos da conservação da natureza e do desenvolvimento social e económico local.”

Objectivos

“Visam a manutenção dos espaços rurais, assegurando a conservação dos valores paisagísticos e culturais. A promoção do uso sustentável dos recursos, garantindo o desenvolvimento sócio-económico local. A valorização das actividades tradicionais de natureza agrícola, florestal, a pastorícia ou de exploração de outros recursos, que constituam o suporte, ou que sejam compatíveis com valores paisagísticos a preservar. A integração de áreas de transição ou de amortecimento de impactes, necessários à protecção das áreas sujeitas aos níveis de protecção superiores.”

Usos (de carácter geral)

“Os usos devem ser compatíveis com as aptidões territoriais embora assegurando a manutenção dos valores naturais e paisagísticos.”

No que respeita ao DN praticado nas áreas com os níveis de protecção APP II, APP III e APC todas as modalidades praticadas, estão sujeitas a parecer prévio do ICNB.

As EAT's ou outras entidades identificadas no Decreto-Lei 108/2009 de 15 de Maio, podem requerer os pareceres, e estes desde que se mantenham todas as condições de utilização, tem validade por um ano. No entanto é de realçar que ICNB e as EAT's o estão a

desenvolver esforços para que estes pareceres sejam bi-anuais, ou tri-anuais, dependendo da modalidade, de forma a agilizar o processo burocrático.

O plano de ordenamento da área protegida contempla ainda, zonas que carecem de planos específicos, designadas por áreas de intervenção específica que integram as seguintes tipologias:

Áreas de Intervenção Específica	Áreas de conservação da natureza e da Biodiversidade
	Áreas prioritárias da valorização ambiental
	Área de intervenção específica da Torre

Esta área pode ser também descrita pelos três itens que descrevem os regimes de protecção. No entanto, dependendo da sua localização, estas áreas estão sujeitas à aplicabilidade dos níveis de protecção anteriormente descritos.

■ **Áreas de Intervenção Específica**

– Com 3,6 ha representando 4,04% dos 88 850 ha da área total do PNSE.

Características

“Compreendem espaços e sítios de interesse natural relevante, assim como espaços vocacionados para o recreio com características particulares que requerem a tomada de ações especiais de salvaguarda ou valorização.”

Objectivos

“Visam a definição específica de planos, projectos e ações em que é preponderante a intervenção da administração pública, visando operacionalizar regras de gestão.”

Usos

“Os usos serão relacionados com a actividade de recreio e lazer e promoção/educação ambiental e devem minimizar os impactes, primando pela integração dessas situações pontuais.”

As áreas não abrangidas por regimes de protecção, tem uma áreas de 984,9 ha e representa 1,1% da área total, incluem-se nelas os perímetros urbanos, bem como todos os aglomerados rurais sem perímetro urbano delimitado, demarcados nos planos municipais de ordenamento do território, designado por Plano Director Municipal (PDM).

Para melhor se entender a transição dos planos de ordenamento e das condicionantes dos pareceres, a legislação, as condicionantes e a sua cronologia, deve ser consultado o anexo IV.

Verifica-se, que as condicionantes impostas pelo ICNB no PNSE já correspondiam às definidas pela Portaria nº651/2009, de 12 de Junho, que estabelece e define o código de conduta a adoptar nas áreas protegidas. Assim esta portaria veio regularizar e unificar a

conduta a adoptar em todas as áreas protegidas, no que respeita a organização de DN pelas EAT's ou outras entidades identificadas no Decreto-Lei 108/2009 de 15 de Maio.

O regime jurídico de protecção das albufeiras de águas públicas de serviço público, definido pelo Decreto-Lei nº107/2009, de 16 de Maio. As lagoas e albufeiras que se encontram dentro da área do PNSE, são definidas, pelo mesmo decreto-lei, como “*«Albufeiras de águas públicas de serviço público» as albufeiras que resultam do armazenamento de águas públicas e que têm como fins principais o abastecimento público, a rega ou a produção de energia»*”.

Todas as lagoas e albufeiras dentro da área do PNSE encontram-se classificadas como Albufeiras de Utilização Protegida, definidas como: “*aquelas que se destinam a abastecimento público ou se prevê venham a ser utilizadas para esse fim e aquelas onde a conservação dos valores naturais determina a sua sujeição a um regime de protecção mais elevado, designadamente as que se encontram inseridas em várias áreas classificadas, tal como definidas na Lei da Água.*” Com a excepção das albufeiras do Pateiro e do Lagoacho que estão classificadas como Albufeiras de Utilização Condicionada, e de Utilização Livre definidas: “*aquelas que apresentam condicionamentos naturais que aconselham a imposição de restrições às actividades secundárias, designadamente as que apresentam superfície reduzida, obstáculos submersos, margens declivosas, dificuldades de acesso, ou quaisquer características que possam constituir um risco na sua utilização, bem como as que se localizem em situação fronteiriça, e aquelas que estejam sujeitas a variações significativas ou frequentes de nível ou a alterações do potencial ecológico e do estado químico*” e “*aquelas que não são susceptíveis de classificação nos tipos previstos nas alíneas anteriores, apresentando outras vocações, designadamente turística e recreativa*” respectivamente.

Quanto às actividades interditas nas albufeiras de águas públicas, o decreto-lei acima mencionado, refere no capítulo V, artigo 17º, alínea a) que é interdito “*A realização de actividades subaquáticas recreativas*”, na alínea i) que “*A prática de pára-quedismo rebocado por embarcações ou outras formas de reboque*”, na alínea n) que “*A prática banhear, incluindo banhos ou natação, nas zonas de protecção às captações de água;*” e na alínea p) que “*A circulação de embarcações de recreio motorizadas nas zonas balneares*”. O artigo 23º refere que existem «actividades interditas na zona de protecção da barragem e dos órgãos de segurança e de utilização da albufeira» verificando-se na alínea a) que é interdita “*A prática banhear, incluindo banhos ou natação*”, na alínea c) que “*A realização de competições desportivas ou de actividades ou desportos náuticos, tais como remo, vela, prancha à vela, windsurf, canoagem, mota de água ou jet-ski;*” e na alínea d) que “*A navegação de qualquer tipo de embarcações, com excepção de embarcações destinadas à fiscalização, à manutenção ou operações de emergência.*”

Tendo em conta a forte presença de água na Serra de Estrela, esta não se reflecte no seu uso, no que respeita ao DN, pode-se, brevemente explicar e verificar que dos dezasseis

planos de água existentes, entre lagoas naturais e barragens, só é passível de praticar desportos da natureza em duas delas.

Se à partida se retirarem todos os planos de água que se situam em zona APP I, inclusive o Lagoacho, das que ficam situadas nos outros níveis de protecção, tem-se no concelho da Guarda a barragem do Caldeirão que serve para abastecimento público, em que o uso recreativo é interdito, e o Pateiro, que está sujeita a variações significativas ou frequentes de nível da água. O mesmo se aplica na área do concelho da Covilhã, à barragem do Viriato e do Covão do Ferro, respectivamente.

No concelho de Seia, Barragens do Covão do Curral está sujeita variações significativas ou frequentes de nível da água. Já a barragem do Covão do Forno, além de ter um plano de água pequeno, o seu uso é essencialmente para o de produção de energia, não directamente, mas mantendo o caudal das condutas de água para a central hidroeléctrica do Sabugueiro. Tendo em conta todas as condicionantes anteriormente explanadas, os planos de água disponíveis para os usos de recreio são o Vale do Rossim e a Lagoa Comprida, embora, estas barragens, tenham dupla função a produção de energia e de recreio, com sinalização que demarca as zonas dos órgãos de segurança da barragem das zonas definidas para o uso de recreio, as actividades de DN não conflituam com os outros usos que as barragens têm.

IV.3 Capacidade de Carga

O conceito de Capacidade de Carga (CC) aplicado às actividades de DN nas AP's, tem como intuito uma gestão sustentável da área, garantindo a conservação, objectivo para qual a AP foi criada, e propiciando também experiencias de grande qualidade aos visitantes.

Esta gestão sustentável do território, passa por calcular a CC da área, criando assim, limites ao uso recreativo, no caso deste estudo calcular a CC das modalidades de DN, proporcionando a sustentabilidade dos recursos naturais. Segundo Barbosa(2010), é evidente que o estudo CC de um local surge para prevenir e controlar as *“possíveis alterações, consequências da visitaçào, a favor da conservação ambiental e da qualidade da experiência do visitante.”*

A Organização Mundial de Turismo, em 2001, definiu a CC como sendo *“o máximo de uso que se pode fazer dele sem que causem efeitos negativos sobre seus próprios recursos biológicos, sem reduzir a satisfação dos visitantes ou sem que se produza efeito adverso sobre a sociedade receptora, a economia ou cultura local.”* Pode-se então afirmar que o conceito de CC, tal como a definição da sustentabilidade, já anteriormente definida, é uma triangulação entre os Valores Naturais, Sociais e Culturais.

Prado *et al.*(2004),definem que quanto maior o desenvolvimento turístico maior é a probabilidade de se ultrapassar a CC. Por não existir um limite claramente definido para ela, no entender dos autores. A capacidade de atractividade de uma área ou de um local, dependente de elementos culturais e naturais, que sofrem alterações espaciais e temporais. Sendo por isso, difícil operacionalizar e determinar a CC nas áreas naturais com aptidão turística. Citando Dias (2003), os autores definem algumas razões que dificultam a operacionalidade:

- O ponto de CC pode ser visto de forma diferente e conflituante por diferentes grupos;
- No contexto do turismo de natureza, a CC têm em conta um elemento subjectivo que é a qualidade da experiência do visitante;
- A CC deve ter em consideração variações de acordo com as características do turista;
- A CC do meio pode ser amplificada pelo desenvolvimento de equipamentos que diminuam os impactes dos usos;
- As comunidades ficam expostas às diferenças sócio-económico-culturais dos turistas;
- Nos aspectos sociais, as expectativas dos residentes em relação aos visitantes, pode aumentar a resistência à vinda dos turistas;
- Nos aspectos temporais, a CC pode mudar com a época do ano, durante os meses do ano, e suas estações, o meio ambiente sofre alterações que certamente influenciam a CC da área.

Santos (2006), citando Viñals (2002), refere-se que a CC aplicada as actividades recreativas como factor limitador do uso recreativo no território por parte dos praticantes. Assim propõe uma metodologia que tem em conta os seguintes factores:

- *“Espaço – No caso dos espaços abertos podem existir localizações muito pontuais ou vastos espaços abertos e há ainda que considerar os equipamentos recreativos existentes”;*
- *“Recursos – Estes podem exercer a função de atracção ou de suporte à actividade recreativa e há de ter em conta a sua fragilidade e vulnerabilidade”;*
- *“Actividades recreativas – na estimativa da CC recreativa há que ter em conta as necessidades e afectações que cada actividade exerce no território e o uso que faz dos seus recursos”. As implicações que tem nos “equipamentos e instalações de que necessitam, assim como dos impactes que geram no meio”;*
- *“Praticantes – o estudo do perfil dos praticantes, intimamente relacionado com a modalidade recreativa, é necessário para estabelecer o nível de afectação destes sobre o meio”.*

Fonte: (Santos,2006: 49-50).

Segundo a metodologia utilizada por Santos (2006), pode-se definir uma estimativa para a CC recreativa em três diferentes etapas, sendo elas a Capacidade de Carga Física (CCF), Capacidade de Carga Real (CCR) e Capacidade de Carga Possível (CCP) os factores de redução anteriormente enumerados que estão relacionados com as funções de atracção e suporte dos recursos do território (Figura IV.35).

No que respeita a factores de correcção, Rocha *et al.* (2007), definem outros factores físicos passíveis de cálculo, assim a CCR é obtida pela CCF corrigida pelos factores utilizados como critérios de correcção, factores tais como: “*Social (FCsoc)*, *Erodibilidade (FCero)*, *Acessibilidade (FCac)*, *Precipitação (FCpre)*, *Brilho Solar (FCsol)*, *Fechamento Eventual (FCeven)* e *Alagamento (FCal)*”, embora que os autores defendam que a capacidade de gestão também deve ser considerada para a obtenção da Capacidade de Carga Efectiva (CCE), descrita no paragrafo anterior como Capacidade de Carga Possível, (CCP=CCE).

Capacidade de Carga Física (CCF) – É a razão entre o espaço disponível e o espaço médio necessário por praticante, em condições de conforto para o exercício da sua actividade.

Capacidade de Carga Real (CCR) – Calcula-se através da CCF, submetendo-a aos factores de redução. Nesta fase estabelece-se uma definição da aptidão recreativa do território, excluindo as áreas de maior sensibilidade ecológica.

Capacidade de Carga Efectiva (CCE) – Relação CCR com a capacidade de gestão dos espaços recreativos, limitando a ocupação através de critérios como a acessibilidade, infra-estruturas ou outros equipamentos.

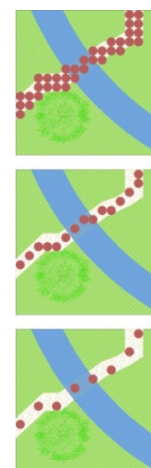


Figura IV.36 - Capacidade de Carga para a modalidade de pedestrianismo

A estimativa da CC nas áreas protegidas nacionais deve ser um processo rigoroso e que exige um profundo estudo, monitorização e uma constante avaliação, como foi referido anteriormente, os factores de correcção devem ser permanentemente calculados, ajustando assim a CC nas áreas protegidas às épocas do ano ou a ocorrências anómalas extraordinárias, tais como: incêndios, inundações ou derrocadas. O estudo da CC deve ser aprofundado, pois, os estudos existentes além de não caracterizarem todas as modalidades de DN, a metodologia utilizada refere-se a parques fechados ou com entradas devidamente balizadas e controladas, permitindo o estudo da estimativa da CC e a sua gestão mais eficientes.

No caso do PNSE, a estimativa da CC e a sua gestão não estão tão facilitadas, dependendo a sua gestão, monitorização e fiscalização da relação entre a PNSE e as EAT's (ou outras entidades identificadas no Decreto-Lei 108/2009 de 15 de Maio), pois o parque é uma área aberta, em que se cruzam vários interesses (legalmente hierarquizados) que se torna

de todo impossível controlar todos os fluxos de entradas e saídas. Contudo, pode-se controlar as actividades de DN organizadas, salvaguardando os valores naturais.

Embora exista um grande défice no cálculo da CC, esta é determinada no PNSE por tentativa erro ou por experiências em outras áreas protegidas, pois as actividades são muitas vezes esporádicas ou mesmo de carácter único

Ao se relacionar o regime de protecção do plano de ordenamento com as actividades de DN e a CC (anexo V), verifica-se que na sua maioria as actividades de DN carecem de parecer por parte do ICNB. Assim pode-se afirmar, que a gestão da capacidade de carga efectiva é feita, parecer a parecer, pelos técnicos que fazem a avaliação dos pedido de parecer, fazendo uma gestão das actividades no território e antevendo as medidas necessárias para minimizar os impactes negativos da actividade em causa.

IV.4 Análise SWOT

A análise SWOT permite um conhecimento mais aprofundo dos vários aspectos na relação do DN com território, retirando-se, antecipadamente conclusões em relação a eventuais problemas ou fragilidades, potenciando as qualidades do território. Este método contribui para que o processo de ordenamento seja pró-activo.

Nestas vulnerabilidades e potencialidades do território, através da sua enumeração, verifica-se que os pontos possuem uma importância na relação que o território tem com o DN. Na tabela seguinte, identificam-se a negrito, alguns desses pontos, analisados no anexo VI segundo uma matriz.

Realçando os pontos fortes e as oportunidades da Serra da estrela, verifica-se uma complementaridade entre o DN com o património geológico e/ou o turismo temático, bem como, contribuir para a consolidação e promoção de produtos endógenos.

Tabela IV.12 - Análise SWOT

Forças			Fraquezas		
Abióticos	Bióticos	Culturais	Abióticos	Bióticos	Culturais
Ocorrência de um Património Geológico único (com vestígios de glaciação)	Elevada biodiversidade (Fauna, Flora e habitats)	Diversidade no património Histórico e Cultural (aldeias, monumentos)	Elevado risco de Erosão	Reduzidos incentivos à plantação de floresta autóctone	Debilidade nos serviços prestados aos Turistas
Presença de solo coberto de neve	Elevada diversidade paisagística	Tecido empresarial com base em produtos tradicionais	Varição climática com redução do nº de dias de neve	Diminuição de efectivos de Fauna e Avifauna	Despovoamento e consequente envelhecimento das populações
Elevada rede hidrográfica (Zêzere, Mondego, Alva)	Ocorrência de vários Estatutos Ambientais de Protecção: Parque Natural Sítio de Importância Comunitária (SIC) Reserva Biogenética Sítio Ramsar	Presença de um sistema Agro-Silvo-Pastoril	Reduzidos níveis de armazenamento de água nas Albufeiras e lagoas naturais, devido à baixa precipitação	Degradação Paisagística (Monocultura florestal; Proliferação de infestantes)	Reduzidas campanhas de sensibilização ambiental.
Grande capacidade de retenção de água (Albufeiras e Lagoas naturais)		Proximidade relativa aos grandes centros urbanos (Coimbra, Viseu, Guarda, Covilhã, Castelo Branco)	Mau estado de conservação das acessibilidades		Mau estado de conservação do património arquitectónico
Oportunidades			Ameaças		
Abióticos	Bióticos	Culturais	Abióticos	Bióticos	Culturais
Potencial turístico do Património geológico.	Promoção da Floresta Autóctone (reduzindo o risco de incêndios e valorização da matéria-prima)	Reabilitação do património arquitectónico e natural (fundos comunitários)	Risco de erosão	Degradação ambiental (monocultura florestal)	Incapacidade do território em fixar população mais jovem.
Potencial hídrico, do ponto de vista do recreio e turismo (Albufeiras, Lagoas naturais, Rios e Ribeiras)	Crescimento da procura de produtos locais (Produtos biológicos e/ou de Produção tradicional)	Crescimento da procura de TN	Risco de deslizamentos de encostas	Perda de Biodiversidade (perda de efectivos faunísticos)	Pressão Urbanística (perda de valores naturais)
		Aproveitamento da oferta Turística (hotéis, estalagens, casas e parques de campismo)	Risco de Contaminação por esgotos (multiplicidade de fossas sépticas) e resíduos sólidos	Degradação da paisagem rural (abandono da actividade agrícola, em geral e principalmente em montanha)	Perda de identidade cultural
Reabilitação das acessibilidades	Especialização do Turismo temático (ex: Birdwatching, Micológico)	Promoção da Estância de Esqui Combate a Sazonalidade (Turismo de Neve/Inverno)		Degradação ambiental (pressão turística no planalto superior - torre)	Perda de elementos construídos tradicionais Concorrência TN (outras AP nacionais e internacionais)

IV.5 Análise de dados -*Gestão do Desporto da Natureza no PNSE*

Para este trabalho foram analisados, no que respeita à aptidão e capacidade de carga, todos os locais onde já houve ou existe uma forte atractividade por parte dos vários agentes na realização de actividades de DN. No entanto é de realçar que deve existir uma constante análise dos dados.

Esta análise permanente é importante para que, as equipas multidisciplinares possam definir, depois de devidamente aferidas as condições morfológicas para cada uma das modalidades, os melhores locais para a prática de DN em cada momento.

Por isso, é importante apresentar aqui o histórico dos locais e das modalidades com mais ocorrência na área do PNSE. A evolução do DN na área do parque foi estudada para o triénio de 2009 a 2011. Todo o estudo foi baseado no número de pareceres²⁶, detalhado no anexo VII.

Assim, ao analisar os pareceres que o PNSE emitiu, no âmbito do DN, observa-se a evolução das várias modalidades na área do parque.

Inicialmente, optou-se por caracterizar o “universo” de pareceres anuais e a sua evolução no triénio. Verifica-se que o universo total é de 80 pareceres, sendo que destes, 70 enquadram-se nas actividades de DN, os restantes, são provas desportivas com carácter excepcional e obrigatoriamente inseridas no calendário federativo.

Os pareceres podem ser qualificados como: os favoráveis; os favoráveis condicionados e os desfavoráveis. Seguidamente pode-se verificar que a aprovação da legislação, como o Decreto-Lei 108/2009 de 15 Maio, que regulamenta as actividades, a Portaria nº 651/2009, de 12 de Junho, que define o código de conduta a adoptar, bem como, as tipologias de protecção adoptadas no POPNSE(ICNB, 2009)vieram contribuir para uma maior “esclarecimento” das regras.

Da análise da figura IV.37 pode-se constatar o quanto estas alterações legislativas contribuíram para uma gestão mais eficaz do território. Antes da entrada em vigor desta legislação os pareceres eram na sua maioria condicionados, verificar as condicionantes impostas no anexo IV.

26 Parecer é uma decisão técnica, sustentada em bases legais relativas á protecção e gestão da Área Protegida em vigor e tem como objectivo autorizar, ou não, a pretensão do requerente. Consiste num documento assinado com data, nome e registo do profissional, emitido por um técnico, sobre uma determinada situação que exija conhecimentos técnicos.

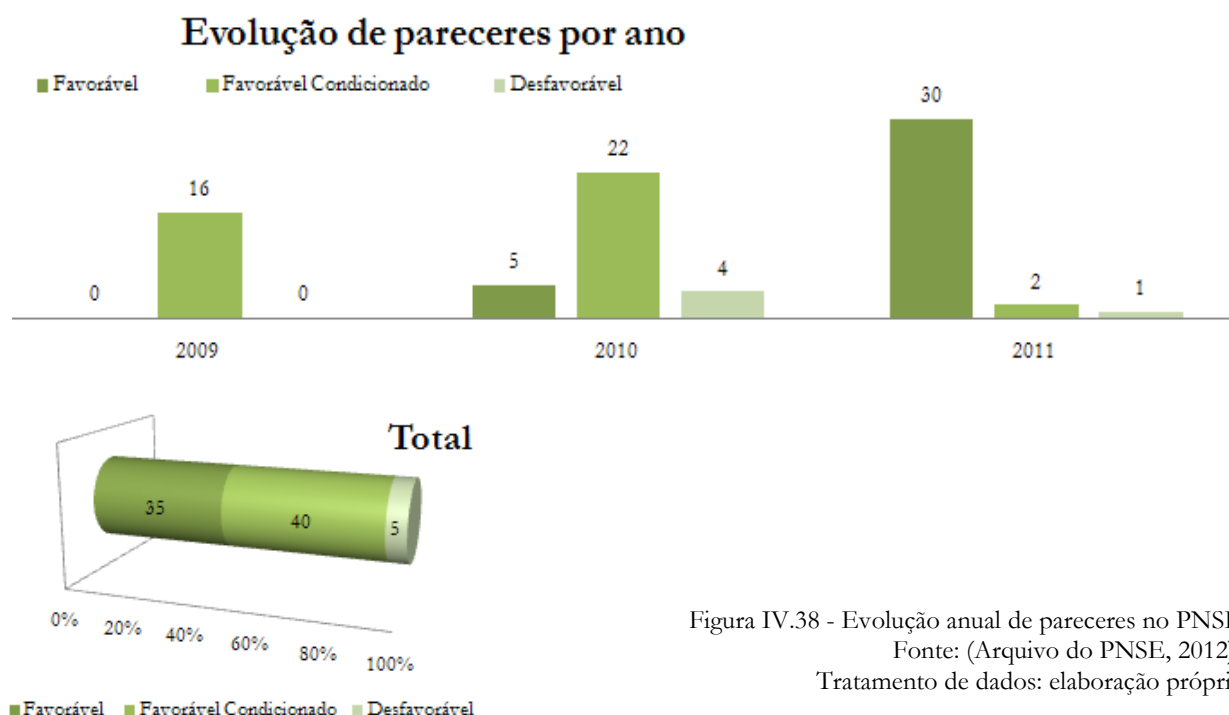


Figura IV.38 - Evolução anual de pareceres no PNSE
 Fonte: (Arquivo do PNSE, 2012).
 Tratamento de dados: elaboração própria

Verifica-se que em 2009 e 2010 maioritariamente os pareceres são *favoráveis condicionados*, a entrada em vigor do novo plano de ordenamento em Setembro de 2009 veio colmatar esta lacuna legal.

Contudo, a estratégia adoptada pelo PNSE, centrava-se em avisar das novas regras do plano de ordenamento, a quando do primeiro contacto pelas EAT ou, e principalmente as associações locais, previstas Decreto-Lei 108/2009 de 15 de Maio, porque maioritariamente, só fazem um único pedido de parecer por ano, por isso, a grande maioria dos pareceres eram favoráveis condicionados.

Constata-se que os novos níveis de protecção do PO tornaram a gestão do território em especial da atividade turística, mais agilizada entre EAT's e os técnicos responsáveis da área protegida.

Um território por si só pode ser mais atractivo que outro, assim, existem locais com maior capacidade de atractividade que outros. Para uma melhor localização dessas zonas optou-se por identificar essa incidência na área do PNSE por concelhos.

É de ressaltar desde já que o total das incidências por município é superior ao posteriormente descritos, devido a existirem modalidades, como o caso do pedestrianismo, o cicloturismo - BTT e principalmente os passeios todo o terreno, que pelas suas características de «desenvolvimento linear», onde quase sempre o seu percurso passa por vários concelhos.

Verifica-se, pelo gráfico seguinte, que o concelho com maior regularidade na prática de DN é o de Manteigas, quer pelos valores naturais e cénicos que encerra, quer pelo facto de ser o único que está totalmente dentro da Área Protegida. O concelho de Gouveia, muito devido

ao facto de existir no concelho várias EAT, associada a uma política de dinamização e promoção por parte da autarquia, também apresenta uma grande actividade de DN.

No que diz respeito ao concelho de Celorico da Beira, a reduzida atractividade não é responsabilidade directa dos valores naturais e ou culturais, pois esta parte do território é bem rica, exemplo disso são a proximidade ao Planalto de Videmonte ou à presença da Aldeia Histórica de Linhares da Beira, esta também dentro dos limites da área do PNSE.

Contudo, é de realçar que os concelhos mais distantes do planalto superior, que compreende fortes valores naturais associados a décadas de promoção turística, têm vindo a aumentar a sua atractividade, este aumento deve-se a uma dinamização DN e a consciencialização das populações para as mais-valias económicas deste produto turístico.

Para que o DN na área do PNSE passe de uma oportunidade a uma realidade, com valor económico e com expressão local, as associações locais as entidades públicas e privadas ainda têm muito trabalho de promoção e consciencialização. Nos gráficos apresentados na figura IV.36 observa-se que, desde 2010 tem havido esforços para potenciar o DN, por isso, verifica-se o aumento, ainda que ténue, destas actividades na maioria dos concelhos.

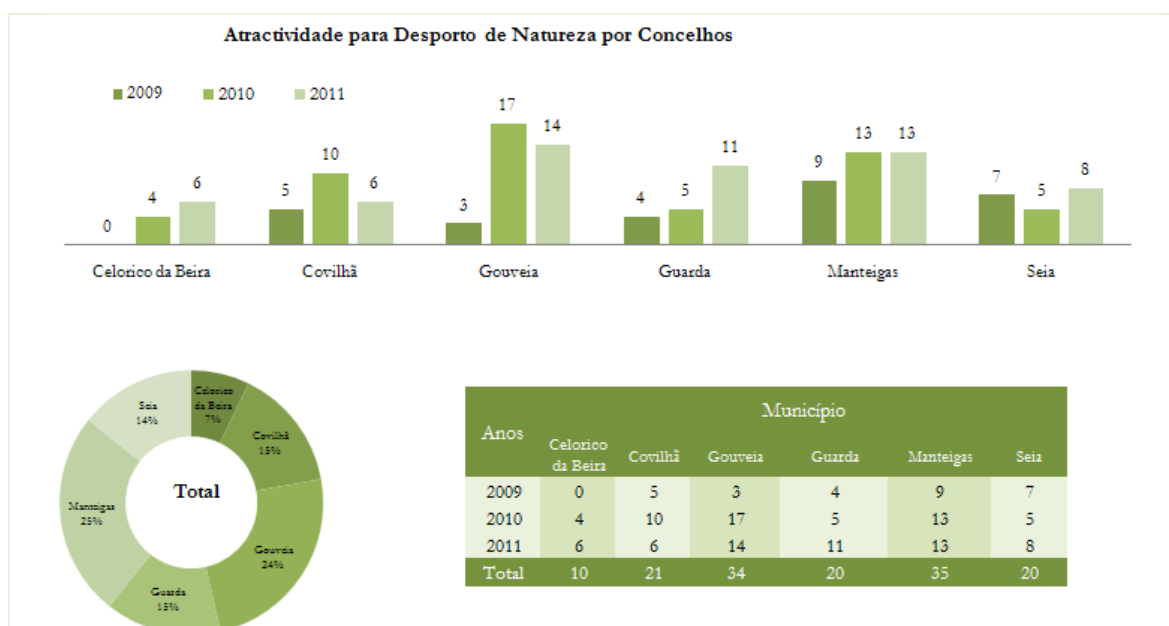


Figura IV.39 - Atractividade para DN por concelhos

Fonte: (Arquivo do PNSE, 2012).

Tratamento de dados: elaboração própria.

Seguidamente, optou-se por dividir os pareceres pela sua incidência nas várias tipologias de protecção, conforme nomenclatura usada no plano de ordenamento, demonstrando os gráficos seguintes a carga nesses mesmos territórios.

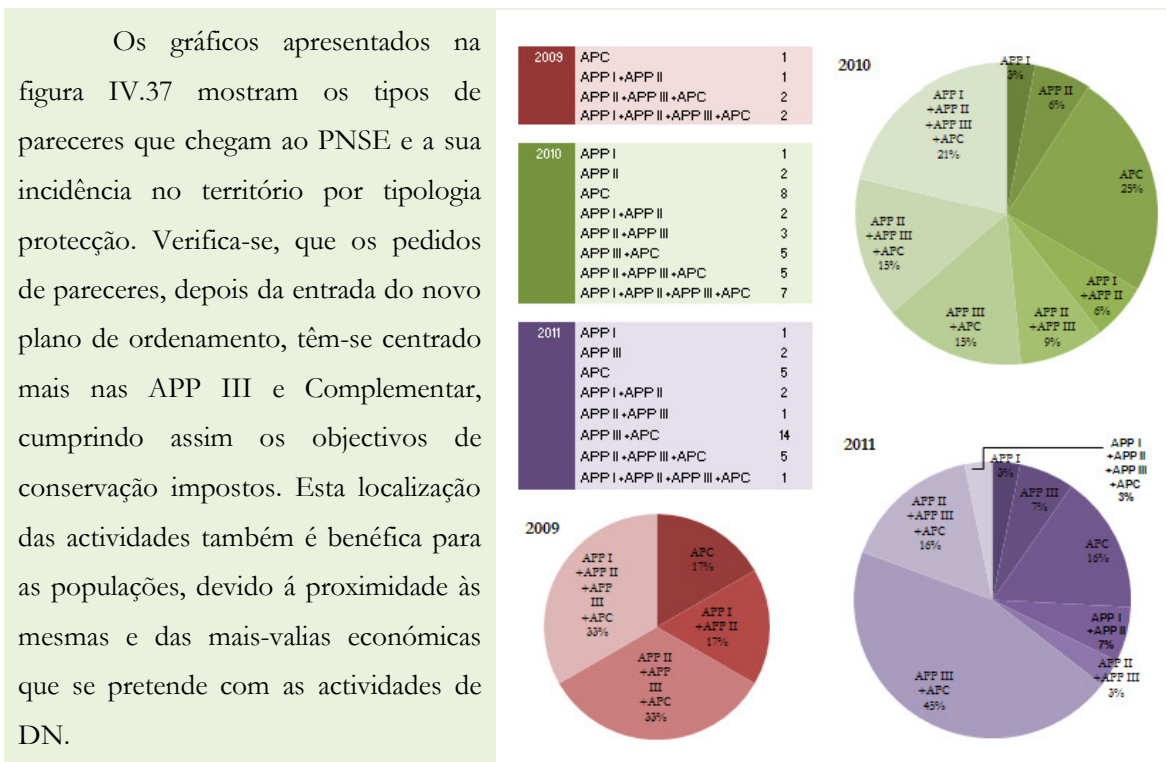


Figura IV.40 - Incidências anuais das actividades de DN por tipologia de protecção
 Fonte: (Arquivo do PNSE, 2012).
 Tratamento de dados: elaboração própria

Nos gráficos apresentados na figura IV.38 observa-se que o DN na área protegida é feito essencialmente em área de protecção parcial tipo III e complementar, representando esta 70% dos pareceres que incidem só num nível de protecção, e com 68% quando se trata de pareceres que incidem no conjunto dos dois níveis.

Pode-se também anotar que para o triénio estudado, estas tipologias de protecção representam 35 dos 70 pareceres, seja individualmente ou no seu conjunto.

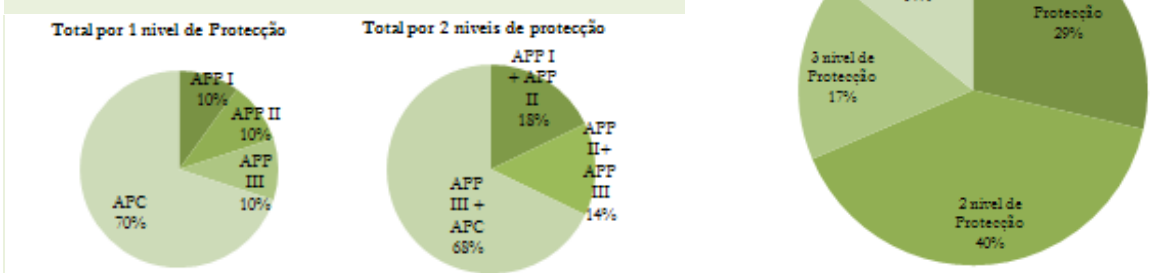


Figura IV.41 - Incidências das actividades de DN pelos níveis de protecção
 Fonte: (Arquivo do PNSE, 2012).
 Tratamento de dados: elaboração própria

Para se entender quais as actividades de DN que ocorrem no PNSE, optou-se por caracterizar cada uma das modalidades por concelho, para perceber a atractividade, bem como, a sua relação.

As actividades de pedestrianismo, orientação e *trekking* (Figura IV.42) são modalidades que ainda possuem pouca expressão na área protegida. Contudo o seu histórico levamos a afirmar que os concelhos com maior atractividade para estas modalidades, são Manteigas e Seia. Se compararmos estes dados no contexto geográfico verificamos que o vale e as encostas do Vale Zêzere e o Planalto Superior (zona da Torre) têm uma grande atractividade pela sua beleza natural, esses territórios encontram-se nos concelhos anteriormente designados.

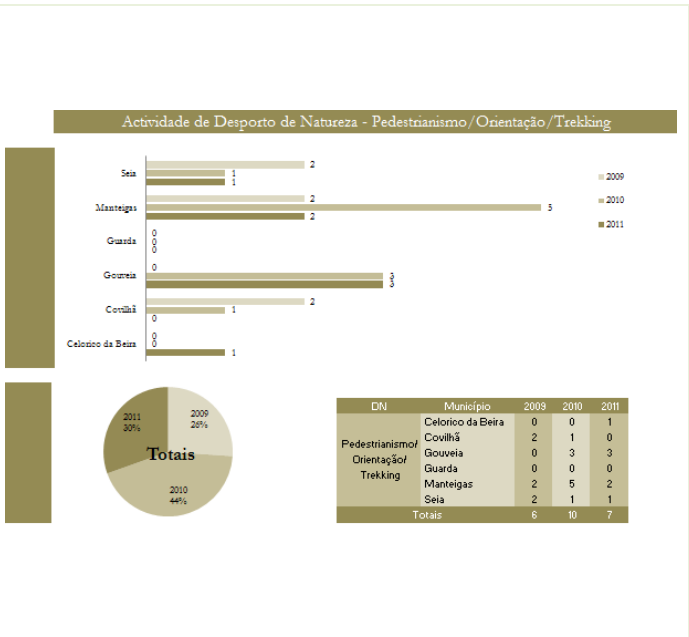


Figura IV.43 - Incidências das actividades de pedestrianismo, orientação e Trekking por concelhos
 Fonte: (Arquivo do PNSE, 2012).
 Tratamento de dados: elaboração própria

Porém, o concelho da Covilhã também detêm nos seus limites geográficos o Planalto Superior, contudo os dados não refletem essa atractividade. Como anteriormente já foi referido, a atractividade de uma área com grandes Valores Naturais por si só não é factor de aumento das actividades, é necessário por isso, uma politica de promoção das mesmas.

No que respeita à actividade de cicloturismo e/ou BTT (Figura IV.40) os dados disponíveis indicam franca expansão da modalidade, com um crescendo percentual de 30% entre 2009 e 2011. Com a modalidade a ter expressão territorial em todos os concelhos.

Contudo é importante realçar, que é os concelhos de Manteigas e Gouveia, que a modalidade que têm vindo a crescer. O concelho de Manteigas tem feito uma grande promoção do DN com destaque para BTT (Manteigas, auto denominada “*Capital do BTT*”).

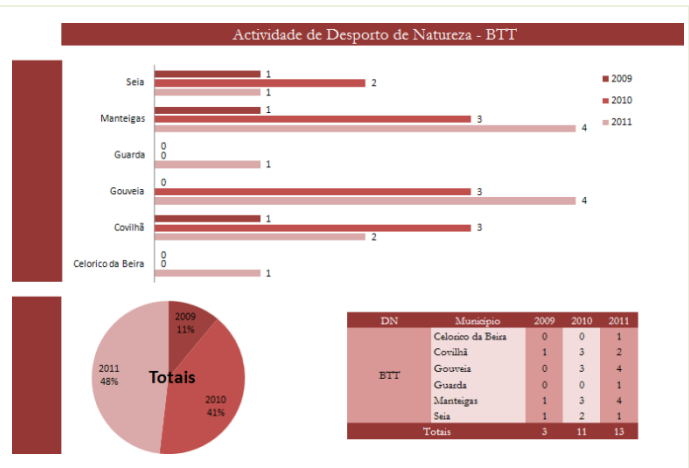
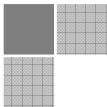


Figura IV.44 - Incidências das actividades de cicloturismo e BTT por concelhos
 Fonte: (Arquivo do PNSE, 2012).
 Tratamento de dados: elaboração própria



Do conjunto das modalidades de DN, os passeios em veículos todo o terreno, também designados «Passeios TT» ou por «TT turístico», é a actividade com maior promoção (local e nacional), o que se reflecte nos gráficos posteriores. Os TT turísticos estão bastante difundidos pelo território, muitos dos percursos atravessam os vários concelhos.

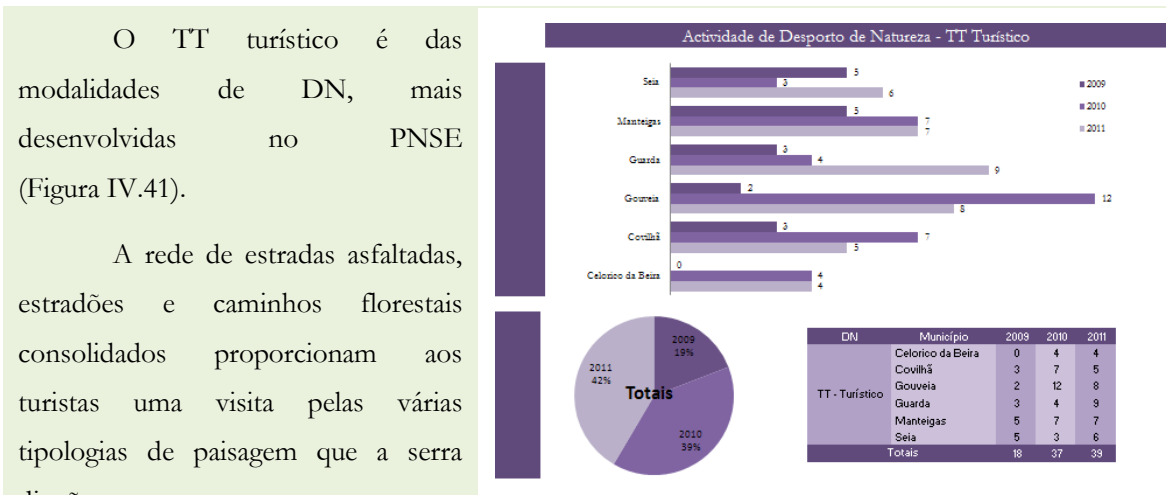


Figura IV.45 - Incidências das actividades TT Turístico por concelhos
 Fonte: (Arquivo do PNSE, 2012).
 Tratamento de dados: elaboração própria

As actividades que pela sua natureza se desenvolvem linearmente apresentam uma incidência de carga no território, explicitada nos gráficos seguintes. Os percursos são realizados essencialmente por troços usados diariamente por florestais e agricultores ou mesmo estradas asfaltadas, diminuindo os impactos na fauna e flora existente área protegida e salvaguardando os valores naturais. As actividades de pedestrianismo efectivaram-se nos trilhos da rede do PNSE.

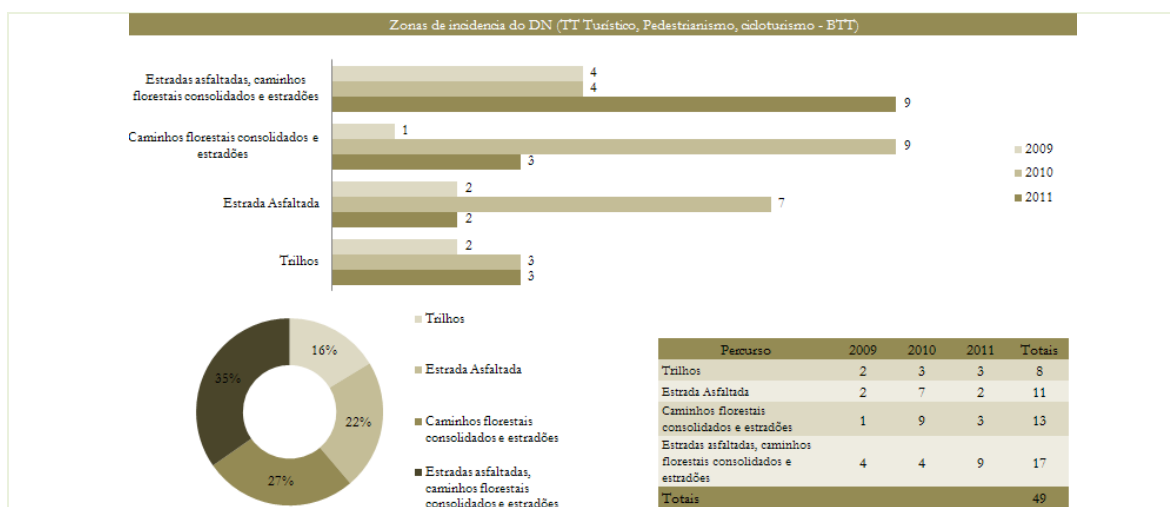


Figura IV.46 - Incidências das actividades DN no território
 Fonte: (Arquivo do PNSE, 2012).
 Tratamento de dados: elaboração própria

Tendo em conto os dados da prática de DN no PNSE, verifica-se que esta actividade económica ainda está numa fase inicial de desenvolvimento. Ao observar a figura IV.43, verifica-se que os valores totais das modalidades desenvolvidas de forma organizada, são ainda muito reduzidos.

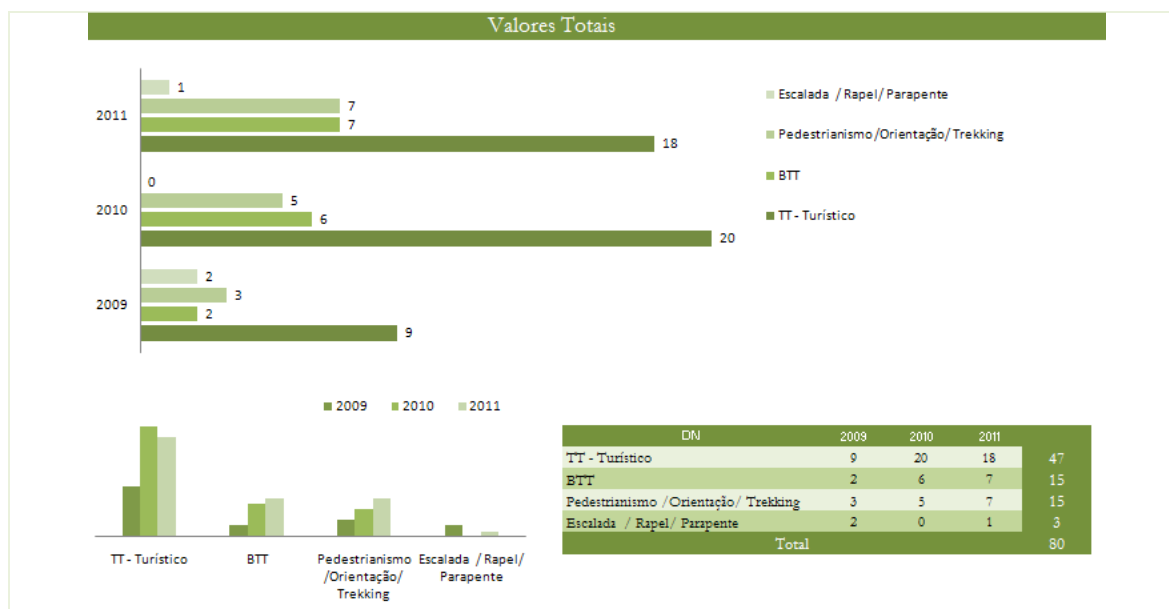


Figura IV.47 - Incidências das actividades DN no território do PNSE
 Fonte: (Arquivo do PNSE, 2012).
 Tratamento de dados: elaboração própria

Pelos valores totais verifica-se que a actividade de TT Turístico é a actividade mais praticada, sendo que a escalada/rapel/parapente, em contra ponto, é das menos praticadas. Porém, como explicaremos mais à frente estes dados sobre a escalada, não são exemplificativos da realidade.

Os dados do pedestrianismo e do BTT (cicloturismo) apresentam uma subida na prática da actividade no triénio estudado, estando esta relacionada com as políticas de promoção do desporto na área protegida da Serra da Estrela por parte dos municípios, principalmente, Manteigas e Gouveia.

É necessário ressaltar que a modalidade de escalada é praticada com maior frequência, do que os dados que o PNSE dispõem, não existem assim, dados passíveis de análise. Esta actividade é desenvolvida por muitos populares individualmente e ainda não é feita, de forma regular e organizada, pelas EAT's (ou outras entidades identificadas no Decreto-Lei 108/2009 de 15 de Maio), contudo o potencial da área protegida para esta modalidade é enorme, tendo mesmo já vias de escala colocadas em vários locais, alguns mesmo, estão referenciados como «parede escola» ou «parede de iniciação» para a prática da modalidade.

Existem ainda locais no PNSE que são ícones para os praticantes da modalidade, como é o caso da Parede dos Fantasmas e o Cântaro Magro, contudo nestes locais a prática desta modalidade está proibida pelo plano de ordenamento. No desenvolvimento deste trabalho, verificou-se que a proibição nestes locais é uma medida excessiva, sendo que a modalidade poderá ser praticada com condicionantes. O que se apurou, em relação a estes locais, é que a proibição é devido há existência de plantas rupícolas e ser uma zona nidificação de várias aves, valores naturais de grande importância. No entanto a modalidade continua a ser praticada nestes locais de forma ilegal.

Devido a este conflito dos valores naturais e dos usos existentes, levanta-se um outro problema ao nível do ordenamento, por isso é necessário para os locais, supra indicados, que as condicionantes possam salvaguardar os valores naturais sem que impossibilite a prática da modalidade.

Para isso será necessário garantir a identificação de épocas de floração e nidificação adequadas à conservação, para que a modalidade se possa desenvolver num período do ano. Estas observações, para estas duas áreas, carecem de um estudo mais aprofundado numa revisão do POPNSE (ICNB, 2009), bem como, um estudo pormenorizado para a modalidade de escalada no PNSE.

IV.6 Participação Pública

A Participação Pública, daqui em diante designada por PP, pretendeu envolver as associações, entidades públicas e privadas que estão envolvidas directa e ou indirectamente com o TN e as actividades desenvolvidas de DN afecta à área do PNSE.

A promoção do diálogo entre os vários actores ou agentes interessados, também designado pelas ciências económicas por *Stakeholder*²⁷, podendo assim contribuir para uma melhor reflexão, conjunta, sobre o futuro da região. Os agentes foram definidos em cinco grupos distintos de intervenientes, entendeu-se, que nesta fase inicial da CDN, poderiam ter um contributo importante, sendo eles:

27 Segundo, Nunes, P. (2009)., o termo inglês *stakeholder* designa uma pessoa, grupo ou entidade com legítimos interesses nas acções e no desempenho de uma organização e cujas decisões e actuações possam afectar, directa ou indirectamente, essa outra organização. Estão incluídos nos *stakeholders* os funcionários, gestores, proprietários, fornecedores, clientes, credores, Estado (enquanto entidade fiscal e reguladora), sindicatos e outras diversas pessoas ou entidades que se relacionam com a empresa.

- *Empresas de animação turística* - Empresas devidamente licenciadas para actuar nas AP's e que já tenham operado na área do Parque Natural da Serra da Estrela.
- *Decisores políticos* - Os municípios que integram o Parque Natural da Serra da Estrela.
- *Reguladores da actividade* - Parque Natural da Serra da Estrela.
- *Federações desportivas* - Contemplando as várias modalidades.
- *Instituições de ensino* - Ligadas ao turismo e de cariz local.

O objectivo da PP é afectar a comunidade relativamente aos aspectos positivos e negativos das soluções propostas e das suas alternativas, para isso é necessário integrar o contributo dos *stakeholders* no processo de planeamento. Nesta cooperação, recolhe-se informação directa da realidade do território e compreende-se melhor os padrões de comportamento das comunidades, propondo alternativas ajustadas, criando uma situação que contribui para a redução de conflitos, facilitando, no caso deste trabalho, a cooperação institucional e social e desenvolvendo uma protecção ambiental conjunta que responsabiliza os vários *stakeholders*, contribuindo para uma implantação, gestão e monitorização mais eficiente da proposta.

A PP neste trabalho tem um grau de envolvimento do público focado nos *stakeholders*. Pode-se então afirmar que a PP neste trabalho pode ser determinada por vários envolvimento, sendo que a definição numa primeira fase como uma retroacção de informação, pois existiu inicialmente uma solicitação da situação presente, uma fase seguinte de consulta, que consiste em saber os reais objectivos e ambições, bem como, recolher os diversos contributos ou *inputs* que cada um, conforme a singularidade do *stakeholder*, tem para CDN. Esta iniciativa tem por objectivo contribuir para um planeamento conjunto, promovendo um processo de inter-ligação entre todos os intervenientes, fomentando uma consciência ambiental e uma co-responsabilização das políticas com decisões partilhadas.

A PP neste trabalho teve como base, respostas a um questionário ou através da realização de entrevistas, dependendo para isso da disponibilidade, mobilidade e da distância a que se encontram os vários *stakeholders*. Pretende-se que a PP possa dar resposta a uma questão base:

«O que pensam os vários agentes que intervêm nas actividades de Desporto da Natureza?»

Assim, para o efeito foram elaboradas as seguintes questões, referidas daqui para a frente como P1, para a questão 1, P2, P3, P4 respectivamente para as seguintes questões:

1. P1 Considera que o Turismo de Natureza é um factor de desenvolvimento da Área Protegida do Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE)?
2. P2 Das actividades de Desporto da Natureza que se realizam na PNSE (exemplo: Pedestrianismo; Parapente; Montanhismo; Escalada; Orientação; Passeios TT) quais considera que tem melhores condições para a sua realização e que impulsionam o desenvolvimento das populações locais?
3. P3 Que alterações devem ocorrer, no seu ponto de vista, para potenciar a pratica das actividades de Desporto da Natureza?
4. P4 Considerando que essas actividades devem estar regulamentadas, mediante uma Carta de Desporto da Natureza. Quais os contributos que a vossa entidade poderá disponibilizar para a elaboração desta Carta?

A importância destas questões e dos contributos das suas respostas para este trabalho são de assinalada importância, pois assim, retira-se conclusões das suas expectativas, bem como partilhar e recolher informação da realidade local para que se possa projectar na CDN, contribuindo assim para a redução dos conflitos.

Com os contributos dos vários *stakeholders*, foi elaborado uma matriz, anexo VIII, definindo uma melhor relação e cooperação de todos na elaboração da CDN. Desta matriz resultaram amplas considerações devidamente explanadas no referido anexo, que influenciaram, como se pode constatar no capítulo seguinte, através da tabela V.14, as escolhas das modalidades com maior capacidade de desenvolvimento económico e que respeitavam e preservavam os valores naturais existentes.

V Contributos para a Carta de Desporto da Natureza

V.1 Modalidades propostas

O território possui várias funções e usos, contribuindo para uma paisagem multifuncional. Contudo, é necessário ordenar os usos para que se optimizem e potenciem as mais-valias económicas, sem que isso deteriore as condições biofísicas envolventes, como é o caso do DN em zonas tão sensíveis como as áreas protegidas.

Considerou-se, que o território do PNSE tem aptidão para várias modalidades de DN, por isso, a proposta teve em conta o importantíssimo equilíbrio ecológico e a minimização da intervenção humana, e em simultâneo contribuir para que o território ganhe aptidão dando resposta a todas as modalidades passíveis de serem praticadas nas áreas protegidas.

O desenvolvimento sustentável projectado para o território, pretende objectivar uma visão de desenvolvimento do DN, tendo em conta todos os contributos anteriormente explanados, traduzindo-se assim numa carta síntese das modalidades.

As modalidades descritas na tabela seguinte, apresentadas pela mesma ordem do Decreto-Lei nº108/2009 de 15 de Maio, são possíveis de praticar no PNSE. Contudo, sempre que organizadas carecem de parecer prévio por parte do ICNB.

Tabela V.13 - Modalidades passíveis de praticar na área protegida da Serra da Estrela

Passeios pedestres, expedições fotográficas, percursos interpretativos e actividades de observação de fauna e flora;	Balonismo, asa delta sem motor, parapente e similares;
Actividades de orientação;	Passeios de bicicleta (cicloturismo ou BTT), passeios de segwaye em outros veículos não poluentes;
Actividades de teambuilding;	Passeios equestres, passeios em atrelagens de tracção animal e similares;
Jogos populares;	Passeios em veículo todo o terreno;
Montanhismo, escalada, actividades de neve, canyoning e espeleologia;	Vela, remo, canoagem e actividades náuticas similares;
Percursos de obstáculos com recurso a rapel, slide, pontes e similares;	Windsurf, kitesurfe actividades similares;
Paintball, tiro com arco, besta, zarabatana, carabina de pressão de ar e similares;	Rafting, hidrospeed e actividades similares;

No entanto, foi definido estrategicamente que há modalidades com maior capacidade de desenvolvimento económico na área protegida. Desta forma, foram organizadas pelas suas características e definições em três grupos, como se pode verificar na tabela seguinte:

Tabela V.14 - Conjunto de modalidades com maior potencial de desenvolvimento na área protegida da Serra da Estrela

<p><i>Actividades de Pedestrianismo</i></p> <p>Passeios Pedestres</p> <p>Orientação</p>	<p>Estas actividades não implicam um grande investimento, o PNSE já tem uma rede de percursos bem estruturada. O praticante não necessita de grau de conhecimento e preparação elevado. Pode ser praticado em toda a área do PNSE, com a ressalva que na zona APP I, a sua prática deve ser compreendida pelos trilhos assinalados.</p> <p>Existe uma política de integração das novas redes municipais com as redes pedestres existentes, eliminando assim uma excessiva carga no território.</p>
<p><i>Actividades com Cordas</i></p> <p>Montanhismo</p> <p>Escalada</p>	<p>A relevância deste grupo, deve-se as características das modalidades, pois o montanhismo pode integrar a escalada, contudo, esta modalidade deve funciona como transição entre o Turismo <i>Soft</i> e o Turismo <i>Hard</i>, Os praticantes com menos conhecimentos e preparação física, podem com esta modalidade ter uma experiencia inesquecível e ter contacto com várias técnicas e ou modalidades distintas, como é o caso do rapel, slide ou similares.</p> <p>A Escalada, é uma modalidade de especializada, e deve ser entendida como um experiencia única pois os seus praticantes podem, desfrutar da montanha mais alta de Portugal continental e poder praticar a modalidade em locais com paisagens envolventes com grande valor natural, a Serra da Estrela compreende, também, condições climatéricas que possibilitam a escalada em gelo.</p>
<p><i>Actividades com veículos</i></p> <p>Passeios de bicicleta</p> <p>Passeios em veículos todo o terreno</p>	<p>Das actividades com veículos, podem-se entender, como uma forma de poder observar a paisagem e um meio, rápido, que liga vários pontos culturais.</p> <p>Os passeios em bicicleta, pelas suas características, têm um menor impacto na área protegida, no entanto, os passeios em todo o terreno, são importantes pois a sua prática têm um forte impacto na economia local e regional, exercendo também uma forma rápida de marketing e exercem uma forma de potenciar as outras modalidades que se desenvolvem no PNSE.</p>

Observa-se, que existe uma correlação diferenciada entre os grupos devido às suas definições, particularidades e características, em que a montanha é o elo ligante, sem que exista uma grande intervenção no território mantendo este a aptidão para satisfazer os usos.

A relação das modalidades em cada um dos grupos propostos pode ser entendida como uma relação entre o Turismo *Soft* e o Turismo *Hard* transpondo para o território as várias formas de encarar o Desporto da Natureza, possibilitando aos *Stakeholders*²⁸ um vasto “leque” de produtos turísticos na área protegida.

V.2 Regulamento

Verificou-se que a prática das modalidades de contacto com a natureza é fundamental para o desenvolvimento económico das populações das áreas protegidas devendo ser realizado de forma sustentável, existindo assim uma conciliação da preservação dos valores naturais e culturais com as actividades de Desporto da Natureza.

Para este desenvolvimento sustentado seria de todo conveniente que cada área protegida tivesse uma CDN e o respectivo regulamento, contendo orientações para a prática de cada modalidade definida pelo Decreto-Lei nº108/2009 de 15 de Maio, como DN passível de se praticar nas áreas protegidas.

O regulamento, apresentado no anexo IX, foi desenvolvido de acordo com o estabelecido na minuta de regulamento proposta pelo ICNB para todas as áreas protegidas e articula-se com o do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela, publicado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 83/2009 de 9 de setembro, o qual qualifica o seu território, de acordo com a importância dos valores biofísicos em presença e respetiva sensibilidade ecológica, em várias tipologias sujeitas a regime de protecção.

O principal objectivo é definir e estabelecer para cada uma das modalidades de DN, definidas pelo Decreto-Lei nº108/2009 de 15 de Maio e com representação gráfica na CDN, os requisitos para a respectiva realização. Também são explicitas no regulamento as recomendações específicas para a prática de cada atividade.

Pretende-se assim, regulamentar as actividades de DN passíveis de serem praticadas na área protegida, contribuindo para o melhoramento da saúde de todos os praticantes, promovendo o contacto com a natureza e desenvolvendo as relações sociais de uma forma sustentada.

28 Entenda-se neste contexto como Empresas de Animação Turística, associações e clubes locais.

Segundo o regulamento a CDN PNSE e o respetivo regulamento poderão ser revistos quando o ICNF, I.P. considerar que a mesma não cumpre a função para a qual foi elaborada ou sempre que o Plano de Ordenamento desta Área Protegida for revisto,

V.3 Carta de Desporto da Natureza

As etapas anteriores deste trabalho possibilitaram a compreensão das condições do território e dos seus usos, bem como permitiram a definição das aptidões do território e das condicionantes ao Desporto da Natureza, tornando-se fundamental para a elaboração dos contributos para a CDN do PNSE. Este trabalho assentou num levantamento da situação de referência, dos contributos dos *Stakeholders*, pretendendo assim expressar a atividade em curso e fornecer novas perspetivas de forma a facilitar a prática do Desporto da Natureza no PNSE, salvaguardando os valores naturais presentes.

Na figura V.44 observa-se a proposta dos Contributos para a Carta de Desporto de Natureza para a área do PNSE.

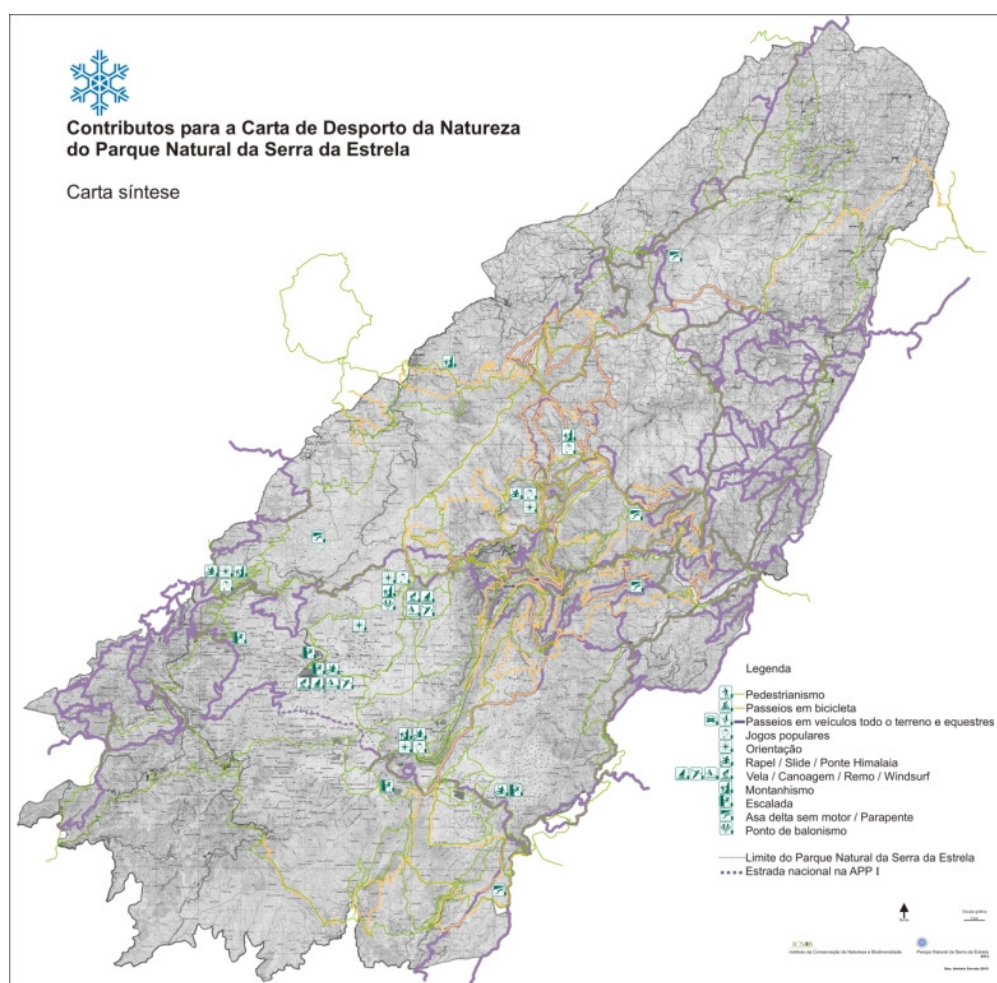


Figura V.48 – Proposta de Contributos para a Carta de Desporto da Natureza do PNSE

Observa-se na disposição territorial das modalidades de DN que no Planalto Superior, com o nível de protecção APP I, as actividades de pedestrianismo têm uma forte expressão na carta, sendo também, uma área com valores naturais de grande relevância. Nesta parte do território, os passeios todo o terreno e passeios de bicicleta, estão condicionados aos troços asfálticos, enquadrados na rede nacional de estradas.

O pedestrianismo é uma modalidade que pode exercer várias variações, como é o caso da fotografia, da observação de aves (anteriormente referido como *birdwatching*), observação da flora, da geologia, em que o PNSE apresenta uma diversidade única, ou pode ser encarada de uma forma mais abrangente e simplista, em que o praticante usufrui da paisagem observável.

Esta modalidade foi considerada, na participação pública, pelos agentes de enorme importância para a economia local e para o desenvolvimento do DN na área do PNSE. Assim este trabalho evidencia esta modalidade.

A área protegida já possuía uma rede de percursos implantada no terreno, desde 1990, pelo que a proposta teve em conta essa rede, bem como as redes municipais, os percursos mais relevantes para as empresas de animação turística e associações locais, num trabalho conjunto de levantamento e definição dos mesmos, que foi levado a cabo desde o ano de 2009.

Tendo em conta todo o potencial da área protegida e desta modalidade em concreto, nasceu uma proposta de Rede de percursos da Serra da Estrela, que satisfaz as diversas variantes de pedestrianismo, como já foi referido anteriormente, que pretende interligar, todos os valores naturais e culturais do PNSE, projectando expectativas socioeconómicas nas populações e contribuindo para a fixação dos jovens, que através dos serviços prestados aos turistas podem encontrar nestas zonas do território uma oportunidade. Assim o pedestrianismo deve ser entendido, também, como uma actividade económica que se enquadra com o conhecimento, monitorização e gestão dos habitantes locais.

Em relação às actividades com veículos, pode-se à partida, dividi-las em duas modalidades diferenciadas, os passeios de bicicletas que ocupam o Planalto de Videmonte o Vale Glaciar do Zêzere e o Vale do Zêzere, onde existe uma concentração dos valores rurais, culturais e naturais, e os passeios todo o terreno que ligam os centros urbanos. A sua incidência no território concentra-se também em áreas com maior cobertura arbórea e arbustiva, coincidindo com a rede de caminhos florestais e estradões.

As modalidades, passeios de bicicleta e passeios todo o terreno, apresentam uma forte expressão territorial, como se verifica pela proposta de CDN, resultante da rápida capacidade

de mobilidade. Já se tinha verificado que o DN não pode ser entendido sem os valores culturais e rurais associados, assim esta interligação entre os vários centros rurais e ou culturais, pode e deve potenciar a área protegida, a economia local e as modalidades, desenvolvendo assim um dos objectivos do DN.

Os Passeios de Bicicleta na área protegida têm uma forte potencialidade, quer na modalidade de *Crosscountry*, possibilitando aos visitantes percursos em contacto com os valores naturais, rurais e culturais existentes, quer na modalidade de *Downhill*, em que o visitante pode usufruir, mais intensamente, da morfologia do território, como é o caso dos acentuados declives e ou de zonas em que o terreno é mais acidentado. Também, os passeios de bicicleta no PNSE podem ir de encontro aos vários produtos turísticos, a disponibilizar pelas EAT's, enquadrado no Turismo *Soft* ou Turismo *Hard* como anteriormente já foi definido.

Os Passeios todo o Terreno são um produto turístico que pode ser enquadrado nas duas tipologias de TN(*soft e hard*), podendo assim contribuir, em muito, para a economia local. Devido às características e versatilidade da modalidade esta pode constituir-se, também, como um dos impulsionadores do desenvolvimento de outras tipologias de Turismo, como o Gastronómico e o Cultural.

Esta modalidade encontra-se bem implementada na comunidade nacional, sendo exemplo disso a Federação Portuguesa de Todo-o-Terreno Turístico, existindo mais de setenta clubes filiados em todo o território nacional.²⁹ Como esta modalidade é praticada ao longo de todo o ano, pode assim cooperar com outras modalidades, afirmando-se como uma das que tem mais capacidade para desenvolver o DN e ao mesmo tempo combater a sazonalidade do turismo na Serra da Estrela.

Em relação às outras modalidades, os locais propostos, contemplam zonas dotadas de estruturas e infra-estruturas com capacidade de acomodar a logística necessária para a prática destas. Existem no parque vários outros pontos com capacidade e aptidão para as atividades de DN propostas. Contudo, por uma questão de conservação dos valores naturais presentes, optou-se por escolher locais que pela sua transformação e tradição já detivessem uma maior faculdade para satisfazer a prática destas modalidades, sem que fosse necessária uma intervenção no território.

Assim, as actividades de DN mais dispersas são a escalada, o parapente e a asa delta sem motor, relativamente às especificidades de cada uma das modalidades os locais propostos

²⁹ <http://www.fptt.pt/clubes.asp>. [on line 18-04-2013]

tiveram em conta as condições morfológicas, o histórico de locais com capacidade para a prática e a vulnerabilidade para a conservação.

No entanto, é necessário nesta fase de proposta tecer algumas considerações em relação às condicionantes impostas no plano de ordenamento do PNSE em relação ao desporto da natureza.

A modalidade mais relevante é a escalada nos locais da «Parede dos Fantasma» e do «Cântaro Magro» que ao longo dos anos foram locais de excelência para a sua prática. Assim, na Parede dos Fantasma apelidada de “parede escola”, a conservação de valores naturais florísticos não se encontram em risco, já na parede do Cântaro Magro, a maior existente na serra com cerca de 300 metros, a salvaguarda dos valores naturais, mais especificamente das rupícolas, impõem-se. Em ambas os locais a conservação da avifauna, e dos valores inerentes devem ser preservados.

Contudo, sabendo que a sua prática continua a existir e as autoridades fiscalizadoras (ICNB e GNR³⁰) não têm forma, prática, de aplicar o regulamento do POPNSE, impõem-se uma regulamentação adequada à realidade existente. Por isso é necessário aquando da revisão do plano de ordenamento, não se imponha a proibição mas sim condicionar a sua prática a épocas do ano.

A criação de uma “janela” em que a prática é possível nestes locais, pode funcionar como elemento de educação e monitorização desta parte do território por parte dos praticantes facilitando a sua gestão e fiscalização. Um conjunto de regras específicas pode contribuir, assim, positivamente para a salvaguarda dos valores naturais existentes.

No que respeita à prática do Voo Livre é importante referir, que a morfologia da Serra da Estrela, conjugando os inúmeros vales e cumes como pontos de “partida” e/ou descolagem, proporciona condições de excelência à prática do Parapente ou da Asa Denta sem motor. No entanto, como é um desporto que requer um conhecimento muito técnico e especializado, é necessário que as EAT's e ou as Associações criem produtos turísticos. Para além do produto turístico *Hard* que deve ser impulsionado, esta modalidade tem um grande potencial se for englobada num produto turístico *Soft*, contribuindo para a divulgação das boas condições para a prática dentro da área protegida.

A título de conclusão pode-se afirmar que é necessária uma conjugação de vários elementos, naturais, culturais, arquitectónicos e económicos e que estes deveram funcionar

30 Guarda Nacional Republicana

como um estímulo ao desenvolvimento de práticas desportivas nas áreas protegidas, contribuindo para uma revitalização de zonas mais despovoadas. Para isso, existe a necessidade de ordenar o território para que através dele se possa fomentar o desenvolvimento económico em harmonia com os usos, o respeito e a valorização dos serviços dos ecossistemas.

Estas propostas devem ter especial atenção pois visam combater o declínio do sector primário e o despovoamento rural, algo que se foi assistindo ao longo das últimas décadas em Portugal. Para que o DN possa ser uma realidade, com o incremento económico desejado, tem que assentar no desenvolvimento de um mosaico agrícola, florestal e ambiental. Esta realidade só é possível com as pessoas a viver no território numa óptica de integração da preservação e exploração sustentada.

VI Considerações finais

O processo de elaboração da Carta de Desporto da Natureza do Parque Natural da Serra da Estrela foi-se revelando pouco linear e até algo complexo, certamente, porque se está ainda numa fase inicial de compilação e preparação deste documento para a área protegida. Existiu ainda, uma outra contrariedade, que se deve ao facto dos serviços se encontrarem numa fase de reestruturação, bem como, em algumas áreas protegidas, estar em curso a revisão de planos de ordenamento, atrasando o processo de elaboração dessas Cartas de Desporto da Natureza. Contudo, devido à reformulação da legislação que regulamenta o Turismo da Natureza foi de todo relevante produzir estes contributos.

Para uma melhor compreensão do território que integra este trabalho foi necessário caracterizar o PNSE, os seus valores naturais e culturais, bem como, definir e enquadrar os conceitos de Turismo da Natureza na temática do Desporto da Natureza. Considera-se que este sector emergente do turismo terá que ser enquadrável na gestão e sustentabilidade que se pretende para a área protegida.

Pode-se no entanto concluir que o Parque Natural da Serra da Estrela possui aptidão para a prática de algumas modalidades de Desporto de Natureza, conforme expresso na Carta de Desporto apresentada no presente trabalho.

Assim, as considerações apresentadas têm como objectivo reflectir sobre os vectores de desenvolvimento do Desporto da Natureza, para que se possa definir uma estratégia de crescimento deste produto turístico.

Contudo, é importante referir que será necessário alargar o âmbito da pesquisa e a análise feita, pois esta carece de uma sustentação multidisciplinar, principalmente, segundo este trabalho, nas áreas da biologia, geologia, ornitologia e micologia, bem como, aprofundar as características de cada modalidade, para que se possa aferir melhor a aptidão do território. A análise sociológica e económica, tendo como objectivo perceber os efeitos desta actividade nas populações locais, será também importante e complementar a todo este processo.

Com esta proposta de organizar o Desporto da Natureza através deste contributo, pretende-se criar um documento base para que se possa posteriormente discutir em concreto a prioridade da salvaguarda dos valores naturais presentes na Serra da Estrela aliada aos tipos de desportos (modalidades) e o tipo de turismo (*soft ou hard*) que a Carta de Desporto da Natureza deve conter e promover. Através da sua regulamentação pretende-se que a prática destas

actividades desportivas, que estão em estreito contacto com valores naturais, preservem estes da ação humana potencialmente destrutiva.

A promoção dos valores ambientais referidos neste trabalho como *Animação Ambiental* e *Interpretação Ambiental* deve proporcionar, em conjunto com a Carta de Desporto da Natureza e o Regulamento, a sustentabilidade do património natural.

A gestão e monitorização das actividades, quando se verificam, são maioritariamente ineficientes. Desta forma conclui-se que a proposta apresentada pelos agentes, na Participação Publica, para melhorar as condições do DN na área protegida, passaria pela criação de uma plataforma que os interligue.

A actual estrutura do ICNF tem os recursos e as condições que são exigidas a uma liderança de uma plataforma, anteriormente referida, que englobe todos os *Stakeholder*. Esta tem a responsabilidade de ser capaz de agrupar de uma forma sistemática a informação existente, bem como, promover a inventariação regular dos valores naturais (principalmente onde existe este tipo de pressão turística), as modalidades praticadas e a carga no território, proporcionando uma base de dados actualizada.

O facto de não existir um levantamento sistémico das actividades desportivas que ocorrem no PNSE tornou limitado os dados disponíveis. Ainda assim, a análise permitiu verificar a incidência territorial, bem como, perceber quais as tendências dos desportos mais praticados. Contudo, uma base como esta permitiria definir ou redefinir os vectores estratégicos para o Desporto da Natureza a qualquer momento, promovendo este produto turístico de uma forma dinâmica e flexível e, em simultâneo, protegendo os valores ambientais.

Tendo em conta a análise e o diagnóstico elaborados neste trabalho e confirmando a visão definida no enfoque, decidiu-se projectar o DN através de várias modalidades. Estas foram agrupadas e apresentadas em três grupos: «*actividades de pedestrianismo*»; «*actividades com cordas*» e «*actividades com veículos*», que se assumem como vectores de desenvolvimento, potenciando assim o lançamento de vários produtos turísticos de ordem *Soft* e/ou *Hard*. O marketing usado na sua promoção deve privilegiar a experiência ao ar livre e estimular as emoções do visitante, contribuindo para um turismo diferenciado.

O turismo é um sector que se destaca na economia europeia e é responsável por muitos postos de trabalho. Pode-se imputar também, a este sector, o desenvolvimento de estruturas e infra-estruturas de apoio, bem como, a melhoria de vias de comunicação. A importância deste ponto, deve-se ao facto, desta actividade constituir-se como fonte de

revitalização do tecido económico e ser um elemento fixador de populações mais jovens. Assim, considera-se espectável que o Turismo da Natureza e, em particular, o Desporto da Natureza, tenha repercussão nas áreas protegidas em termos de promoção do seu desenvolvimento, a todos os níveis, nomeadamente o socioeconómico.

Teria sido bastante útil realizar este trabalho numa perspectiva de interligação a outras áreas protegidas, em particular as áreas protegidas mais próximas, pois teria sido relevante projetar e ordenar o território, sem que este se demonstrasse “estanque” a uma área. Em todas as áreas protegidas em Portugal tem que realizar um levantamento das actividades de Desporto da Natureza, e seria interessante suscitar que esses trabalhos pudessem ser realizados com uma idêntica e/ou outra metodologia, no sentido de concretizar uma comparação e avaliação de dados, de cartas e de planos.

Contudo, seria igualmente útil que estes estudos pudessem ser realizados, numa óptica de «Planos Sectoriais do Desporto da Natureza Inter-Áreas Protegidas», potenciando os recursos humanos; optimização de resultados, problemas idênticos/respostas idênticas; inclusão de um *cluster* mais abrangente na área do Turismo da Natureza; interligação de modalidades; mobilidade de turistas; neste sentido, pode-se fazer com que a riqueza e diversidade das várias áreas protegidas abranjam um maior número de turistas, optimizando desta forma as estratégias de marketing.

O uso do território pelo sector do turismo, Desporto da Natureza, como já foi referido, pode constituir-se como um elemento potenciador da economia. Contudo, também se verificou que este processo pode ser limitado, quando as entidades no seu conjunto não estão ligadas e determinadas no cumprimento do mesmo objetivo.

Para finalizar, pretendeu-se apresentar, com este trabalho, uma visão de acção para o Desporto da Natureza, que seja transversal às várias tutelas e/ou organismos públicos. Os planos sectoriais (ambiente, turismo, recursos hídricos, património, etc.) devem ser integrados e harmonizados, constituindo um todo, pois só assim podem ter a força de transformar a actividade turística, a ponto de esta alterar as condições económicas das populações, como é um dos objectivos do Desporto da Natureza. Assim, deve existir uma interligação e articulação subordinadas a princípios e objectivos comuns, instituindo a partilha de uma «Política de Desporto da Natureza» pelas várias tutelas e/ou organismos públicos com responsabilidades na Serra da Estrela.

Este trabalho tem como maior aspiração poder dar um contributo, para que o Desporto da Natureza se transforme numa realidade sustentável em que todos possamos tomar consciência dos valores existentes na Serra da Estrela.

Este trabalho padece de algumas limitações, das quais se destacam as seguintes:

- Os agentes escolhidos para participação pública demonstraram-se pouco sensíveis à causa;
- No processo de participação pública não foram acautelados as preocupações e os contributos dos turistas;
- A amostra de dados referentes ao DN foi reduzida (um triénio);
- A análise de dados centrou-se apenas na relação entre o ICNB e as EAT's.

Como recomendações para futuros estudos indica-se o seguinte:

- Uma relação mais próxima das EAT's para que estas possam partilhar outros dados, que não os estritamente obrigatórios;
- Alargar a participação pública, perceber quais os verdadeiros anseios das populações e dos turistas que visitam a área.

Bibliografia

Arquivo do PNSE (2012). Elementos cedidos no âmbito do presente estágio profissional, realizado em total colaboração com o Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade IP- Departamento de Gestão de Áreas Classificadas do Centro e Alto Alentejo do Parque Natural da Serra da Estrela.

Brito, R. S. (2012). Clima e suas influências - *A irregularidade do tempo no Continente*. Publicação online no site www.igeo.pt 14/02/12.[10:57]

Burnay, M. J. (2000). *As áreas protegidas : para uma utilização sustentada como destino de qualidade*. In Ciclo de Debates.

Barbosa, G. M. S. (2010). Capacidade de Carga, Limits of Acceptable Changes (LAC) e Visitors Impact Management (VIM) como Processos complementares no Planeamento Turístico de Áreas Naturais. In XI Encontro Nacional de Turismo com Base local *Turismo e Transdisciplinaridade: novos desafios Niterói* – RJ 12 a 14 de Abril.

Carvalho, P. (2009). Resumo do 1º Congresso de Desenvolvimento Regional de Cabo Verde; 15º Congresso da APDR (*Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional*); 2º Congresso Lusófono de Ciência Regional; 3º Congresso de Gestão e Conservação da Natureza «*PLANEAMENTO, REDES TERRITORIAIS E NOVOS PRODUTOS TURÍSTICOS ECO-CULTURAI*S».

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC). (2005). Programa Operacional Regional do Centro 2000-2006.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC). (2007). Programa Operacional Regional do Centro 2007-2013 (proposta).

Costa, L. (2007). “*Desenvolvimento Turístico, Sustentabilidade e Requalificação das Zonas Rurais*”. In Borralho, R. Pinto-Correia, T. e Sousa, C. (Coord.) Seminário – O Turismo em Espaço Rural e a Multifuncionalidade da Paisagem», Livro de resumos. Associação das Mulheres Agricultoras Portuguesas, Universidade de Évora e Naturlink. Évora.

Costa, L.T., Fidalgo, J.P., Neves R & Rufino R. (2004). *Lagoas do Planalto Superior da Serra da Estrela*. Instituto da Conservação da Natureza e Centro de Zonas Húmidas.

Correia, A. (2012). Elementos desenhados e arquivo pessoal fotográfico, gentilmente cedidos pelo autor, no âmbito do presente estágio profissional realizado em total colaboração com o Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade IP- Departamento de Gestão de Áreas Classificadas do Centro e Alto Alentejo do Parque Natural da Serra da Estrela.

Correia, T. P. (2007). “*Novas Perspectivas para a Paisagem Rural: o desafio da multifuncionalidade*”. In: Borralho, R. Pinto-Correia, T. e Sousa, C. (Coord.) Seminário – O Turismo em Espaço Rural e a Multifuncionalidade da Paisagem», Livro de resumos. Associação das Mulheres Agricultoras Portuguesas, Universidade de Évora e Naturlink. Évora.

d’Abreu, A. C., Correia, T.P., Oliveira, R. (2004). *Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal Continental* - Coleção estudos 10. Direcção-geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. Lisboa.

Daveau, S. (Não Publicado). *Relatório da Caracterização Cultural da Serra da Estrela*. Arquivo do Parque Natural da Serra da Estrela.

Fraga, A. (2005). Manual para o Investidor em Turismo de Natureza. Vicentina - Associação para o desenvolvimento do sudoeste.

Ferreira, N. e Vieira, G. (1999). *Locais de interesse geológico e geomorfológico* – Guia Geológico e Geomorfológico do Parque Natural da Serra da Estrela. Instituto da Conservação da Natureza e Instituto Geológico e Mineiro.

Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade I.P (ICNB). (2008). Relatório do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela. Ministério das Cidades e do Ordenamento do Território.

Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade I.P (ICNB). (2009). Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela. Ministério das Cidades e do Ordenamento do Território.

Jansen, J. (2002). *Guia Geobotânico da Serra da Estrela - Flora*. Instituto da Conservação da Natureza e Instituto. Parque Natural da Serra da Estrela.

Leitão, A. B. Ahern, J. E. (2002). In *Applying Landscape Ecological Concepts and Metrics in Sustainable Landscape Planning*. Landscape and Urban Planning.

Leitão, D., Andrade, J. (2007). “O Turismo ornitológico em Portugal”. In Borrhalho, R. Pinto-Correia, T. e Sousa, C. (Coords) livro de resumos, «Seminário – O Turismo em Espaço Rural e a Multifuncionalidade da Paisagem». Associação das Mulheres Agricultoras Portuguesas. Universidade de Évora e Naturlink. Évora.

Meireles, C., Neiva, R., Correia, A., Gomes, C. P. (2006). *Guia de Habitates do Parque Natural da Serra da Estrela*. Instituto da Conservação da Natureza.

Melo, R. (2009). *Desportos de Natureza: reflexões sobre a sua definição conceptual*. In Revista Exedra n.º2. Escola Superior de Educação – Instituto Politécnico de Coimbra.

Moura, M. P. (2006). DIACRONIA E MEMÓRIA DE UMA PAISAGEM - *Análise Visual da Paisagem do Planalto Superior da Serra da Estrela*. Tese de Mestrado. Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras.

Pena, A., Cabral, J. (1989). *Estrela uma visão natural*. Parque Natural da Serra da Estrela.

PENT. (2006). Ministério da Economia e da Inovação. *Plano Estratégico Nacional do Turismo*. Diário da República, I.ª Série, 67.

Prado, M.V.P., Andrade, J. R. L., Faccioli, G. G., (2004). Turismo sustentável e capacidade de Carga dos Atrativos Turísticos no Município de Canindé do São Francisco/SE: *Uma reflexão dos aspectos metodológicos*. Publicação online in: www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/index.html. Online 14 Maio 2012 [16:39]

Ribeiro, O. (1985). Guia de Portugal, *Beira - II. Beira Alta e Beira Baixa 3º Volume*. 2º Edição Fundação Calouste Gulbenkian. Coimbra.

Ribeiro, P. (2007). “Contributo do PDRc para o Turismo Rural e a Multifuncionalidade da Paisagem”. In Borrhalho, R. Pinto-Correia, T. e Sousa, C. (Coord.) Seminário – O Turismo em Espaço Rural e a Multifuncionalidade da Paisagem», Livro de resumos. Associação das Mulheres Agricultoras Portuguesas, Universidade de Évora e Naturlink. Évora.

Rocha, C. H. B., Fontoura, L. M., Simiqueli, R. F., Peccatiello, A. F. O. (2007). Análise Ambiental da Capacidade de Carga Antrópica nas Trilhas dos Circuitos das Águas e Pico do Pião – Parque Estadual do Ibitipoca, MG. Publicação online in: www.physis.org.br/ecouc/Artigos/Artigo4.pdf. Online 16 Maio 2012 [12:45]

Santos, M. (2006). Carta de Desporto da Natureza para o *Parque Natural da Ria Formosa*. Trabalho final de Licenciatura em Arquitectura Paisagista. Universidade do Algarve, Faculdade de Engenharia dos Recursos Naturais. Faro.

Saraiva, A. P. (2005). *Princípios de Arquitectura Paisagista e de Ordenamento do Território*. Editor: Mirandela João Azevedo.

THR. (Asesores en Turismo Hotelería y Recreación, S.A.) **(2006).** *TURISMO DE NATUREZA 10 produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal*. Turismo de Portugal, IP. Lisboa.

Bibliografia consultada

Burnay, M. J. (2002). «*Turismo e Natureza – perspectivas de intervenção*». Livro de actas. Lisboa: Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo.

Conselho da Europa (1992). *Carta Europeia do Desporto*. Rhodes: Reunião da Comissão dos Ministros do Conselho da Europa.

Nunes, P. (2009). <http://www.knoow.net/cienceconempr/gestao/stakeholder.htm#vermais>. Publicação online 26 Abril 2012 [11:44]

Pinto da Silva, A. R., Teles, A. N., (1999). *A Flora e a Vegetação da Serra da Estrela*. Parque Natural da Serra da Estrela. 3ª Edição - 14 Coleção natureza e Paisagem

PSRN. (2000). Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. *Plano Sectorial da Rede Natura 2000 – Relatório de Sítios da lista Nacional*, Vol. I e Vol. II. 1ª edição. 2008.

Rodrigues, C. - *Turismo de natureza: o desporto de natureza e a emergência de novos conceitos de lazer*. S.L.: S.E., S.D.

Simões, O. & Cristóvão, A. (2003). (coord.) – *TERN: Turismo em Espaços Rurais e Naturais*. Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra.

Pau-Preto, F. (2008). *O Património Cultural no Planeamento e no Desenvolvimento do Território, os planos de ordenamento de parques arqueológicos*. Coleção Lugar do plano. Lugar do Plano.

Legislação Consultada

Diário da Republica, I Série, 165 - Decreto-Lei nº557/76 de 16 de Julho – Criação do Parque Natural da Serra da Estrela. Disponível *online in:* www.dre.pt

Diário da Republica, I Série, 182 – Portaria nº409/79 de 8 de Agosto – Estabelece Preliminar Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela. Disponível *online in:* www.dre.pt

Diário da Republica, I Série, 170 – Portaria nº583/90 de 25 de Julho – Estabelece o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela e o respectivo regulamento. Disponível *online in:* www.dre.pt

Diário da Republica, I Série, 19 - Decreto-Lei nº19/93 de 23 de Janeiro - Estabelece a Rede Nacional de Áreas Protegidas. Disponível *online in:* www.dre.pt.

Diário da Republica, I Série B, 269 – Decreto Regulamentar nº50/97 de 20 de Novembro - Estabelece os limites do Parque Natural da Serra da Estrela. Disponível *online in:* www.dre.pt.

Diário da Republica, I Série, 59 - Decreto-Lei n.º 56/2002, de 11 de Março - Altera o Decreto-Lei n.º 47/99, de 16 de Fevereiro, Estabelece o novo regime jurídico da instalação e do funcionamento dos empreendimentos de turismo no espaço rural. Disponível *online in:* www.dre.pt.

Diário da Republica, I Série, 195 – Decreto Regulamentar nº83/2007 de 10 de Outubro - Estabelece os limites do Parque Natural da Serra da Estrela. Disponível *online in:* www.dre.pt.

Diário da Republica, I Série, 94 - Decreto-Lei nº108/2009 de 15 de Maio - Estabelece as condições de acesso e de exercício da actividade das empresas de animação turística e dos operadores marítimo-turísticos. Disponível *online in:* www.dre.pt.

Diário da Republica, I Série, 112 – Portaria nº651/2009 de 12 de Junho – Define o código de conduta a adoptar pelas empresas de animação turística e dos operadores marítimo-turísticos que exerçam actividades reconhecidas como Turismo de Natureza e o logótipo que os identifica. Disponível *online in:* www.dre.pt

Diário da República, I Série, 158 - Decreto-Lei nº191/2009 de 17 de Agosto - Estabelece as bases das políticas públicas de turismo e define os instrumentos para a respectiva execução. Disponível *online in:* www.dre.pt.

Diário da República, 1ª série – Nº175 – Resolução do Conselho de Ministros nº83/2009 de 9 de Setembro - Estabelece o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela e o respectivo regulamento. Disponível *online in:* www.dre.pt